



**Universidade de Brasília  
Instituto de Letras  
Departamento de Linguística, Português e Língua Clássicas  
Programa de Pós-Graduação em Linguística**

**Fabíola Boareto Ramos**

**UMA ANÁLISE DE RELATIVAS APOSITIVAS NO PB**

**Brasília, 2022**



**Universidade de Brasília  
Instituto de Letras  
Departamento de Linguística, Português e Língua Clássicas  
Programa de Pós-Graduação em Linguística**

**Fabíola Boareto Ramos**

**UMA ANÁLISE DE RELATIVAS APOSITIVAS NO PB**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de letras da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do grau de MESTRE em Linguística.

**Orientador: Prof. Dr. Paulo Medeiros Junior**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

BB662a BOARETO RAMOS, FABIOLA  
UMA ANÁLISE DE RELATIVAS APOSITIVAS NO PB / FABIOLA  
BOARETO RAMOS; orientador PAULO MEDEIROS JUNIOR. --  
Brasília, 2022.  
117 p.

Dissertação(Mestrado em Linguística) -- Universidade de  
Brasília, 2022.

1. LINGUÍSTICA. 2. SINTAXE. 3. RELATIVAS APOSITIVAS. 4.  
COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO. I. MEDEIROS JUNIOR, PAULO,  
orient. II. Título.

## RESUMO

Este trabalho, desenvolvido sob o arcabouço da teoria gerativa, busca debater alguns fenômenos sintáticos, envolvendo as estruturas denominadas relativas apositivas. O processo de relativização, no português brasileiro – segundo a tradição – origina dois tipos de orações com antecedente exposto, uma delas a oração relativa apositiva, que se diferencia em alguns aspectos de sua parceira, a relativa restritiva. A relativa apositiva, em seu processo de formação, apresenta características comparáveis à construção apositiva nominal, mas há notável diferença, entre essas duas construções, quando se leva em consideração, por exemplo, uma permutação entre a oração e o antecedente, termos supostamente equivalentes, considerando que essa questão constitui traço fundamental das posições. Outro ponto, de igual relevância, é o fato de se conceber as relativas apositivas como uma categoria homogênea. Os estudos tradicionais costumam apontar para a existência de um só tipo de relativas apositivas; entretanto, essas construções, quando reduzidas a um sintagma simples, resultam ora em substantivo, ora em adjetivo, o que sugere que há orações relativas apositivas com natureza/comportamento sintático- semântico um pouco distinto, fato que aponta para a existência de mais de uma espécie de oração relativa desse tipo. Ademais, há uma divergência, na literatura linguística, quanto à estrutura de uma relativa apositiva, se subordinada, se coordenada. Como vem sendo observado em estudos recentes, como os de Koster (1995,2000), De Vries (2002, 2006), a relativa apositiva parece ser uma estrutura coordenada, por seu caráter eminentemente justaposto, ao seu antecedente. Assumida essa posição, um ponto relevante, a se destacar, diz respeito à interpretação do pronome relativo nessas construções. Com apoio na teoria de relativização de Kayne (1994) e com base em testes sintáticos, conseguimos evidenciar que as relativas apositivas são, na verdade, uma posição complexa (um nome modificado por uma relativa restritiva que tem o seu núcleo interno elidido). Concluímos, a partir desse fato, que: 1- as orações relativas apositivas se apresentam em dois tipos diferentes, as apositivas identificativas e as apositivas atributivas; 2- as relativas apositivas são estruturas em coordenação, uma vez que o núcleo elidido permite que o pronome relativo, por identidade, conecte-se ao nome que o antecedia, ao qual se encontrava justaposto.

**Palavras-chave:** relativas apositivas; posição; substantivo; adjetivo; coordenação; pronome relativo.

## ABSTRACT

This work, developed under the framework of generative theory, seeks to discuss some syntactic phenomena, involving structures called appositive relatives. The process of relativization in Brazilian Portuguese – according to tradition – gives rise to two types of clauses with an express antecedent, one of which is the appositive relative clause, which differs in some respects from its partner, the restrictive relative. The appositive relative, in its formation process, presents characteristics comparable to the nominal appositional construction, but there is a notable difference between these two constructions, when considering, for example, a permutation between the clause and the antecedent, supposedly equivalent terms, considering that this question constitutes a fundamental feature of the appositions. Another point, of equal relevance, is the fact of conceiving the appositive relatives as a homogeneous category. Traditional studies tend to point to the existence of only one type of appositive relatives; however, these constructions, when reduced to a single phrase, result sometimes in a noun, sometimes in an adjective, which suggests that there are appositive relative clauses with a slightly different syntactic-semantic nature/behavior, a fact that points to the existence of more than one kind of relative clause of this kind. Furthermore, there is a divergence, in the linguistic literature, as to the structure of appositive relative, if subordinate, if coordinated. As has been observed in recent studies, such as those by Koster (1995, 2000), De Vries (2002, 2006), the appositive relative seems to be a coordinated structure, due to its eminently juxtaposed character, to its antecedent. Assuming this position, a relevant point to be highlighted concerns the interpretation of the relative pronoun in these constructions. Based on Kayne's theory of relativization (1994) and based on syntactic tests, we were able to show that appositive relatives are, in fact, a complex apposition (a name modified by a restrictive relative that has its inner core elided). Based on this fact, we conclude that: 1- the relative appositive clauses are presented in two different types, the identification appositive, and the attributive appositive; 2- The relative appositions are structures in coordination, since the elided head allows the relative pronoun, by identity, to be connected to the name that preceded it, to which it was juxtaposed.

**Keywords:** appositive relative; apposition; noun; adjective; coordination; relative pronoun.

“Não sei... se a vida é curta  
Ou longa demais para nós.  
Mas sei que nada do que vivemos  
Tem sentido, se não tocarmos  
O coração das pessoas.”

**Cora Coralina**

Aos meus pais, Maria Tereza e Manoel Roberto, que, com encantadora simplicidade, ensinaram-me a viver com alegria.

## AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Deus, minha fonte de luz, paz e inspiração para as coisas da vida.

Em especial, quero agradecer ao Professor Doutor Paulo Medeiros Júnior, meu orientador, que desde o primeiro momento acreditou e confiou em mim e com carinho, dedicação e paciência permitiu que eu chegasse até aqui.

Agradeço ao apoio financeiro recebido pela Coordenação de Aperfeiçoamento Profissional de Pessoal de Nível Superior – CAPES (processo 23106.030533/2021-76), que me possibilitou a realização deste trabalho.

Agradeço aos meus filhos, Cecília, José Afonso e João Vítor, meus companheiros de jornada, que, com amor, partilham comigo minhas angústias e minhas vitórias, sempre me apoiando e incentivando pelos novos caminhos.

E, por fim, pelo apoio que sempre tive, sem o qual nada seria possível em minha vida, agradeço à Maria Tereza, minha mãe, e ao meu pai, Manoel Roberto, meus primeiros orientadores, orientadores para a vida, que me deixaram como herança a paixão pelos estudos, a perseverança, a fé e muito amor.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>12</b>
<b>QUESTÕES GERAIS E PROBLEMA DE PESQUISA .....</b>	<b>12</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 Apresentação do problema .....</b>	<b>12</b>
<b>1.2 Perguntas de pesquisa .....</b>	<b>16</b>
<b>1.3 Objetivos .....</b>	<b>18</b>
<b>1.4 Justificativa .....</b>	<b>19</b>
<b>2. Pressupostos teóricos .....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 As construções relativas .....</b>	<b>20</b>
<b>2.2 Tipologia .....</b>	<b>22</b>
2.2.1 Relativas Restritivas .....	22
2.2.2 Relativas Apositivas .....	25
<b>2.3 Coordenação e aposição .....</b>	<b>28</b>
2.3.1 Do contraste coordenação x subordinação .....	28
2.3.2 Da aposição .....	31
<b>2.4 As diferentes visões sobre a sintaxe das relativas apositivas .....</b>	<b>34</b>
<b>3. Arcabouço teórico .....</b>	<b>41</b>
<b>3.1 A Teoria de Princípios e Parâmetros .....</b>	<b>41</b>
<b>3.2 O Programa Minimalista .....</b>	<b>44</b>
<b>4. Metodologia .....</b>	<b>49</b>
<b>5. Revisão do capítulo .....</b>	<b>49</b>
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>51</b>
<b>DOIS TIPOS DE RELATIVAS APOSITIVAS NO PB .....</b>	<b>51</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>51</b>
<b>2. O que é a aposição.....</b>	<b>51</b>
<b>2.1 Tipos de aposição .....</b>	<b>57</b>
<b>2.2 A sintaxe da aposição .....</b>	<b>64</b>
<b>2.3 As sentenças apositivas do português brasileiro .....</b>	<b>72</b>
2.3.1 Relativas apositivas e Apositivas nominais .....	72

3. Dois tipos de relativas apositivas do PB .....	77
4. Revisão do capítulo .....	84
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>86</b>
<b>RELATIVA APOSITIVA DO PB – UMA CONSTRUÇÃO COORDENADA .....</b>	<b>86</b>
1. Introdução .....	86
2. A Teoria de Kayne (1994): “Head raising analysis”: avaliando Kayne como hipótese de relativização .....	86
3. A relativa apositiva: subordinação e coordenação .....	89
3.1 Da subordinação e da coordenação .....	89
3.2 Da relativa apositiva .....	93
4. Relativa apositiva do PB, uma construção coordenada .....	96
4.1 A elisão do núcleo DP/NP .....	96
4.2 Proposta de derivação .....	106
5. Revisão do capítulo .....	107
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>114</b>

## APRESENTAÇÃO

Uma frase relativa é uma oração subordinada que modifica um sintagma nominal e que está associada a esse SN por um elemento de natureza anafórica denominado pronome relativo (PR). O pronome relativo conecta uma posição vazia no interior da relativa a esse elemento nominal que ela modifica, conhecido como antecedente. Temos em (1) a seguir, exemplos de frases relativas entre colchetes:

- (1) a. A menina [que está sorrindo na foto] é nossa prima Maria.  
 b. Analisamos os livros [que ela indicou para a adoção na escola].  
 c. Queremos conhecer as pessoas [a que você se referiu no relatório].

Orações relativas (adjetivas, nos termos da gramática tradicional) são tradicionalmente classificadas em restritivas e explicativas (ou apositivas).

Uma relativa restritiva atua contribuindo para a constituição de referencial específico para o nome que ela modifica, restringindo o seu campo interpretativo. Já a relativa apositiva traz uma especificação (informação) a respeito do nome a que se conecta, não contribuindo, diretamente, para a construção da referência desse nome. Uma das diferenças mais relevantes entre essas orações é o fato de a relativa apositiva, ao contrário da restritiva, vir marcada por uma pausa, na fala, que será representada por vírgulas na escrita. Temos relativas restritivas em (2) a apositivas em (3):

- (2) a. São estes os documentos [que você precisa assinar].  
 b. Os profissionais [que se destacam] recebem melhores salários.  
 (3) a. Maria, [que é minha prima], chega do interior ainda hoje.  
 b. Galinhas, [que são aves], põem ovos.

Esta dissertação apresentará questões relacionadas às relativas apositivas do português com a finalidade de debater a sua natureza sintática e avaliar questionamentos ligados à sua estrutura interna.

Quando falamos em construções apositivas, é importante destacar que o português apresenta, ainda, outra construção subordinada com essas características, tradicionalmente, conhecida como subordinada substantiva apositiva (a apositiva nominal). Esse tipo de construção aparece entre colchetes em (4):

(4) A Maria disse uma só coisa, [que estava cansada e com fome], e saiu.

Este trabalho irá se concentrar na discussão das propriedades das relativas apositivas, porque, sobre essas orações, apresentam-se questões importantes a respeito de sua posição estrutural, bem como de sua natureza sintática. Há uma intensa discussão linguística sobre esse tema. Autores como De Vries (2002/2006), Ross (1967), Koster (1995/2000), Quirk et al (1985), entre outros, defendem que a oração relativa apositiva deve ser considerada uma estrutura coordenada ao seu antecedente. Outros, como Jackendoff (1977), defendem a posição de subordinação para as relativas apositivas. Há outros autores, ainda, como Kayne (1994), Bianchi (1999) e Smith (1964), que consideram a relativa um complemento do determinante.

As relativas apositivas, assim como a apositiva nominal, são construções justapostas que se assemelham ao aposto em comportamento sintático e semântico. Porém, quando analisamos a semelhança em relação ao comportamento sintático, observamos que há razões para entender que se trata de construções de natureza sintática distinta.

Assim sendo, parece-nos mais que prudente colocar essas construções em foco e avaliar um pouco de sua sintaxe e semântica.

Esta dissertação consta de três capítulos: no primeiro, trazemos questões gerais sobre o processo de relativização, sobre as relativas apositivas e, de forma sintetizada, discorreremos sobre a estrutura teórica de servirá de base para este trabalho; no segundo, apresentamos o que é o fenômeno da aposição, debatemos as semelhanças e diferenças entre as apositivas nominais e relativas apositivas e, por fim, discutimos a hipótese de existência de mais de um tipo de relativa apositiva no português brasileiro; no terceiro capítulo, descrevemos de forma resumida, como são entendidas as construções sintáticas subordinada e coordenada, retomando o que foi debatido sobre aposição e relativas apositivas e, com base nisso, defendemos a posição de que as relativas apositivas devem ser tratadas como uma estrutura em coordenação.

## CAPÍTULO I

---

### QUESTÕES GERAIS E PROBLEMA DE PESQUISA

#### 1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresentamos uma visão geral sobre as sentenças relativas como uma introdução para o que será o ponto principal desta dissertação: as orações relativas apositivas. Ainda destacamos, de forma geral e sintetizada, a estrutura teórica que servirá de fundamento para a composição deste trabalho. Discorreremos sobre os problemas observados na estrutura e formação das orações relativas apositivas do português brasileiro e apresentamos as propostas que serão o centro de discussão desta dissertação.

##### 1.1 Apresentação do problema

As orações relativas são, em geral, tratadas como estruturas de natureza subordinada, que se ligam a um nome para modificá-lo. São introduzidas, tradicionalmente, pelos chamados pronomes, advérbios ou adjetivos relativos. Esse tipo de oração mantém relações estritas com o determinante que introduz o sintagma nominal, conhecido como antecedente (cf. SMITH, 1964; VERGNAUD, 1974; DUARTE; BRITO, 2003).

A Gramática Tradicional apresenta uma série de definições para o que aqui chamamos frase relativa. Uma dessas noções define as orações relativas como orações adjetivas, que funcionam como adjunto adnominal de um substantivo ou pronome antecedente (CUNHA; CINTRA, 2008). Em outra definição, trazida por Bechara (2004), as orações relativas são “adjetivos complexos” que se ligam a um nome, restringindo e especificando a sua interpretação.

Considera-se, tradicionalmente, que as orações relativas se subdividem em dois grupos, a saber, as relativas restritivas – correspondentes, na Gramática Tradicional, às orações adjetivas restritivas e as relativas apositivas – conhecidas na GT como adjetivas explicativas.

As relativas restritivas atuam restringindo o domínio de referência do nome ao qual estão ligadas:

(1) O aluno [**que estuda**] não teme provas difíceis.

A oração destacada é uma relativa restritiva, que atua contribuindo para a constituição de referência específica para o nome que modifica, restringindo o seu campo de interpretação, ou seja, “apenas” o aluno que estuda é que não teme as provas difíceis (e não todos os outros ou quaisquer outros alunos). As relativas restritivas apresentam valor semântico de exclusão (cf. MEDEIROS JÚNIOR, 2014; 2020; SANTOS; GUERRA VICENTE, 2020).

Por sua vez, as relativas apositivas trazem uma especificação a respeito do nome a que se conectam, não contribuindo diretamente para a criação da referência desse nome (cf. BIANCHI, 2004). Apresentam natureza informativa, e, por isso, têm valor de inclusão (MEDEIROS JUNIOR, 2020).

(2) O gato, [**que é um felino**], é inimigo em potencial dos ratos.

A sentença em destaque é uma oração relativa apositiva. Nesse caso, observamos que “gato” é um elemento pertencente à classe dos felinos, o que quer dizer que o conjunto dos felinos contém o animal “gato”. Outra questão relevante é que a oração relativa apositiva traz uma informação extra sobre o elemento ao qual se conecta; a sua retirada não parece acarretar prejuízo semântico para o período. É importante, também, destacar que as relativas apositivas (diferentemente das restritivas) vêm, na fala, separadas de seu antecedente por uma pausa, a qual é representada na escrita por meio de vírgulas.

Quando a questão são as construções apositivas, o português apresenta ainda outro tipo de oração subordinada com essas características, denominada, tradicionalmente, oração substantiva apositiva, como apresentado entre colchetes, nos dados a seguir:

(3) Queremos uma só coisa: [**que ele se arrependa**].

De um modo não muito claro e pouquíssimo explicativo, a gramática tradicional tenta promover algum tipo de diferenciação entre a subordinada em (2) – relativa apositiva – e a que aparece em (3) – a substantiva apositiva ou apositiva nominal embora, do ponto de vista semântico (e até no que concerne ao caráter parentético de ambas), elas se pareçam enormemente.

O presente trabalho tem como foco de análise as orações relativas apositivas. Entretanto, qualquer trabalho que tente descrever (2) terá, necessariamente, de se debruçar sobre (3), em razão das similaridades já aventadas. Assim, pretendemos também debater, ainda que brevemente, as apositivas nominais, para tentar atingir uma distinção apropriada entre essas construções e as relativas apositivas. Começemos por avaliar as relativas apositivas.

Um olhar mais detalhado sobre esse processo de relativização leva-nos a uma situação, no mínimo, inusitada em relação ao comportamento sintático desse tipo de oração. Observemos com atenção os dados de (4) a (7) a seguir:

- (4) a. O homem, que é mortal, acha-se indestrutível.
- b. O homem, mortal, acha-se indestrutível.
- (5) a. Os argumentos, que não tinham procedência, o tribunal desprezou.
- b. Os argumentos, improcedentes, o tribunal desprezou.
- (6) a. Castro Alves, que é poeta romântico, escreveu *O Navio Negroiro*.
- b. Castro Alves, poeta romântico, escreveu *O Navio Negroiro*.
- (7) a. A capitã do time, que é minha prima, joga muito bem.
- b. A capitã do time, minha prima, joga muito bem.

Apesar de apresentarem, aparentemente, estruturas idênticas, podemos observar que as construções em (4a), (5a), (6a) e (7a), todas orações relativas apositivas, quando reduzidas a um termo, resultam ora em um adjetivo, (4b) e (5b), ora em um substantivo, (6b) e (7b). Este pequeno teste sintático parece evidenciar a existência de um comportamento diferenciado da relativa apositiva, o que pode sugerir tratar-se de construções um pouco distintas, apesar de receberem tratamento homogêneo.

Como já mencionado, outro ponto concernente às relativas apositivas diz respeito às características semelhantes entre essas construções e as orações apositivas de natureza

nominal (as chamadas substantivas apositivas), que em seu funcionamento sintático e semântico são assemelhadas a apostos. O que se observa, quanto a essa questão, é a semelhança no que se refere ao comportamento sintático dessas estruturas, quando comparadas a outras construções justapostas. Vejamos o que se mostra em (8) e (9) a seguir:

- (8) a. João, [meu filho], formou-se em engenharia. (aposto)  
 b. João, [que é meu filho], formou-se em engenharia. (relativa apositiva)  
 c. Esta é a minha vontade: [que faça sol] para irmos à praia. (apositiva nominal)

Em (8), conforme se vê na informação entre parênteses, temos – entre colchetes – um aposto em (a), uma relativa apositiva em (b) e uma apositiva nominal em (c). A simples aplicação de um teste de deslocamento parece revelar algo sobre as construções parentéticas nos dados acima. Vejamos:

- (9) a. Meu filho, João, formou-se em engenharia. (aposto)  
 b. \*Que é meu filho, João, formou-se em engenharia. (relativa apositiva)  
 c. Que faça sol, esta é a minha vontade para irmos à praia. (apositiva nominal)

Em (8a), é possível observar que o termo destacado, um aposto, pode ser movido à esquerda e preceder o antecedente nominal ao qual se refere; a troca de posições entre eles produz uma sentença perfeitamente gramatical como se pode notar em (9a).

Além disso, observa-se que, em (8c), toda a sentença subordinada pode ser extraposta (deslocada para a periferia da sentença principal), sem que isso resulte em construção malformada; é o que se vê em (9c).

Entretanto, (8b) parece não sobreviver ao teste. Uma tentativa de deslocamento do termo entre colchetes em (8b) resulta em estrutura completamente impossível em português, que é o que se observa em (9b), embora haja estudos, como o de De Vries (2002) que justificam essa agramaticalidade devido ao fato de o português ser uma língua pré-nominal, em que a relativa se apresenta após o nome e, por isso, este pode ser chamado de antecedente.

Mais um ponto que merece atenção especial é o fato de que alguns estudos associam as relativas apositivas a construções coordenadas, por seu caráter de justaposição ao nome a que se conectam; a ideia é: se são justapostas, estão em relação de coordenação. Autores como

Ross (1967) e De Vries (2006) argumentam que relativas apositivas precisam ser interpretadas como estruturas coordenadas.

O fato de se assemelhar uma relativa apositiva a um elemento coordenado traz consigo o ônus de se ter de explicar como acontece a interpretação do pronome relativo nessas construções. Em uma restritiva, o pronome relativo claramente se liga ao antecedente e tem sua referência constituída com base nele. Se falamos em relativas apositivas como estruturas de coordenação, estamos dizendo que a relativa está em paralelo com o nome que lhe serve de antecedente, podendo ser livremente desconectada dele. Contrariamente a isso, o que (9b) mostra é que a relativa apositiva precisa ser antecedita pelo nominal a que se conecta, jamais podendo anteceder-lo como aconteceu com a apositiva nominal, por exemplo.

O que podemos observar, claramente, em (9b), é que, quando a subordinada iniciada por “que” é uma relativa apositiva, o pronome relativo precisa ser antecedido pelo nominal que serve de referente para ele, o que – de certo modo – acaba por complicar uma apreensão desse tipo de construção como sendo coordenada (portanto justaposta) ao antecedente. Em outras palavras, as construções parentéticas em (8a) e em (8c) parecem se assemelhar em comportamento sintático, enquanto (8b) se distancia dessas outras. Voltaremos mais adiante a essa questão.

Como se vê, há fatos de natureza sintática intrigantes envolvendo as relativas apositivas e as construções a elas aparentadas, os quais precisam ser investigados. Nesta dissertação, pretendemos nos encarregar de avaliar tais questões.

## 1.2. Perguntas de pesquisa

Alguns questionamentos surgem a partir da discussão levantada na seção anterior.

Sejam agora os dados em (10) e (11) a seguir:

(10) a. Ela disse apenas isto, que tinha fome. → Ela disse apenas ~~isto~~, que tinha fome.

b. Ela disse apenas que tinha fome.

(11) a. Encontramos o João, que é o garoto da foto. → Encontramos ~~o João~~, que é o garoto da foto.

b. \*Encontramos que é o garoto da foto.

O contraste observado em (10) e (11), a saber, a possibilidade de elisão do nominal âncora em (10) com a colocação da subordinada em seu lugar (10b) e a impossibilidade do mesmo procedimento em (11), nos leva a concluir que a subordinada em (11) é diferente daquela de (10). É preciso observar que, em (10), temos o que chamamos aqui de apositiva nominal, enquanto em (11) a oração subordinada é uma relativa apositiva.

Resta-nos perguntar:

- Em que tipo de propriedade sintática reside a diferença entre apositivas nominais e relativas apositivas?

Vejamos ainda o conjunto de dados em (12) e (13) a seguir:

(12) a. Este é o meu desejo: [que você seja feliz].

b. **Que você seja feliz**, este é o meu desejo.

(13) a. Minha cachorrinha, [que se chamava Juma], era muito inteligente.

b. \***Que se chamava Juma**, minha cachorrinha, era muito inteligente.

Em (12), temos a ocorrência daquilo que a gramática tradicional convencionou chamar oração substantiva apositiva (que aqui denominamos apositiva nominal). A oração apositiva nominal vem normalmente introduzida pela conjunção integrante “que” e exerce a função de aposto em relação a um substantivo ou pronome da oração principal (CUNHA; CINTRA, 2008, p 614). Vemos que é possível deslocar essa apositiva à esquerda, deixando-a totalmente livre na estrutura, e o resultado é uma construção aceitável em português. Entendemos que apositivas nominais sejam estruturas genuinamente justapostas à expressão nominal a que se conectam (no caso de (12a), o sintagma nominal “meu desejo”).

Em (13), a sentença entre colchetes é uma relativa apositiva. É possível ver que a tentativa de aplicação do mesmo teste (deslocamento da sentença à esquerda) resulta em construção agramatical; isso implica dizer que o termo “que” não pode estar livre no período, ele precisa ser associado a um antecedente nominal, realizado de forma anafórica. Esse fato

mostra clara distinção entre (12) e (13), que a própria tradição já julga distintos, mas coloca uma questão que é a seguinte: é possível falar em uma relativa apositiva como uma sentença justaposta, e, portanto, coordenada ao nome a que se liga?

Em face de tais questões, cabe indagar:

- É possível tratar relativas apositivas como estruturas justapostas/coordenadas como as apositivas nominais? Se isso é possível, como se dá a construção da referência do termo “que” nessas estruturas, que aí é chamado pronome relativo?

Vejamos mais uma questão intrigante nos dados:

- (14) a. O planeta Terra, [que é azul], integra o Sistema Solar.  
 b. Cecília, [que é minha filha], cursou medicina.  
 c. O planeta Terra, **azul**, integra o sistema solar.  
 d. Cecília, **minha filha**, cursou medicina.

Como já debatido anteriormente, ao analisarmos os dados relacionados acima, é possível observar um comportamento diferente entre as orações. Em (14a), se reduzirmos a relativa apositiva a um termo único, um sintagma simples, teremos como resultado da redução um adjetivo, como se vê em (14c); ao passo que, em uma possível redução realizada em (14b), a coisa não se dará da mesma forma; se observarmos com atenção, veremos – nesse caso – que o procedimento de redução da sentença tem como resultado um nome, conforme se pode ver em (14d) (quando a redução resulta no sintagma nominal ‘minha filha’).

Diante do exposto, se estamos frente a estruturas sintáticas de natureza idêntica (a saber, relativas apositivas), mas que apresentam comportamentos divergentes, questiona-se:

- O que há na natureza da estrutura da relativa apositiva que permite que tenhamos resultados diferenciados quando as reduzimos como em (14)?

A presente dissertação visa a discutir tais questões e a propor a análise mais apropriada para aquilo que chamamos relativa apositiva.

### 1.3. Objetivos

Este trabalho apresenta, portanto, a princípio, como objetivo geral, debater a sintaxe de relativas positivas.

Os objetivos específicos são os seguintes:

1 – Avaliar a sintaxe das relativas apositivas, na intenção de explicar o paradigma que se mostra nos dados de (4) a (7);

2 – Avaliar o status das relativas apositivas, se coordenadas, se subordinadas ao nome que lhes serve de antecedente, avaliando a conexão do pronome relativo com o antecedente nessas construções;

3 – Diferenciar apositivas nominais de relativas apositivas, no que concerne à sintaxe dessas estruturas.

#### **1.4. Justificativa**

As relativas apositivas têm formação complexa, e são alvo de controvérsia na literatura linguística (e mesmo no debate tradicional), em relação à sua estruturação sintática, se constituem estrutura de subordinação ou de coordenação.

Além disso, como demonstramos anteriormente, se aplicarmos um teste sintático de redução (isto é, se tentarmos reduzir a relativa apositiva a um termo) ora temos que sua redução resulta em um nome, ora em um adjetivo, o que sugere que podemos estar diante de comportamentos sintáticos distintos de relativas apositivas, até aqui entendidas como uma classe homogênea.

Outro ponto que merece nossa atenção neste trabalho: caso consideremos a apositiva uma sentença em coordenação ao nominal a que ela se conecta, como é possível capturar a interpretação para o pronome relativo? Em outras palavras: se uma relativa apositiva é uma sentença coordenada ao nome, como estabelecer a conexão entre o pronome relativo que a encabeça e o nominal a que ele se refere, se do ponto de vista sintático eles se acham desconectados?

Trata-se, portanto de questões intrigantes que precisam ser investigadas e que, dessa forma, justificam a organização desta dissertação.

## 2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

### 2.1 As construções relativas

Como dissemos anteriormente, orações relativas são, usualmente, entendidas como sentenças subordinadas, introduzidas por um pronome relativo, que, na sua modalidade mais típica, modificam uma expressão nominal antecedente, mas podem modificar, igualmente, outra oração (DUARTE; BRITO, 2003, p.655).

As orações relativas podem ocorrer com antecedente exposto, sendo subdivididas em restritivas e apositivas (dados em (15a e b) ou podem se apresentar sem um antecedente exposto (DUARTE; BRITO, 2003) no contexto sintático relevante, sendo conhecidas como relativas livres (dado em (15c). Vejamos os exemplos abaixo:

- (15) a. A menina **que chegou** é minha irmã. (relativa restritiva)  
 b. A menina, **que é minha irmã**, chegou. (relativa apositiva)  
 c. **Quem chegou** é a minha irmã. (relativa livre)

De acordo com Medeiros Júnior (2020, p.86), “as relativas livres são frases relativas sem um antecedente nominal localizável no contexto sintático relevante”. Argumenta o autor que esse tipo de relativa apresenta certa semelhança com outras construções subordinadas, como as sentenças interrogativas encaixadas, fato que tem gerado diversos estudos na tentativa de estabelecer uma diferenciação estrutural entre tais estruturas.

Para De Vries (2002/2006), as relativas livres podem ser divididas em dois tipos: o primeiro o autor chamou de “verdadeiras relativas livres”; esse tipo de oração relativa não está relacionado a um núcleo N ou D manifesto, como podemos observar em “Você convidou *quem você queria* para a festa” ou em “Maria chegou *quando a festa já tinha acabado*”. O segundo tipo De Vries denominou de “falsas relativas livres”; estas não apresentam um núcleo N manifesto, mas realizam algum tipo de material D na posição de antecedente como em “*O que você compra* é sempre muito caro”. A esse tipo de estrutura sintática Smits (1988), De Vries (2002/2006) e, mais tarde, Medeiros Júnior (2014/2020) atribuíram a denominação de

relativa semi-livre (conferir discussão a respeito em SMITS (1988); De VRIES (2002; 2006); MEDEIROS JÚNIOR (2014; 2020).

Além dessa subdivisão, que tem como ponto central a estrutura sintática, a avaliação semântica conduz à identificação de mais tipos de relativas, dentre elas, uma que foi identificada por Carlson (1977) como relativa de maximalização<sup>1</sup>. Estruturalmente essa relativa é similar à relativa restritiva, mas semanticamente elas se distinguem: núcleo e oração relativa juntos denotam um “conjunto de quantidade”, um grau máximo de relativização do elemento referido (cf. também discussão a esse respeito em BIANCHI, 2004). É o que vemos em (16) a seguir:

- (16) a. Levamos dez anos para construir a casa **que o vento derrubou em poucos minutos**.  
 b. Comemos as frutas **que estavam em cima da mesa**.

Observa-se, nos exemplos acima, a semântica de totalidade trazida pelo núcleo e a oração relativa juntos, ou seja, a relativa amparada pelo antecedente abarca semanticamente o todo, o conjunto total (o vento derrubou toda a casa em poucos minutos; comemos todas as frutas que estavam na mesa).

As sentenças relativas podem ocorrer de diferentes formas e, segundo Downing (1978), uma caracterização sintática universal para as relativas seria impossível; a não ser que se pense em uma distinção em termos semânticos.

De acordo com Medeiros Júnior (2020), “as orações relativas precisam ser entendidas como estruturas que relacionam um DP correferencial, em seu interior, a um DP posto na oração matriz, agindo dessa forma como uma espécie de modificador (expressão de valor adjetival), que opera diretamente na interpretação do DP que a encabeça”.

Assim, duas propriedades, ambas de natureza semântica e sintática, ressalta De Vries (2002), são essenciais para definir as construções relativas: a oração relativa é uma sentença subordinada, e a sentença relativa conecta-se a algum tipo de material a sua volta por intermédio de um constituinte que o autor denomina pivô. Este constituinte pivô é semanticamente compartilhado pela sentença matriz e pela oração relativa. Se o pivô aparece na sentença matriz, ele poderá ser reconhecido como antecedente. Nesse caso, a oração

---

<sup>1</sup> Por não se constituir objeto deste trabalho, não vamos nos ater ao detalhamento desse tipo de sentença relativa.

relativa apresenta uma lacuna que poderá ser preenchida por um pronome relativo. Se o pivô ocorrer no interior da sentença relativa, tem-se a construção relativa com núcleo interno. Nesse caso específico, é a matriz que contém a lacuna que será preenchida pela construção relativa.

Esse termo sintático (o pivô) pode desempenhar funções distintas em uma mesma estrutura sintática: uma função na relativa e outra função na oração matriz (cf. De VRIES, 2002; MEDEIROS JÚNIOR, 2020). Assim, temos que o papel semântico e o papel sintático que o constituinte pivô desempenha na oração relativa não precisam ser idênticos ao que ele realiza na oração matriz (MEDEIROS JÚNIOR, 2020, p.79). Vejamos:

(17) A casa [que eu comprei....] é lindíssima.

(MEDEIROS JÚNIOR, 2020, p.79)

Em (17), o pivô é sujeito na matriz e complemento do verbo “comprar” na relativa.

Nesse caso, entende-se que a lacuna na relativa, representando o termo “casa”, é independente sintática e semanticamente de seu papel na oração matriz (MEDEIROS JÚNIOR, 2020, p.79).

Resumindo: frases relativas são modificadores nominais cujas propriedades sintático-semânticas têm orientado, tradicionalmente, uma análise dessas construções como adjuntos adnominais, mas que – como veremos aqui – condensam questões bastante curiosas e que merecem a nossa atenção.

Passemos à avaliação da tipologia das construções relativas.

## **2.2 Tipologia**

### **2.2.1. Relativas Restritivas**

Como já exposto, as sentenças relativas com antecedente exposto são tradicionalmente divididas em apositivas e restritivas. De acordo com Bianchi (2004), as relativas restritivas são tratadas como termo restritivo de seu antecedente e contribuem para determinar o significado de todo o DP. São também denominadas de orações determinativas,

já que cooperam para a criação da referência do nominal a que se conectam e vêm, frequentemente, em adjacência ao antecedente, tendo natureza semântica excludente (MEDEIROS JÚNIOR, 2020). É o que podemos observar nos exemplos em (18).

- (18) a. O aluno [que estuda] passa nos exames.
- b. O homem [que trabalha arduamente] tem garantido o seu sustento.
- c. A maçã [que estava estragada] ficou fora da cesta.

Em (18), as expressões destacadas são construções relativas restritivas do português. Nota-se que essas orações atuam na restrição do domínio de referência da expressão nominal a que estão ligadas, criando, em termos semânticos, um subconjunto do conjunto denotado pela expressão nominal que lhe serve de antecedente; nesse caso, portanto, (como já afirmamos) atuam semanticamente de forma excludente, isto é, excluem uma gama de possibilidades de interpretação e apontam para um grupo ou indivíduo específico (MEDEIROS JÚNIOR, 2020, p 80).

Dizendo de outro modo, relativas restritivas realizam uma operação de intersecção entre conjuntos quando associadas a um nominal antecedente (cf. CHIERCHIA, 2003; MEDEIROS JÚNIOR, 2020). A ideia é que a relativa denota um conjunto e seleciona elementos do conjunto denotado pelo antecedente para se referir a esse subconjunto. Vejamos:

- (19) Conversamos com as pessoas que você conhece.

Observe-se que o antecedente (as pessoas) denota um conjunto de indivíduos; a oração relativa indica outro conjunto: o conjunto de tudo aquilo que “você conhece”. O resultado dessa operação é a criação de um subconjunto dentro do conjunto das pessoas (a saber, o conjunto das pessoas que você conhece). Por outra, a relativa aponta para um conjunto de pessoas específico, o que – de modo irrevogável – diminui as possibilidades de interpretação do nominal “as pessoas”.

Ainda, no contexto semântico, as restritivas podem tomar como antecedente tanto expressões genéricas como expressões definidas (cf. De VRIES, 2006; MEDEIROS JÚNIOR, 2020), mas não podem estar associadas a expressões altamente específicas, como pode ser observado em (20).

(20) a. As pessoas que se exercitam são mais saudáveis.

b. \*A Terra que é o terceiro planeta gira em torno do sol.

A agramaticalidade produzida em (20b) está relacionada ao fato de a sentença relativa restritiva se apresentar associada a um antecedente altamente específico, nesse caso com referência única (DE VRIES, 2002, p.183).

No que diz respeito ao antecedente, ainda em termos semânticos, entende-se que as relativas restritivas não podem modificá-lo quando este represente um exemplar único em uma espécie (MEDEIROS JÚNIOR, 2020): o referente de uma restritiva necessita denotar a espécie ou o processo de restrição não se aplicará, como podemos ver nos dados apresentados por Medeiros Júnior (2020):

(21) a. \*João que faz essas coisas é estranho.

b. Menino que faz essas coisas é estranho.

Importante ressaltar que, em português, a presença do determinante antecedendo o nome torna possível construções como em (22), em que se procura individualizar o termo relativizado dentre muitos outros (ou seja, uma Maria entre tantas Marias), por meio da restritiva.

(22) A Maria que chegou não é a nossa professora.

O fato descrito em (22) nos conduz a uma característica sintática das relativas restritivas, que é a de poderem modificar apenas DPs (cf. SMITH, 1964 e MEDEIROS JÚNIOR, 2020). Vejamos os dados colocados em (23):

(23) a. \*Ela não é [atleta] que todos esperavam.

b. Ela não é [a atleta] que todos esperavam.

c. \*Ele dançou com [menina] que era a mais cobiçada da festa.

d. Ele dançou com [a menina] que era a mais cobiçada da festa.

Observamos que, como claramente demonstrado em (23)a e c, uma restritiva não pode modificar um sintagma que não seja um DP; como se pode ver, parece haver uma relação

estreita entre a relativa e a presença ou ausência de um determinante. Segundo Smith (1964), o determinante do sintagma nominal, em inglês, é um elemento decisivo para a aceitação da frase relativa; vejamos:

- (24) a. \*John who is from the South hates cold Weather.  
 b. He climbed a mountain that is higher than Everest.  
 c. He married a girl who is from Texas.  
 d. Any book which is about linguistics is interesting.

(SMITH, 1964, p.38 e 41)

Cabe ressaltar que DPs com interpretação genérica (aqueles em que o núcleo, o próprio determinante, está apagado), em português, também podem ser associados a frases relativas restritivas, como vemos em (25):

- (25) a. Pessoas que leem muito escrevem melhor.  
 b. Crianças que brincam na rua são mais felizes.

Outra questão aventada por Smith (1964) diz respeito ao fato de que a relativa restritiva pode se ligar a um sintagma nominal que já possua outra sentença restritiva modificando-o, ou seja, as relativas restritivas apresentam um caráter recursivo (mais de uma ligada ao mesmo antecedente), como mostra o dado abaixo:

(26) John met a man who was from New York who had never been to the top of the Empire State Building.

(SMITH, 1964, p.42)

Passemos à avaliação das sentenças apositivas.

### **2.2.2. Relativas Apositivas**

Em outra vertente, encontramos as relativas apositivas, alvo de análise nesta dissertação, que exprimem um comentário a respeito de uma entidade denotada por um

sintagma nominal (NP) antecedente (DUARTE; BRITO, 2003). De forma diversa das restritivas, as apositivas não contribuem para a construção do valor referencial da expressão que as antecede, apresentando um caráter parentético, marcado, na oralidade, por pausas e, na escrita, por vírgulas (DUARTE; BRITO, 2003), conforme se pode observar nos dados em (27) abaixo:

- (27) a. O gato, [que é um felino], é inimigo do rato.
- b. Paulo, [que ensina gramática], chegou.
- c. A Ana, [que ama literatura], leu tudo de Machado de Assis.

De acordo com Bianchi (2004), as relativas apositivas modificam todo o NP alvo, não contribuindo para a restrição, e existe uma coincidência entre os dois conjuntos, isto é, a ideia denotada pelo DP é única e relativizada e estabelece uma relação completa com a relativa (os conjuntos são coincidentes). É o que podemos perceber a partir do exemplo, adaptado de Santos e Guerra Vicente (2020), apresentado em (28) a seguir:

(28) Os professores conversam com os alunos, que não se saíram bem nas provas finais.

O dado em (28) é interpretado da seguinte forma: não há aluno algum que tenha se saído bem nas provas finais. O nome relativizado não apresenta variável dentro do universo do discurso (SANTOS; VICENTE GURERRA, 2020, p.176).

Semanticamente, para Medeiros Júnior (2020), as relativas apositivas são sentenças de natureza includente, generalizante; isto é, o conjunto que a relativa denota inclui todo e qualquer representante do conjunto denotado pelo antecedente.

Vejamos o dado em (29):

(29) Galinhas, que são aves, põem ovos.

(MEDEIROS JÚNIOR, 2020, p.83)

O que se nota é que o conjunto de aves contém, necessariamente, o conjunto das galinhas. O contrário resultaria em uma expressão agramatical, como se vê em (30).

(30) \*Aves, que são galinhas, põem ovos.

Em (30), a semântica (bem como as condições pragmáticas) impede a realização da apositiva, porque – nesse caso, como dissemos – o conjunto das aves necessariamente inclui o conjunto das galinhas, e não o contrário. Esse contraste nos dá a entender da semântica das apositivas (MEDEIROS JÚNIOR, 2020, p. 83).

Para Smith (1964), as relativas apositivas estão fora do escopo do D que seleciona o nome antecedente e, portanto, fora do escopo da referência constituída para esse nome, sendo – dessa forma – independentes do sintagma nominal ao qual estão associadas. Ainda em conformidade com Smith, a intuição semântica sobre as relativas apositivas é a de que elas são maximamente definidas, no sentido de que expressam algo sobre a totalidade dos indivíduos incluídos no grupo denotado pelo antecedente. De acordo, ainda, com a autora, as relativas apositivas não apresentam a característica da recursividade, ou seja, somente uma apositiva (e não mais de uma) pode aparecer relacionada ao seu antecedente<sup>2</sup>.

Outro aspecto importante, que merece destaque, é que as apositivas podem estar ligadas a qualquer tipo de antecedente (SMITH, 1964), como se pode ver nos exemplos a seguir, retirados de Medeiros Junior (2020), p.84.

- (31) a. Seres humanos, que são racionais, degradam seu próprio hábitat. (Antecedente: DP)
- b. Eles correram rapidamente, o que surpreendeu a todos. (Antecedente: AdvP)
- c. Eles negaram serem culpados, o que de fato eram. (Antecedente: AP)
- d. Ela veio de Brasília, onde de fato nasceu. (Antecedente: PP)

---

<sup>2</sup> Fica implícito, na argumentação de Smith (1964), que é possível associar mais de uma restritiva a um antecedente, mas não mais de uma apositiva. Não está muito claro, com base nos dados do português, que esse ponto represente universalmente o comportamento de relativas apositivas, já que parece ser possível associar mais de uma apositiva a um nominal antecedente, quando essas orações estão coordenadas:

- (i) O João, que é meu primo, que costuma jogar futebol, e que nunca desrespeita os mais velhos, está aqui.

Como dito anteriormente, os determinantes, segundo Smith (1964), na língua inglesa, estão relacionados com o tipo de sentença relativa que será produzida, como pode ser observado em (32) a seguir:

- (32) a. John, who knows the way, has offered to guide us.  
 b. \*Any book, which is about linguistics, is interesting.  
 c. The book, which is about linguistics, is interesting.

(SMITH, 1964, p.38)

Os exemplos acima nos mostram que não são todos os nomes ou expressões nominais que aceitam sentenças apositivas. A gramaticalidade está atrelada ao tipo de determinante que acompanha o antecedente relativizado (SMITH, 1964).

Vale destacar que, na língua portuguesa, parece ser possível a ocorrência de construções com referentes genéricos para as apositivas, como evidenciam os exemplos abaixo em (33).

- (33) a. O homem, que é mortal, acha-se invencível.  
 b. Alguma experiência, que vem com o tempo, fortalece as relações entre as pessoas.

Observe-se que nos exemplos em (33), apesar de os antecedentes apresentarem natureza genérica, a oração relativa apositiva produz estruturas gramaticais para o português.

## **2.3 Coordenação e aposição**

### **2.3.1. Do contraste coordenação x subordinação**

Como parece haver uma questão envolvendo as relativas apositivas, a saber, a discussão sobre se constituem estruturas subordinadas ou expressões coordenadas ao nominal

que modificam (cf. DE VRIES, 2002; BIANCHI, 2004, além das discussões constituídas na GT, já aventadas anteriormente), julga-se necessário instaurar debate sobre tais questões.

A coordenação é um processo de formação de unidades complexas, caracterizada por combinar constituintes de mesmo nível categorial – núcleos ou constituintes plenamente expandidos – que desempenham as mesmas funções sintáticas e semânticas (MATOS, 2003, p.551).

Sejam os dados:

(34) a. O Pedro e a Ana são irmãos

b. Ele avisou que estava chovendo e que não sairiam.

Em (34a), apresenta-se a coordenação de sintagmas nominais (o Pedro; a Ana) e, em (34b), temos a coordenação de duas sentenças complementadoras. Ambas as coordenações são estabelecidas por meio da conjunção “e”.

A coordenação e a subordinação partilham a propriedade de formar unidades complexas; porém, há aspectos que distinguem, sintaticamente, esses dois processos: a subordinação opera sobre unidades oracionais frásicas e a coordenação pode ter domínio de aplicação em todos os tipos de categorias sintáticas (MATOS, 2003, p. 552).

Ao tratarmos da articulação de períodos com mais de uma oração, um ponto importante, que separa a subordinação da coordenação, é o fato de que, em se tratando de subordinação, a oração subordinada desempenha sempre, em relação à subordinante, uma função sintática (sujeito, complemento ou adjunto) e uma função temática (tema, adjunto de fim, de causa, de tempo etc.); isso não acontece com as estruturas quando envolvem coordenação frásica. Em frases que estão em coordenação, os membros coordenados não exercem qualquer função sintática ou temática um em relação ao outro. Pelo contrário, como o exemplo em (35b) nos mostra, ambos os termos coordenados de domínio subordinado desempenham a mesma função sintática e semântica (MATOS, 2003).

(35) a. Pedro comprou o jornal e Maria o leu.

b. Ele disse que tinha comprado o jornal e que Maria o tinha lido.

(MATOS, 2003, p.553)

Outra propriedade que nos permite distinguir as estruturas de coordenação das de subordinação, segundo Matos (2003), é a mobilidade dos constituintes. Os termos coordenados quase não apresentam essa propriedade na frase. Dessa forma, diferentemente do que acontece com as orações subordinadas, as frases coordenadas não podem ser facilmente deslocadas. Vejamos exemplos em (36) e (37).

- (36) a. Ele só confessou [que detestava cozinhar] à Maria.  
 b. [Que detestava cozinhar], ele só confessou à Maria.  
 c. Ela vai ao restaurante [quando não quer fazer o jantar].  
 d. [Quando não quer fazer o jantar], ela vai ao restaurante.

(MATOS,2003, p.553)

- (37) a. Eles partiram para São Paulo, [mas não foram a passeio].  
 b. \*[Mas não foram a passeio], eles partiram para São Paulo.  
 c. Não só choveu muito, [como inundou boa parte da cidade].  
 d. \*[Como inundou boa parte da cidade], não só choveu muito.

Essa falta de mobilidade é observada também em estruturas coordenadas não frásicas, como podemos ver em (38).

- (38) a. [Poucos professores, mas muitos alunos] compareceram à reunião.  
 b. \*[Mas muitos alunos, poucos professores] compareceram à reunião.  
 c. Ele levou a criança [não só ao restaurante como ao cinema].  
 d. \*Ele levou a criança [como ao cinema, não só ao restaurante].

(MATOS, 2003, p.553)

De acordo com Matos (2003), a gramática tradicional apresenta como uma das propriedades da coordenação a aparente intercomutabilidade dos termos coordenados. Isso se deve a certa liberdade de manipulação, ao não considerar, como parte integrante dos termos

que se encontram coordenados, os conectores coordenativos que os introduzem, como mostra o exemplo em (39).

(39) a. O João vai ao cinema, mas [a Maria vai ao concerto].

b. [A Maria vai ao concerto], mas o João vai ao cinema.

(MATOS, 2003, p.554)

Por outro lado, nas coordenações assimétricas, aquelas em que se apresentam explicitamente conjunções coordenativas, a diferenciação entre subordinação e coordenação nem sempre é fácil, pois são construções que se encontram na fronteira entre uma coisa e outra. Essas coordenações estabelecem nexos entre os seus membros coordenados que, do ponto de vista semântico, aproximam-se da relação entre subordinante e subordinado, embora se comportem formalmente como coordenações, não se observando, por exemplo, a mobilidade que ocorre nas subordinadas (MATOS, 2003).

(40) a. Está um dia quente, mas a criança tem frio. (coordenada)

b. \*Mas a criança tem frio, está um dia quente.

c. Embora esteja um dia quente, a criança tem frio. (subordinada)

d. A criança tem frio, embora esteja um dia quente.

(MATOS, 2003, p.555)

### 2.3.2. Da aposição

Nessa mesma linha comparativa, Matos (2003) afirma que a coordenação se distingue da aposição, que consiste em um processo de justaposição a um sintagma ou frases de outros sintagmas ou frases, materializando-se a conexão entre essas unidades por meio da utilização de pausas e de uma entonação específica, como se observa em (41).

(41) Maria, *minha prima*, chegou ontem da Itália.

Entretanto, a autora ressalta que a aposição pode ser compatível com a coordenação, como nos dados em (42), embora a presença de conjunção seja facultativa.

(42) a. A Inglaterra, e talvez também a França, interveio no conflito armado.

b. A Inglaterra, talvez também a França, interveio no conflito armado.

(MATOS, 2003, p.555)

Outra questão de relevância quando tratamos da aposição é a discussão – nada consensual – sobre esse tipo de construção como tendo natureza coordenada. Teríamos na aposição um caso trivial de coordenação? Se não é o caso, como tratar essas construções?

Matos (2003), por exemplo, entende que a aposição não pode ser reduzida a um caso de coordenação por formar unidades sintáticas complexas distintas da coordenação. Em sentido contrário caminha De Vries (2006), ao afirmar que o status sintático das aposições deve ser analisado como a justaposição de constituintes coordenados. O autor afirma, ainda, que, no processo de coordenação das estruturas apositivas, o que temos é um modificador de DP pós-nominal não-restritivo com natureza de expressão coordenada. (DE VRIES, 2006, p.238).

De Vries (2006) trata ainda da existência de vários tipos semânticos de aposição: as aposições equativas, as exemplificativas e as atributivas. Os exemplos do autor (p.238) para cada um desses tipos de aposição seriam os seguintes:

(43) a. John, our boss (aposição equativa)

b. a nice present: a book by Golding (aposição exemplificativa)

c. Joep, a nasty liar (aposição atributiva)

O que todos esses tipos têm em comum é que a estrutura de aposição especifica o primeiro DP. Mesmo no caso das aposições equativas, o segundo DP fornece ao ouvinte/leitor mais informações sobre o primeiro DP (De VRIES, 2006, p. 238).

Observemos a seguir, os dados em (44), que contêm exemplos de coordenação, contendo duas noções semânticas específicas (a conjunção e a disjunção):

- (44) a. João e Maria (conjunção)  
 b. João ou Maria (disjunção)

Pensando na questão coordenação/não coordenação das construções apositivas, em (44a), observamos termos coordenados pelo conectivo “e”, que denota uma conjunção, (uma soma) dos dois termos; em (44b), temos a coordenação estabelecida com o conectivo “ou”, constituindo, semanticamente, o que chamamos de disjunção, isto é, o composto traz uma noção de exclusão: apenas um dos dois elementos pode ou deve ser considerado.

Observemos, agora, o que acontece em (45), em que temos uma construção apositiva:

- (45) a. A Casa Branca, a casa com o salão oval...  
 b. A Casa Branca, ou a casa com salão oval...

Note-se que empregamos aqui o coordenador do tipo “ou”. O fato de ser possível o emprego de um coordenador do tipo de “ou”, algumas vezes, sugere, fortemente, que a construção apositiva é um tipo de coordenação. Quirk et al (1985) afirmam que a aposição se assemelha à coordenação, não só coordenando estruturas de mesma natureza, mas também os coordenadores centrais ‘e’ e ‘ou’ podem, ocasionalmente, ser usados como marcadores explícitos da aposição” (cf. discussão adicional sobre isso em DE VRIES, 2006, p.238).

De Vries (2002) trata os casos de aposição como aquilo que ele chama de coordenação específica. A coordenação específica pode ser indicada por uma frase específica, que reporta algo a mais sobre o termo a que se liga, mas a conexão é fonologicamente vazia, isto é, envolve sempre uma vírgula e uma baixa entonação no segundo conjunto.

O conceito de coordenação específica foi inicialmente introduzido por Kraak e Klooster (1968) e consiste no seguinte: especificação de A por B significa que B adiciona informação para A, sendo A específico ou genérico. Nesse sentido, De Vries (2006) afirma que, sintaticamente, a restrição é representada por complementação, e que a aposição (especificação) é representada por coordenação. A justificativa para essa suposição é que, em

um discurso, só se pode adicionar informações a algo que já foi mencionado. Além disso, a informação extra é disparada fonologicamente por uma entonação baixa. E, ainda, a especificação é assimétrica: é sempre o segundo conjunto que especifica o primeiro (De VRIES, 2006, p.240).

Ao trazer essa discussão para o escopo das relativas apositivas, De Vries (2002) afirma que alguns linguistas vêm reivindicando que uma aposição (um aposto) é uma sentença relativa reduzida. O autor partilha dessa intuição e propõe que a relativa apositiva e a aposição são similares em alguns aspectos; em outras palavras, uma relativa apositiva não é nada mais que uma extensa aposição. Em frases como “Ana, *nossa chefe*” (em que o termo destacado é um aposto), que pode ser parafraseada por “Ana, *que é nossa chefe*” (termo destacado é uma relativa apositiva), temos uma mesma implicação, um mesmo resultado. Dessa forma, nota-se que as aposições são conjuntos específicos e que uma relativa apositiva é um conjunto específico para o antecedente ao qual ela se conecta (De VRIES, 2002, p.215).

Como se vê, a discussão sobre a natureza sintática de relativas apositivas (se construções coordenadas, se subordinadas, assim como a aposição, de uma maneira geral) não é um consenso.

#### **2.4. As diferentes visões sobre a sintaxe das relativas apositivas**

Especificamente sobre as relativas apositivas, Smith (1964) apresenta uma proposta em que considera que a apositiva é gerada como um complemento do determinante, como acontece com a restritiva, e que deve ser movida para a direita do antecedente dentro da projeção máxima do NP<sup>3</sup>.

Entretanto – como mencionado anteriormente– segundo a autora, não são todos os sintagmas nominais que licenciam a ocorrência de uma sentença relativa. Para Smith, a presença do determinante no sintagma nominal, em língua inglesa, é um elemento decisivo para a aceitação da frase relativa, como demonstrado nos dados em (46), retirados de Smith (1964, p.38), a seguir:

---

<sup>3</sup> É importante notar nesse ponto que teorias mais modernas de relativização como a de Kayne (1994) também preveem que restritivas e apositivas sejam formadas como complementos do determinante, embora a solução de Kayne para a distinção entre apositivas e restritivas se configure de maneira um pouco diversa da de Smith (1964), como veremos em sessões posteriores.

- (46) a. \*Any book, which is about linguistics, is interesting. (apositiva)  
 b. The book, which is about linguistics, is interesting. (apositiva)  
 c. Any book which is about linguistics is interesting. (restritiva)  
 d. He lives in a skyscraper that is twenty stories high. (restritiva)  
 e. The man who fixed the radio left this note. (restritiva)  
 f. John, who knows the way, has offered to guide us. (apositiva)  
 g. \*John who is from the south hates cold weather. (restritiva)  
 h. They pointed to a dog who was looking at him hopefully. (restritiva)  
 i. They pointed to a dog, who was looking at him hopefully. (apositiva)

Além disso, como também já aventado, e, considerando os dados colocados acima, Smith (1964) propõe, ainda, que há restrições seletivas entre determinantes e sentenças relativas e que a gramaticalidade depende do determinante que acompanha o nome e do tipo de sentença relativa que ele seleciona.<sup>4</sup> Ao que tudo indica, relativas apositivas não podem ser selecionadas por um DP [-definido] (cf. (46a)), diferentemente do que ocorre com as restritivas, que podem livremente ser associadas a DPs [-definidos] (cf. (46c e d)), como já apontado anteriormente.

Vale ressaltar que, em português, parece que o processo não se dá da forma como descrito para a língua inglesa, uma vez que são possíveis e aceitáveis construções relativas com ou sem determinantes expressos, definidos ou indefinidos, como podemos observar nos dados abaixo:

- (47) a. Qualquer pessoa que trabalha muito vence na vida. (relativa restritiva)  
 b. Qualquer livro, que fale sobre relativização, é interessante para o meu trabalho.  
 (relativa apositiva)

---

<sup>4</sup>Segundo Smith (1964), quando as restrições são estabelecidas, surgem três classes de determinantes: i- a classe que aceita apenas a relativa apositiva (chamada pela autora de Unique), que aparece com nomes próprios; ii- a classe que aceita tanto a relativa restritiva quanto a apositiva (Specified), que aparecem com “a”, “the”, Ø e iii- a classe que aceita somente relativas restritivas (Unspecified), que aparecem com “any”, “all” etc. São assim denominadas para indicar a distinção das formas tradicionais de determinantes definidos e indefinidos.

- c. (O) João, que conhece o caminho, será o nosso guia. (relativa apositiva)
- d. (Os) Golfinhos, que são mamíferos, são muito inteligentes. (relativa apositiva)
- e. (As) Crianças que brincam na rua são mais felizes. (relativa restritiva)

Em Ross (1967), temos o desenvolvimento de um estudo sobre as relativas apositivas, que foi denominado, posteriormente, por De Vries (2002/2006), de Hipótese da Sentença Principal (MCH – sigla em inglês) cuja ideia é a de que as relativas apositivas são sentenças principais. Ross (1967) sustenta que, em estrutura profunda (*D-structure*), as relativas apositivas são coordenadas à sentença principal (matriz) e algumas transformações a tornam uma sentença relativa (uma construção essencialmente parentética), que surge em uma posição adjacente ao antecedente; essa abordagem é assumida também por Thompson (1971). De acordo com De Vries (2006), a Hipótese da Sentença Principal (MCH) foi formalizada por Emonds (1979) e definida por Stuurman (1983).

Essa hipótese compete com a Hipótese da Sentença Subordinada (SCH – sigla em inglês), a qual propõe que a relativa apositiva é uma sentença subordinada, encaixada dentro de uma projeção máxima de seu antecedente; a ideia é que o antecedente e a relativa apositiva formam um constituinte. A diferença entre as relativas apositivas e as relativas restritivas pode ser representada pela fixação da apositiva em um nível mais alto dentro do NP (De VRIES, 2006, p.231)<sup>5</sup>.

(48) a. O filho da professora [que foi premiada] chegou.

b. O filho da professora, [que foi premiado], chegou.

Note-se que, em (48a), a oração relativa restritiva nos direciona a interpretar que a professora é que ganhou o prêmio, pois está ligada ao elemento mais baixo do DP, a saber, o segundo NP (a professora). Por outro lado, quando temos a relativa apositiva, (48b), ligada ao mesmo DP, percebemos que nossa interpretação nos leva a entender que foi o filho o ganhador do prêmio, o que pode conduzir à conclusão de que a apositiva está conectada ao termo mais alto do sintagma nominal (a saber, o DP “O filho”), como proposto em De Vries (2006).

---

<sup>5</sup> Observe-se que essa proposta já era delineada em Smith (1964), como já mencionamos anteriormente.

Nesse mesmo caminho, Jackendoff (1977) defende – para a análise de relativas apositivas – a Hipótese da Sentença Subordinada, que se traduz estritamente em uma interpretação desse tipo de construção como um caso de adjunção à direita. Segundo o autor, a relativa apositiva parece não estar dentro do escopo do determinante. Também para Smits (1988), as relativas apositivas constituem adjunções à direita ao nível de NP. Na teoria sintática em modelos mais atuais, as orações relativas apositivas são vistas como adjunção ao nível de DP (DE VRIES, 2006, p.231)<sup>6</sup>.

Em uma perspectiva mais ampla, no que diz respeito a essas duas teorias, a MCH e a SCH, a discussão reside na diferença entre “orfandade” e “constituência”. A primeira expressa a ideia de que o antecedente e a relativa apositiva são gerados separadamente; e a última, de que o antecedente e a relativa apositiva formam um constituinte sintático (DE VRIES, 2006, p.231).

A orfandade pode ser radical e não radical. O termo orfandade radical corresponde à ideia de que uma relativa apositiva não é parte da estrutura sintática da sentença matriz. Nessa acepção, Safir (1986) argumenta que há um nível LF', além de LF, em que a relativa apositiva é fixada próxima ao seu antecedente. E, da mesma forma, Fabb (1990) e Canac-Marquis e Tremblay (1998) afirmam que uma relativa apositiva é fixada ao nível do discurso, negando qualquer relação sintática entre a relativa apositiva e a sentença matriz.

A orfandade não radical, de acordo com De Vries (2006), encerra a ideia de que uma relativa apositiva está sintaticamente presente, mas não é gerada junto ao seu antecedente. Nesse contexto, a Hipótese da Sentença Principal é uma dessas representações, em que a sentença relativa apositiva é gerada como uma sentença conjunta à oração principal (matriz) e o material que intervém entre a relativa e o antecedente é extraposto à direita.

McCawley (1982) avalia que constituintes podem ser descontinuados e que, se considerarmos que precedência e dominância são relações independentes, então, poderão ocorrer transformações na mudança da ordem dos constituintes, deixando as relações codificadas da estrutura da frase intacta. Entretanto, McCawley não fala em coordenação, mas em uma relação parentética, na qual uma relativa apositiva pode ser gerada como anexada a uma sentença principal, como ocorre em MCH (*Main Clause Hypotesis*), e colocada próxima ao seu antecedente, entre parênteses, como uma simples transformação de mudança de ordem.

---

<sup>6</sup> Ainda não está sendo mencionado aqui a hipótese de relativização posta em Kayne (1994), baseada no que o autor chamou de LCA, que proíbe adjunções à direita.

Demirdache (1991) tenta trazer as vantagens da SCH (*Subordinate Clause Hypothesis*) e da MCH (*Main Clause Hypothesis*), ao propor que, como em SCH, as relativas apositivas são geradas como adjuntos à direita do antecedente e, então, a relativa é alçada e adicionada à sentença matriz em LF. Dessa forma, a relativa apositiva será uma sentença subordinada sintaticamente, porém interpretada como sentença principal.

Seguindo nessa mesma linha, propõe Del Gobbo (2003) que a relativa apositiva é gerada inicialmente usando uma adjunção à direita e, só depois, é movida para o nível da matriz, sendo interpretada como uma sentença principal. A diferença entre as duas propostas é que Demirdache (1991) aplica o movimento em LF e Del Gobbo (2003) propõe uma “regra de reestruturação” à hierarquia da sentença, transformando um modificador nominal em uma sentença matriz, ligada ao nível do discurso. Vamos observar o dado em (49) a seguir:

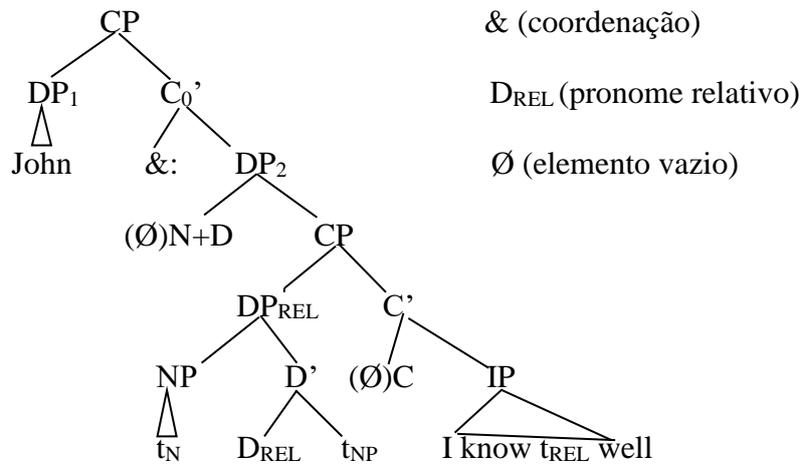
(49) Paulo, o professor que ensina gramática, chegou.

De acordo com o descrito por Del Gobbo (2003), o modificador nominal “que ensina gramática” é gerado inicialmente como um elemento em adjunção à direita (uma oração relativa restritiva) e, por meio de um processo de reestruturação da sentença (ou seja, há uma transformação da sentença restritiva em oração relativa apositiva), se move para se ligar ao elemento mais alto (Paulo), gerando a relativa apositiva, que passará a ser interpretada como uma sentença principal.

Outra possibilidade é considerar a coordenação da relativa apositiva ao seu antecedente, proposta por Koster (1995, 2000) e De Vries (2002, 2006).

Segundo De Vries (2006), assim como as posições, as relativas apositivas são “orações específicas”. O autor argumenta que as relativas apositivas podem ser tratadas como posições. Ambas são conjuntos do antecedente ou do núcleo (NP), cujo significado eles especificam. Dentro desse conjunto, a relativa é estruturada como uma (semi) relativa livre com uma cabeça pronominal vazia. O autor destaca, ainda, que a derivação sintática de toda construção relativa envolve *raising* (ou *promotion*) nos termos de Kayne (1994). Entretanto, no caso das relativas apositivas, não é o antecedente visível (primeira parte da construção apositiva) que é promovido, mas um NP abstrato (dentro do segundo conjunto), como nas relativas livres (De VRIES, 2006). Em (50), podemos observar a estrutura de uma relativa apositiva proposta por De Vries (2006, p.230).

(50) estrutura da relativa apositiva: “John, who I know well”



Ao analisar a estrutura acima, podemos observar, em primeiro lugar, que a relação entre o núcleo da apositiva e o CP modificador será mediada por uma cabeça vazia, representada por uma conjunção de coordenação, a qual De Vries se refere como “conjunção especificadora” com o objetivo de diferenciá-la das conjunções padrão. Em segundo lugar, a sentença *who I know well* não é um CP, mas uma semi relativa livre, o que significa ser uma relativa livre, encabeçada por um D nulo. Isso, na proposta de De Vries, faz com que haja uma assimilação da relativa apositiva com as aposições nominais, as quais ele sempre analisa como sendo estruturas coordenadas, encabeçadas por uma conjunção especificadora vazia. E, em terceiro, as relativas apositivas são como as restritivas, no sentido de que envolvem *raising* do núcleo da posição interna da oração relativa. Entretanto, como já colocado, o que se move não é o núcleo em si que é gerado no primeiro conjunto, mas um complemento NP abstrato do pronome relativo que se encontra dentro do segundo conjunto (CITKO, 2008, p 633).

Koster (1995, 2000), também trata as apositivas como orações específicas e sugere que a diferença entre uma relativa restritiva e uma relativa apositiva pode ser percebida pela fixação delas em níveis diferentes: NP para as restritivas e DP para as apositivas

(51) a. [<sub>NP</sub> Menino] que brinca muito é mais feliz. (relativa restritiva)

b. [<sub>DP</sub>A Terra], que integra o Sistema Solar, é azul. (relativa apositiva)

Contrariamente à hipótese da adjunção à direita, Kayne (1994)<sup>7</sup> propõe que uma relativa apositiva, assim como a relativa restritiva, é um complemento de um D externo. Argumenta o autor que as apositivas são derivadas do mesmo modo que as restritivas, exceto por uma diferença: em LF a sentença relativa apositiva é movida para o Spec DP, ficando fora do escopo de D; isso faz com que ela permaneça como sentença subordinada.

Na teoria de Kayne (1994), a sentença relativa é selecionada (como dissemos) por um determinante externo. A cabeça da relativa é um DP, formado por um determinante relativo e um NP, os quais são alçados (*raising/promotion*) de uma posição de argumento para uma posição periférica da sentença, imediatamente adjacente ao determinante externo, mais especificamente – assumindo o sistema CP dividido de Rizzi – o DP relativo se move para o Spec da posição de força; uma posição que está acima das posições de tópico e foco (cf. RIZZI, 1997). A *head raising analysis*, adotada por Kayne (1994), fornece uma resposta ao questionamento em relação à fixação das relativas. Por essa proposta, as relativas não são complementos de N e, também, não podem ser adjuntos à direita de N ou de qualquer projeção de N (ou D), porque, pela perspectiva de Kayne e de seu axioma da correspondência linear (LCA), a adjunção à direita é em geral banida (KAYNE, 1994, cap.8, p.87).

Ainda no contexto dessa teoria, como mencionamos no parágrafo anterior, o antecedente da relativa é gerado internamente a ela e é alçado à posição externa, apresentando, dessa forma, a seguinte estrutura: [<sub>DP</sub> D<sup>0</sup> CP]. Para as relativas do tipo “that”, do inglês, o “that” será o núcleo do CP. De acordo com o retratado, em uma sentença como “The boy that Mary saw”, a derivação se daria da forma como mostra o exemplo em (52):

- (52) a. The [that [Mary saw boy]]  
 b. The [boy [C<sup>0</sup> that [Mary saw *t*]]]

No mesmo sentido, para uma sentença-*wh* “the person who I love” a derivação se constituiria como exemplificado em (53).

- (53) a. The person who I love.  
 b. The [<sub>CP</sub> [<sub>TP</sub> I love who person]]  
 c. The [<sub>CP</sub> [<sub>DP</sub> person [who ~~person~~ I love *t*]]]

<sup>7</sup> Conferir também discussão em Bianchi (1999).

Em português, considerando a hipótese de que o pronome relativo se origina como determinante dos nomes que são seus antecedentes e estes nascem, portanto, internamente à relativa e são alçados para uma posição externa a ela, temos algo como o que se vê em (54) a seguir.

- (54) a. A menina que eu vi  
 b. A [<sub>CP</sub> [<sub>TP</sub> eu vi que menina]]  
 c. A [<sub>CP</sub> [que menina] eu vi *t*]]  
 d. [<sub>DP</sub> A menina [<sub>CP</sub> que [<sub>TP</sub> eu vi *t*]]]

Segundo essa proposta, conforme já mencionado, uma relativa apositiva se origina exatamente como uma restritiva e apenas em LF a relativa é movida para além do DP, escapando do escopo do D que seleciona o NP; isso seria responsável pela distinção no comportamento semântico de restritivas e apositivas.

A hipótese de relativização de Kayne (1994) será retomada neste trabalho e vamos assumi-la aqui como hipótese de base. A seguir, passo a tratar da teoria que fundamentará o debate nesta dissertação.

### 3. Arcabouço teórico

Nesta seção, passamos a descrever a teoria ou teorias que servirão de pano de fundo para a discussão que procuraremos instaurar. Trato aqui da proposta de Princípios e Parâmetros de Chomsky, em sua versão minimalista.

#### 3.1. A teoria de Princípios e Parâmetros

O gerativismo é o termo empregado para se referir à teoria da linguagem desenvolvida por Noam Chomsky no final da década de 1950. A gramática gerativa, que nasceu com o nome de Gramática Gerativo-Transformacional, sofreu modificações até chegar à teoria

chamada de Princípios e Parâmetros. Elaborada em 1981, a teoria de Princípios e Parâmetros adequou os debates apresentados quanto à Gramática Universal (GU) frente a questionamentos e novas descobertas na área da aquisição da linguagem.

Os estudiosos da gramática gerativa se preocupam em determinar e caracterizar a capacidade linguística particular do indivíduo, ou seja, ocupam-se em buscar descrever os estados da faculdade da linguagem, que se entende ser um conjunto de características e capacidades cognitivas inatas, um componente particular da mente/cérebro nos seres humanos.

A faculdade da linguagem consiste em um estado inicial geneticamente determinado que, no curso de desenvolvimento do indivíduo, passa por uma séria de estágios, atingindo um estado relativamente estável, que sofre poucas mudanças, exceto em relação à aquisição do léxico. O estado inicial é uniforme para todas as línguas; o estado final vai ganhar os contornos das línguas particulares (CHOMSKY, 1995).

Nesse sentido, o gerativismo tem como um de seus objetivos construir uma teoria da gramática que dê conta dos chamados universais linguísticos ou daquilo que é comum a todas as línguas, bem como das particularidades e possibilidades de realização dessas propriedades universais (que seriam os parâmetros); ou seja: busca-se uma descrição mais apropriada das bases e do funcionamento da GU.

Segundo essa perspectiva, a linguagem é adquirida a partir de um dispositivo inato inscrito na mente humana, que é desencadeado quando a criança é exposta aos modelos linguísticos de sua comunidade. Entende-se, portanto, a linguagem como sendo uma dotação genética, específica da espécie humana; essa abordagem é conhecida como inatismo: a criança nasce dotada dessa capacidade. Esse dispositivo linguístico elabora hipóteses linguísticas sobre dados linguísticos primários (língua à qual o indivíduo é exposto), gerando uma gramática específica, a gramática da língua nativa do falante, de maneira, relativamente, uniforme e com um certo grau de instantaneidade. Esse mecanismo faz despertar aquilo que está lá (mente/cérebro), por meio da projeção, nos dados do ambiente, de um conhecimento linguístico prévio, sintático por natureza (SCARPA, 2001, p.207).

Para o linguista gerativista, duas questões são de fundamental importância: determinar as propriedades do estado estável e do estado inicial da faculdade da linguagem, que é comum ao desenvolvimento humano. Isso nos leva a distinção entre competência (conhecimento) e performance (desempenho), em que competência está relacionada à capacidade inata e a

performance ao uso, emprego dessa capacidade. O estado estável da faculdade da linguagem é a competência madura do indivíduo (CHOMSKY, 1995, p.12).

Vale ressaltar uma propriedade importante do estado estável da faculdade da linguagem, que é a possibilidade de permitir o “uso infinito” de meios finitos, para a construção de infinitas sentenças. Dessa forma, de acordo com Chomsky (1995), temos que a competência é constituída por um sistema particular de meios finitos, que são adquiridos pela criança. Ao produzir e compreender uma quantidade indefinida de sentenças, o falante faz uso de uma propriedade das línguas naturais, a produtividade. Essa propriedade permite o uso da criatividade, capacidade de produção e compreensão de sentenças, independentemente dos estímulos. Tudo isso, segundo Chomsky (1995) relaciona-se à competência linguística do indivíduo. Dessa forma, a criatividade é dependente e vigiada pela produtividade, no sentido de que o falante pode dar vazão a toda a sua criatividade, desde que obedeça às regras impostas pelos sistemas gramaticais, isto é, obedeça às regras da gramática de sua língua. Devemos observar que a produtividade não pode ser identificada como criatividade, mas há uma conexão intrínseca entre elas (LYONS, 1983, p.212).

Outro sentido de “uso infinito”, tem a ver com o desempenho do falante quando este faz uso de sua competência para expressar seus pensamentos, referir-se, produzir sinais, interpretar o que ouve e assim por diante. De acordo com o que relata Chomsky, a faculdade da linguagem está embutida em um sistema de performance que acessa o procedimento gerado e permite ao falante executar essas ações (CHOMSKY, 1995, p. 13).

Essa descrição relatada anteriormente nos remete ao conceito de “língua interna” (individual, intencional) que trata daquilo que está na mente/cérebro do indivíduo, independente dos outros elementos do mundo. Em contraponto à “língua interna”, temos a “língua externa”, que é definida por estipulações, aquilo que pode ou não ser usado pelo falante de uma determinada língua (CHOMSKY, 1995, p.13).

Portanto, o dispositivo inato é dotado de princípios e parâmetros, em que os primeiros são universais, e os segundos são aqueles que permitem ao falante constatar o que é específico da língua de sua comunidade, ou seja, que é particular de sua língua. Assim, podemos entender os princípios e parâmetros da seguinte forma: partimos do princípio de que as sentenças de todas as línguas devem se constituir de sujeito. Entretanto, esse sujeito pode ser omitido ou não. Esse é o parâmetro a ser observado e marcado pela criança em fase de aquisição de uma dada língua. Mais especificamente, a criança exposta aos dados da língua inglesa, por exemplo, perceberá que o parâmetro a ser marcado é o que prevê que o “sujeito

deve ser preenchido”, pois essa língua não apresenta “sujeito nulo”; por outro lado, a criança exposta ao português europeu terá como valor o parâmetro “sujeito pode ser omitido” (SANTOS, 2002, p.221).

Para Chomsky, sem uma estrutura linguística interna, um indivíduo não pode interagir com o ambiente. A estrutura interna na espécie humana é invariante e se torna responsável, tanto pelas propriedades invariantes da língua quanto pelas variações possíveis. As línguas variam, mas a variação é restrita, pois depende de um número limitado de parâmetros já programados geneticamente (KATO, 1997, p.7).

Sendo assim, a teoria dos Princípios e Parâmetros constitui-se em uma teoria da linguagem a qual mostra que cada língua particular pode ser derivada de um estado inicial uniforme (CHOMSKY,1995). Portanto, tem-se que a estrutura das línguas é uniforme e invariante, determinada pelos princípios; e, por parâmetros, entende-se tudo aquilo que torna uma língua um sistema particular.

### **3.2 O Programa Minimalista**

Na década de 1990, Chomsky – buscando tornar a teoria da gramática em algo com maior poder explicativo – formulou, com base na teoria de princípios e parâmetros, aquilo que ele denominou Programa Minimalista para a linguagem humana.

Segundo essa proposta, a língua está envolvida em sistemas de performance que a habilita para ser usada pelos membros da espécie para articulação, interpretação, referência, questionamento, reflexão, entre outras ações (CHOMSKY, 1995, p.154).

Dessa forma, podemos entender as estruturas linguísticas como um complexo de instruções para os sistemas de performance, as quais fornecem informações relevantes para o seu funcionamento. A proposta minimalista de Chomsky (1995) busca encontrar conexões entre as propriedades da língua e seu uso.

O sistema de performance é dividido em duas categorias: articulatório-perceptivo (A-P) e conceitual-intencional (C-I). Uma expressão linguística contém instruções para cada um

desses sistemas, que são níveis de interface. Cada língua determina o conjunto de pares para os níveis A-P e C-I (CHOMSKY, 1995, p.154).

Nessa perspectiva, cada língua detém um conjunto de pares  $\pi$  e  $\lambda$ :  $\pi$  para PF (forma fonológica, atribuída a interface A-P);  $\lambda$  para LF (forma lógica, atribuída a interface C-I); esses pares são a representação formal do som e significado, respectivamente.

A língua, nesses termos, consiste em dois componentes: um léxico e um sistema computacional. O léxico contém os itens que entram no sistema computacional com suas propriedades. O sistema computacional usa esses elementos para gerar estruturas e derivações. A derivação de uma expressão linguística particular, então, envolve a escolha de itens do léxico e é uma computação que constrói os pares de representações de interface.

Assim, uma expressão linguística é considerada um objeto linguístico formal que necessita corresponder às exigências das interfaces, garantindo a interpretação completa. Essa interpretação constitui o “princípio da interpretação plena” (*full interpretation*), que garante que todo o material enviado para uma das interfaces carregue somente os traços que poderão ser interpretados de forma relevante para essa interface específica. A presença, de acordo com os estudos de Chomsky (1995), em uma das interfaces, de qualquer traço que não possa por ela ser interpretado impede por completo a derivação da estrutura.

Diante disso, entende-se que o estado  $S_0$  é constituído de princípios invariantes com opções restritas a elementos e propriedades gerais do léxico (os parâmetros). A seleção ( $\Sigma$ ) dessas opções determina o formato e a natureza da língua, e esta – por sua vez – corresponde (ou pode corresponder) a um infinito conjunto de expressões linguísticas. A aquisição da linguagem envolve a fixação dessa seleção paramétrica específica (CHOMSKY, 1995, p.155).

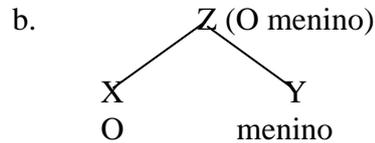
Nesse contexto, em um conjunto de seleções lexicais incidirão operações aplicadas pelo sistema computacional e objetos sintáticos vão sendo recursivamente construídos (CHOMSKY, 1995), tendo por base os traços dos elementos iniciais e de outros objetos sintáticos já formados. Nesse processo, encontramos a realização de operações como “SELECT”, “MERGE” e “MOVE”.

A operação SELECT (selecionar) agrupa os itens lexicais com todos os traços que os compõem: fonológico, semântico e formal.

A operação MERGE (juntar, concatenar) é binária e responsável pela formação dos pares de escolha lexical (x,y), em que um dos constituintes se projeta para ocupar a posição de

núcleo do objeto sintático z e atribui um “rótulo” que corresponderá ao núcleo do novo objeto sintático.

(55) a. MERGE (concatenar) – operação tem acesso ao léxico, seleciona 2 itens – x e y, faz a conexão e forma um objeto novo – z.



A operação MERGE é recursiva; após formar o objeto z, ela pode se aplicar sobre z, conectar outros objetos, criando um procedimento infinito.

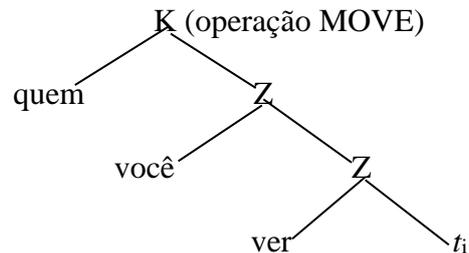
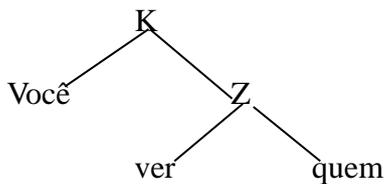
A operação MOVE (mover) desloca um elemento w de um objeto sintático z, movendo-o para um alvo k, com o qual passa a formar um novo objeto sintático por meio de uma nova aplicação de merge, ou seja, a operação mover atua sobre um objeto sintático já formado, ou parte dele, movendo-o para outra posição sintática.

(56) MOVE

OS<sub>1</sub>: Z = {ver, quem}



OS<sub>2</sub>: K = {você {ver, quem}}



Sobre a operação MOVE (mover) incidem condições: a “condição do elo mínimo” (*minimal link condition*), que determina qual é o traço mais próximo disponível para a relação de checagem e a “condição de convergência”, que determina o deslocamento apenas do material necessário para a convergência da derivação. Nas versões mais recentes do programa

minimalista, essa condição deixa de existir, porque operações como “concordância” (*Agree*) dispensam a formulação de uma condição dessa natureza (cf. CHOMSKY, 1999)

A proposta desenvolvida por Chomsky (1995) é baseada em checagem de traços; a ideia é que a sintaxe gera objetos sintáticos com base na checagem ou verificação de traços formais que os itens lexicais portam ao adentrarem na derivação. No processo de constituição de objetos sintáticos, o sistema computacional precisa eliminar os traços formais que originaram a estrutura, para que, às interfaces, só seja enviado o material relevante (instruções mecânicas para a PF e instruções interpretativas para a LF).

A linguagem passa, então, a se constituir de um modelo de funcionamento em que a organização estrutural (sintaxe) em um dado momento se divide e encaminha os traços fonológicos para serem interpretados em PF e os traços semânticos, em LF, ou seja, a sintaxe é responsável por combinar palavras, formando unidades maiores (sentenças) que serão pronunciadas em PF (som) e interpretadas em LF (significado).

Vamos explicar melhor essa questão. Como colocado anteriormente, para Chomsky (1995), a sintaxe é um sistema produtivo e recursivo, que não é aprendido, considerando que dominamos esse sistema, ou pelo menos parte dele, desde o nascimento (o que ficou conhecido como inatismo) e, nesse contexto, o falante possui uma gramática universal (GU), que (como já foi dito) se constitui de princípios e parâmetros. Nessa perspectiva, entende-se que exista um sistema computacional único, que organiza as derivações e as envia para a forma lógica (FL). Em algum ponto da derivação, o processo se ramifica para PF por uma derivação independente.

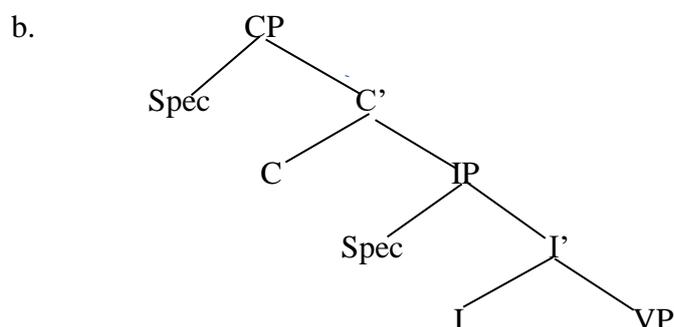
Dessa forma, uma derivação não pode conter aquilo que não possa ser interpretado ao final (princípio da interpretação plena) e as operações sintáticas precisam acontecer entre elementos que se encontrem próximos. Logo, a variação translinguística seria relegada à propriedade do léxico e a aquisição de parâmetros, portanto, seria determinada pela aquisição do léxico.

Como dissemos, conforme exposto por Chomsky (1995), o procedimento gerativo que organiza a língua interna é constituído em um léxico e um sistema computacional que opera sobre o léxico funcional, produzindo estruturas ou objetos sintáticos. O sistema computacional opera por meio de traços, em que teremos as categorias primitivas como substantivos (nomes), adjetivos, verbos e as pré (pós) posições, que serão os chamados núcleos, que se projetam a si mesmos até uma projeção máxima. Essas categorias trazem

consigo traços que as caracterizam, como, por exemplo, um substantivo (nome) terá traços [+N, -V], um verbo terá traços [-N, +V] e assim por diante.

Ainda, na proposta de Chomsky (1995), encontramos a descrição de itens funcionais que participam da construção estrutural. Os itens lexicais são constituídos de dois tipos, a saber, aqueles com conteúdo substantivo (lexicais) e aqueles sem conteúdo substantivo (funcionais). Os lexicais são introduzidos em estrutura profunda (*D-structure*) e a eles se associam questões como papel temático (papel- $\theta$ ), seleção (no caso de predicado) e caso. Os funcionais são acrescentados no decurso da derivação entre a estrutura profunda e LF. Para Chomsky (1995), os itens funcionais também possuem uma estrutura de traços, mas não entram em relações temáticas. Assim sendo, assume-se que uma sentença deve ser encabeçada por um complementador C, em CP, em obediência à teoria X-barra. Nesse contexto, temos então que uma sentença é estruturada da seguinte forma:

(57) a. [<sub>CP</sub> Spec [<sub>C'</sub> C [<sub>IP</sub> Spec [<sub>I'</sub> I VP]]]]



Baseados na estrutura acima, podemos dizer que uma sentença possui uma camada lexical (VP), encabeçada por um verbo, na qual se realizam as relações temáticas; uma segunda camada, a flexional (IP/TP), encabeçada por núcleos funcionais, responsáveis pelos traços argumentais como o caso e a concordância e uma terceira camada, a camada do complementador (CP), encabeçada, normalmente, por um morfema funcional (forma livre). Esta camada é a camada das referências discursivas.

Uma análise, estruturada nas operações básicas do Programa Minimalista, desenvolvido por Chomsky, será de fundamental relevância para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa proposto nesta dissertação.

#### **4. METODOLOGIA**

O método que será utilizado para esta pesquisa será o dedutivo. Esse é um método que vai do geral ao particular, sendo um processo de análise da informação que utiliza o raciocínio lógico e a dedução para se obter uma conclusão a respeito de um determinado assunto. Normalmente, é usado para testar hipóteses, para provar teorias e por esse motivo, é também denominado de método hipotético-dedutivo. Nesse método, o pesquisador parte de princípios reconhecidos como verdadeiros, estabelece relações com outros princípios para chegar a uma conclusão sobre o que está sendo proposto, e testa suas hipóteses (podendo confirmá-las ou não) com base nos dados que coleta.

Os dados utilizados para a realização desta pesquisa serão os dados de intuição.

#### **5. REVISÃO DO CAPÍTULO**

Neste capítulo, apresentamos as construções relativas, em especial, as relativas apositivas; foram introduzidos os dados iniciais, relatados os problemas relacionados a eles e os questionamentos que esses dados trazem. Por meio de pequenos testes de redução realizados em construções relativas apositivas, em busca de uma substituição desta construção por um sintagma simples, observamos que o comportamento das apositivas nem sempre é o mesmo, como era de se esperar, uma vez que apresentam resultados diferentes: substantivos e adjetivos.

Outro ponto importante, colocado aqui, concernentes às relativas apositivas, diz respeito às semelhanças entre essas construções e as apositivas de natureza nominal (as substantivas apositivas): apresentarem funcionamento sintático-semântico semelhante ao aposto. Entretanto, ao realizarmos um simples teste de deslocamento à esquerda dessas estruturas, pudemos observar que a sentença substantiva (apositiva nominal) e a oração relativa apositiva apresentam comportamentos bem distintos, ou seja, a apositiva nominal nos fornece uma estrutura compatível e possível na língua portuguesa, ao passo que a relativa apositiva resulta em uma estrutura agramatical.

Apresentamos, ainda, neste capítulo, o fato de alguns estudos associarem as relativas apositivas a construções coordenadas por apresentarem um caráter de justaposição ao nome a

que estão conectadas. Todavia, esse fato nos traz, também, a necessidade de se explicar como acontece a interpretação do pronome relativo nessas construções.

Além disso, abordamos, de forma geral, as orações relativas, focalizando de modo mais incisivo o alvo deste trabalho, as relativas apositivas, dando especial atenção às discussões, apresentadas ao longo dos anos por diversos linguistas, a respeito da estrutura sintática desse tipo de oração. E, ainda, também de forma sucinta, discorreremos sobre as teorias que servirão de suporte para essa dissertação.

No segundo capítulo, nossa discussão será sobre aposição, apositivas nominais e relativas apositivas, evidenciando o contraste entre elas e, tendo por base a estrutura sintática das relativas apositivas do PB, mostraremos que essas estruturas apresentarem mais de um tipo de oração.

## CAPÍTULO II

---

### DOIS TIPOS DE RELATIVAS APOSITIVAS NO PB

#### 1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, trazemos uma visão geral sobre o fenômeno da aposição: o que é e como ele se apresenta. Destacamos as construções oracionais apositivas presentes no português brasileiro, como as apositivas nominais e as relativas apositivas, discutindo suas semelhanças, mas, principalmente, os contrastes apresentados por essas duas estruturas, que são, tradicionalmente, tidas como assemelhadas. Com base nessa discussão, será apresentado, ao final, um dos pontos importantes desta dissertação: a discussão sobre a existência de mais de um tipo de relativa apositiva no português brasileiro.

#### 2. O QUE É A APOSIÇÃO

Vamos começar retomando a discussão sobre a aposição, por considerar que se trata de questão essencial e representa um dos pontos centrais da presente dissertação.

O dado descrito em (1) apresenta uma construção apositiva:

(1) José, meu filho, é um excelente advogado.

Uma construção apositiva é frequentemente reconhecida quando se têm presentes duas expressões nominais, seguidas uma da outra, isto é, justapostas, e que são – de alguma forma – equivalentes (tanto em natureza sintática quanto em referência para interpretação).

No segmento “*José, meu filho*”, há uma relação estabelecida entre o primeiro elemento, *José*, ao qual chamaremos âncora (cf. HUDDLESTON & PULLUM, 2002), e o segundo

elemento, no caso, *meu filho*, que representará a aposição (aposto). Assim, a aposição poderá ser entendida como uma relação entre o âncora e a expressão apositiva, em que os elementos apresentam um tipo de equivalência (HERINGA, 2011; MEDEIROS JÚNIOR, 2021)

Tradicionalmente, a construção apositiva é definida como sendo aquela composta de um substantivo ou um pronome, acompanhada, imediatamente, de outro termo que apresente caráter nominal, o qual traz individualização ou esclarecimento ao anterior (ROCHA LIMA, 2011); o entendimento é o de que esses termos sejam correferenciais e designem um mesmo ser. De um modo geral, na visão tradicional, a aposição é vista como a coordenação de dois termos de mesma natureza.

Cunha & Cintra (2010) definem aposição como algo que se materializa em um termo que possui caráter nominal, o qual se “junta” a um substantivo, pronome ou equivalentes desses, com o objetivo de construir explicação ou apreciação. Nesses termos, a construção apositiva tem natureza nominal e os elementos que a compõem são correferentes e estão em justaposição. Para os autores, a aposição não pode ter natureza adjetival, pois constitui – com o termo nominal que a antecede – uma unidade, relacionada ao mesmo ser, sem, contudo, caracterizá-lo.

Para ilustrar os conceitos apresentados, vejamos os dados em (2) e (3), retirados de Rocha Lima (2011, p.316) e Cunha & Cintra (2010, p.170), respectivamente:

- (2) “Eu, *Brás Cubas*, escrevi esse romance com a pena da galhofa e a tinta da melancolia”. (M. de A)
- (3) Eles, *os pobres desesperados*, tinham uma euforia de fantoche.

Um ponto importante na discussão sobre a aposição é a questão de como definir e identificar esse tipo de construção. Alguns autores como Delorme & Dougerthy (1972), citados por Heringa (2011), consideram a aposição como sendo um arranjo de diferentes construções em que um substantivo é colocado ao lado de outro substantivo, sendo esse o único critério usado para a definição desse tipo de construção.

McCawley (1998) apresenta alguns dos critérios empregados por vários autores para a identificação de uma combinação de duas expressões como uma aposição, que seriam: as duas expressões (i) devem ter o mesmo referente; (ii) devem pertencer à mesma categoria sintática;

(iii) qualquer uma das expressões pode ser omitida sem afetar a aceitabilidade da sentença e  
 (iv) a omissão de qualquer das partes da construção apositiva não deve afetar a interpretação do constituinte remanescente.

O emprego de tais critérios para se atingir a caracterização e conseqüente identificação dessas construções não é, entretanto, um consenso (cf. McCRAWLEY, 1998; QUIRK et al, 1985). Para alguns, os critérios acabam por constituir algum tipo de obstáculo para a caracterização de construções apositivas, visto que podem excluir, do grupo dessas construções, combinações que diferem apenas de forma trivial daquelas que esses critérios admitem.

Se pensarmos, por exemplo, no critério (iii) (o de que qualquer uma das expressões pode ser retirada sem prejuízo para a aceitabilidade da sentença), verificamos um problema ao analisarmos os dados em (4) a seguir. Conforme apontam Quirk et al (1985), esse critério excluiria (4a), termo que carrega uma preposição como marcador, enquanto incluiria (4b):

(4) a- O estado de Minas Gerais é o berço da Inconfidência.

b- A constelação (de) Ursa Maior é vista no hemisfério norte.

Observe-se que, olhando para o critério (iii), em (4a) a preposição impede que a construção seja tratada como uma aposição, já que ao retirarmos parte da construção, por exemplo, *O estado*, teremos como resultado uma construção agramatical (*\*de Minas Gerais é o berço da Inconfidência*); mas – por outro lado – ao analisarmos a formação em (4b), considerando o mesmo critério, poderemos dizer, facilmente, que a preposição se encontra elidida e, então, já teremos um status diferenciado para essa construção, que será tratada como um tipo de aposição especificativa.

Além disso, caso consideremos o critério (ii) (que propõe que uma construção em aposição deve pertencer à mesma categoria sintática do âncora), somos forçados a distinguir construções que – pelo menos aparentemente – parecem apresentar a mesma constituição sintática como (5a) e (5b):

(5) a- Os vegetais, fornecedores de oxigênio, são necessários para a vida humana.

b- Os vegetais, que fornecem oxigênio, são necessários para a vida humana.

Em (5a), o que se observa é que o âncora e a aposição possuem a mesma categoria sintática, qual seja, a de sintagma nominal (DP) em ambos os casos. Entretanto, em (5b) temos uma construção apositiva em que o primeiro elemento é um DP e o segundo, um CP, ou seja, trata-se de categorias diferentes, mas que – mesmo assim – compõem uma construção apositiva.

No entanto, a maior distinção, para a qual devemos atentar está em reconhecer a diferença entre as construções apositivas restritivas e as não restritivas (cf. discussão em McCAWLEY, 1998; De VRIES, 2002; CARDOSO & De VRIES, 2010; HERINGA, 2011), que – para muitos autores – reside no desencadeamento de entonação específica, marcada na escrita por vírgulas para as não restritivas e a ausência dessa marcação para aposições restritivas. Quanto a isso, o que é importante para alguns não é a presença da vírgula entre o antecedente e a aposição, mas, sim, a entonação de pausa que se segue à aposição (ACUÑA FARIÑA, 1996), pois aquela permite a diferenciação entre uma construção apositiva e uma correção.

Vale ressaltar ainda que a prosódia das aposições reflete sua função em relação ao elemento ao qual se conectam: por um lado, apresenta total subordinação (reduplicação, nível de voz mais baixo, alcance de altura reduzido), o que nos mostra que a aposição é apenas uma parte da construção apositiva; por outro lado, mostra independência prosódica (pausas, movimentos tonais), que reflete que uma aposição não modifica restritivamente seu âncora, mas traz informação extra sobre ele. Para Heringa (2011), isso é um “insight” importante, pois essa natureza ambivalente de se relacionar a um elemento da sentença principal e fornecer, ao mesmo tempo, uma mensagem independente é a principal característica das aposições.

Portanto, apesar de a entonação da vírgula ser a distinção mais aparente entre aposição restritiva e não restritiva, ela não pode ser tida como um teste absoluto. No entender de Heringa (2011), a principal diferença reside na interpretação.

Uma construção apositiva restritiva, que não possui o padrão especial de entonação, como descrito acima, pode ser representada, normalmente, por um nome ou uma citação<sup>8</sup>,

---

<sup>8</sup> Heringa (2011) considera apenas esse tipo de construção como um exemplo que mais se assemelha à aposição restritiva por representar o que ele chama de variante solta, como no exemplo dado pelo próprio autor: *the hero Roberts*. Heringa usa a terminologia *close apposition* para as aposições restritivas e *loose apposition* para as não restritivas.

assim como por complementos ou modificadores, compostos por sentenças ou frases preposicionais, de forma a restringir o antecedente (cf. discussão em De VRIES, 2002; QUIRK et al., 1985). É o que se ilustra abaixo, nos exemplos (6) e (7), retirados de De Vries (2002), p.211:

- (6) a- the writer Mulisch
- b- Alexander the Great
- c- the saying *et tu, Brute*

- (7) a- the fact that he is ill
- b- the question whether he will come
- c- the man with the red hat
- d- a city in Overijssel

Os dados colocados acima são exemplos de posições restritivas, em que ambos os componentes da estrutura, em conjunto, são requeridos para a composição do referente extralinguístico.

Por outro lado, temos as construções apositivas não restritivas, em que um dos elementos, sozinho, é capaz de nos fornecer a descrição e a interpretação do referente extralinguístico, enquanto o outro componente da construção apositiva apenas adiciona uma informação a mais sobre esse referente (HERINGA, 2011). Podemos observar isso nos dados dispostos em (8) e (9).

- (8) a- Minha sobrinha Maria ainda é estudante.
- b- Minha sobrinha, *Maria*, ainda é estudante.

- (9) a- O rio Amazonas é navegável.
- b- O rio, Amazonas, é navegável.

Em (8a), em que temos uma construção apositiva restritiva (especificativa), podemos interpretar que o autor do enunciado possui mais de uma sobrinha e tomou como exemplo aquela chamada “Maria”. Por outro lado, em (8b), uma construção apositiva não restritiva, temos que o âncora se refere apenas à sobrinha e a aposição nos traz uma informação extra, qual seja, o nome dela.

De modo similar, temos nos dados colocados em (9a) a seguinte situação: *O rio Amazonas* é usado para introduzir “informação nova” no discurso, isto é, algo antes não conhecido pelo falante. Já quando pensamos em (9b), entendemos que o rio já foi introduzido anteriormente no discurso. Desse modo, temos que *o rio* se refere diretamente ao acidente geográfico e a aposição *Amazonas* apenas adiciona uma informação a mais: um esclarecimento acerca (ou contendo) do nome do rio.

Embora a literatura nos traga essa diferenciação de aposições restritivas e não restritivas, o foco de maior interesse reside nas construções não restritivas, uma vez que o termo “apositivo” tem sido usado como sinônimo de “não restritivo” (De VRIES, 2002), o que torna essas construções “aposições apositivas”, no sentido estrito da expressão. Em (10), temos exemplos de aposições não restritivas.

(10) a- João, nosso chefe

b-Para viajar, um ótimo motivo: férias longas

Assim, percebemos que as aposições restritivas e não restritivas são consideradas, por muitos linguistas, não como duas variantes de uma mesma construção, mas, sim, como construções diferentes, com diferentes estruturas e significado. Para Meyer (1992) aposição restritiva e aposição não restritiva são duas classes de um mesmo fenômeno gramatical.

Heringa (2011), por sua vez, argumenta que esses dois tipos de aposição são diferentes em entonação, significado e estrutura, visto que o primeiro elemento de uma aposição restritiva não pode ser modificado (com uma nova semântica de restrição) por um PP ou por uma sentença relativa; esse fato, porém, não é observado em relação ao antecedente da aposição não restritiva (ver discussão em ACUÑA-FARIÑA, 1996), como se pode ver nos dados em (11) e (12) a seguir:

(11) a- \*The linguist of the year Johnson is a brilliant man.

b- \*The linguist I like best Johnson is a brilliant man.

(12) a- The linguist of the year, *Johnson*, is a brilliant man

b- The linguist I like best, *Johnson*, is a brilliant man.

(HERINGA, 2011, p.4)

Nesta tese – daqui em diante – caminharíamos empregando o termo “aposição” para as construções apositivas não restritivas.

## 2.1 Tipos de aposição

Quirk et al (1985) apresentam três tipos semânticos de aposição (cf. também em De VRIES, 2002; 2006): equivalência, atribuição e inclusão. Esses tipos seriam organizados em uma escala, na qual o tipo A, equivalência (consideradas como “mais apositivas”), é subdividido em denominação, identificação, designação e reformulação; o tipo B, atribuição (normalmente uma relativa apositiva) e o tipo C, inclusão, (“menos apositivas”), que se subdividiria em exemplificação e particularização. Os dados em (13) ilustram algumas dessas classificações.

(13) a- Meu melhor amigo, isto é, Pedro, chegou. (denominação/ identificação)

b- Ganhei um lindo presente, a saber, um anel de ouro. (identificação)

c- A Terra, azul, gira em torno do Sol. (atribuição)

d- Muitos alunos, por exemplo Eduardo, não estudam nunca. (exemplificação)

De Vries<sup>9</sup> chama de “equativas” as posições do tipo A e as considera como a forma canônica das posições, em que o primeiro de DP (âncora) e a posição podem inverter suas posições, ambos selecionam o mesmo referente extralinguístico e, caso um dos DPs seja retirado, a sentença permanece aceitável, gramatical. Como já mencionamos no capítulo 1 desta dissertação, o que todas essas classes de posições têm em comum é o fato de que o segundo DP sempre especifica o primeiro, até mesmo nas “equativas”; o segundo DP fornece uma informação extra sobre o primeiro (De VRIES, 2002, 2006).

De todos os tipos semânticos de posição elencados acima, a inclusão é a mais periférica no conceito de posição, segundo Quirk et al, (1985), pois esse tipo de construção requer, por si só, um indicador (um marcador apositivo que não pode ser retirado ou omitido da composição apositiva), como podemos observar em (14c), o marcador encontra-se sublinhado, comparando os dados abaixo:

- (14) a- *Meu melhor amigo, (isto é), José, chegou ontem de viagem.*  
 b- *O museu, (que é) uma construção do século XV, encanta a todos.*  
 c- *As crianças gostam de doces, particularmente chocolates.*

Observe que, em (14a) e (14b), a posição pode ou não vir precedida de um marcador apositivo, o que não é possível em (14c), pois a posição representa parte do que constitui o antecedente, sendo necessário o marcador (nesse caso, o termo *particularmente*) para expressar isso.

Outra classificação (que de certo modo remete às vias da semântica), apresentada na literatura para definir os tipos de construções apositivas, é a que trata a relação estabelecida entre âncora e posição como identificativa ou atributiva (CARDOSO & DE VRIES, 2010; McCAWLEY, 1998, HERINGA, 2011) ou um terceiro tipo, apresentado por Heringa (2011), que se denomina posição inclusiva (inclusão).

Essa divisão está baseada na posição relativa à posição e seu âncora em uma escala complexa de especificidade, que vai do genérico, passando pelo não-específico até chegar ao definido (HERINGA, 2011). Essas classes foram divididas usando conceitos semânticos

---

<sup>9</sup> De Vries aponta a ocorrência de 3 tipos semânticos para as posições: equativas, exemplificativas e atributivas. Ver capítulo 1 desta dissertação.

básicos como especificidade e genericidade<sup>10</sup>. O que se nota é que a diferença entre as posições identificativa e atributiva é de natureza puramente semântica; a inclusão, por outro lado, apresenta diferenças, também, em termos sintáticos (HERINGA, 2001).

Assim, a posição identificativa pode aparecer quando o antecedente é um nome indefinido e a posição é mais específica (QUIRK at al, 1985) e há uma relação em que o segundo elemento da posição identifica o primeiro. Ocorre, também, esse tipo de construção apositiva quando o âncora e a posição são igualmente específicos, ou seja, apresentam o mesmo grau de especificidade, fato que é explicado, tomando a ideia de que a construção apositiva descreve o mesmo conceito duas vezes (HERINGA, 2011). Afinal, a função pragmática da construção apositiva é introduzir um conceito a partir de vários pontos de vista, com o intuito de conduzir o ouvinte a identificar o que está sendo dito no enunciado (cf. HERINGA, 2011; CARDOSO & De VRIES, 2010). Em outras palavras, uma construção apositiva típica envolve a relação de identificação entre o âncora e a posição.

Em um primeiro momento, as combinações de graus de especificidade para posições atributivas parecem impossíveis. No entanto, Heringa (2011) propõe uma relação diferente entre o âncora e a posição, que permite essas combinações: a relação parte-todo. O antecedente se refere a uma parte, e a posição refere-se ao todo, isto é, um grupo maior ao qual o âncora pertence, exatamente como se fosse um adjetivo atributivo, usado para informar ao ouvinte que aquele certo nome pertence a uma classe maior. Se uma posição descreve um grupo, isso resultará na atribuição dos recursos e características deste grupo ao âncora.

A atribuição envolve predicação mais do que equivalência e conectores de equivalência (isto é, a saber, ou seja, entre outros), normalmente, não são aceitos (QUIRK at al, 1985). Entretanto, podemos realizar a substituição de uma posição definida por uma sentença relativa apositiva correspondente:

---

<sup>10</sup> Especificidade (Specificity): a noção de especificidade é usada, particularmente, para fazer a distinção entre diferentes interpretações de sintagmas nominais indefinidos. Uma interpretação será específica quando o falante tem em mente um certo indivíduo ou um certo grupo de indivíduos. Essa distinção se torna clara quando há a combinação com um elemento quantificador, porque, nesse caso, corresponde, normalmente, a uma diferença de objeto: (i) Todo dia, José joga bola com um menino. Podemos interpretar essa sentença de duas formas: ou que José joga bola com o mesmo menino todos os dias (leitura específica); ou que, em uma leitura não específica, José joga bola com um menino diferente todos os dias. (Heringa, 2011:34).

Genericidade (Genericity): um nominal é considerado genérico quando se refere a uma classe como um todo. Isso significa dizer que um sintagma nominal pode ter diferentes leituras: genérica, não específica e específica e é o contexto que determinará a interpretação: (ii) Um menino brinca de bola na rua. É o José. (específico); (iii) Um menino brinca de bola na rua. Eu não sei quem é o menino. (não-específico); (iv) Um menino brinca de bola na rua. Faz parte da natureza da criança. (genérico). Um nome genérico indefinido representa um indivíduo de uma classe e permite expressões generalizadas. Um nome genérico definido refere-se diretamente a uma classe ou ao chamado “individual concept” (Heringa, 2001, p.35): (v) O craque do jogo é sempre escolhido pelo público (genérico definido). Ver também discussão em Quirk at al, 1985.

- (15) a- A casa, uma construção imponente, encanta a todos.  
 b- A casa, que é uma construção imponente, encanta a todos.

Para alguns autores, as posições atributivas correspondem a sentenças relativas apositivas e as posições identificativas não aceitam a relativização (cf, CARDOSO & De VRIES, 2010; QUIRK at al, 1985; HERINGA, 2011). A argumentação é que as posições (principalmente as atributivas) são predicados não restritivos em uma sentença relativa copular implícita. Todavia, não é o que observamos em (15a), uma posição identificativa, que também pode ser relativizada, como nos mostra o dado em (15b).

Consideremos os dados em (16):

- (16) a- João, um bom menino  
 b- João, que é um bom menino  
 c- João, alguém que é um bom menino  
 d- João, ele que é um bom menino  
 e- João, aquele que é um bom menino

O que podemos observar pela análise dos dados em (16) é que todas as frases apresentam a mesma estrutura: uma propriedade (*bom menino*) atribuída, indiretamente, a uma pessoa (*João*), o que não determina que todas essas estruturas apresentam exatamente o mesmo significado. E, de fato, há pequenas diferenças, especialmente, entre (16d) e (16e) e as demais, e isso é devido à definição semântica trazida pelos elementos *ele* e *aquele* em combinação com a sentença relativa, o que implica singularidade em um determinado contexto (CARDOSO & De VRIES, 2010) e que deve ser entendido da seguinte forma: *João* não é apenas um entre muitos que são bons meninos, ele é a única pessoa que tem essa propriedade. Já as construções em (16a-b-c) não apresentam tal conotação, pois o pronome

(*um, que, alguém*) corresponde a um elemento específico indefinido<sup>11</sup>: específico, porque tem um referente anafórico; e indefinido porque não traz nenhuma singularidade envolvida.

Nos casos apresentados em (16b) e (16c), em ambas as construções, há uma segunda proposição com uma propriedade atributiva, para o pronome que representa o âncora *João*, qual seja a de ser *um bom menino*, tornando a interpretação semântica de ambas, igual. No entanto, existe outro uso para a construção apositiva colocada em (16c), que parece estar ausente para a que aparece em (16b), uma construção relativa apositiva: nesse contexto, (16c), o antecedente (*João*) pode ser desconhecido do ouvinte, e o interlocutor introduz um referente como alternativa descritiva por meio de um DP apositivo indefinido, que pode ser atribuído a João, fornecendo uma pista para o ouvinte. Para Cardoso & De Vries (2010), essa não seria uma razão que constate uma diferença de estrutura sintática, pois, afinal, o que ocorre é apenas uma diferença de uso, não de significado (cf, também discussão em HERINGA, 2011).

Cardoso & De Vries (2010) afirmam, ainda, que existem alguns argumentos que separam a aposição identificativa da atributiva. Um deles é a possibilidade da ocorrência dos advérbios em construções de aposição atributiva, não sendo possível a ocorrência desses modificadores em construções de aposição identificativa, como nos mostram os dados do inglês, em (17). Além disso, os autores apresentam dados do português (18), que deixam claro que complementizadores e advérbios só são compatíveis com construções de aposição atributiva. Os dados, em (18), foram retirados de Cardoso & De Vries (2010), p. 19.

(17) a- \*Ann's teacher, *unfortunately* Mr. Vengerov

b- \*my favorite number, *than* six

c- \*my favorite number, *though no longer* six

(CARDOSO & DE VRIES, 2010, p.18)

(18) a- Pedro, (embora/então) advogado da família, afirmou que... (atributiva)

b- \*Pedro, (embora/então) o advogado da família, afirmou que... (identificativa)

---

<sup>11</sup> Essa descrição vai de encontro ao que é proposto por De Vries (2006), que argumenta que as aposições (incluindo as relativas apositivas) formam com o seu antecedente (âncora) conjuntos específicos.

Observe que, em (18b), temos a presença do artigo definido, o que individualiza a aposição. Dessa forma, na acepção dos autores, a aposição identificativa está coordenada diretamente ao seu âncora, porém não envolve uma estrutura relativa, o que quer dizer que a relativização pode ser generalizada para aposições atributivas, mas não para as identificativas (CARDOSOS & De VRIES, 2010).

E por fim, a aposição inclusiva (inclusão) se aplica em casos em que o referente da aposição representa uma parte do referente do âncora. Em outras palavras, é possível reverter a relação parte-todo entre âncora e aposição em construções apositivas e, nesse caso, a aposição descreve uma parte do conceito ao qual o âncora se refere (HERINGA, 2011; cf. QUIRK at al, 1985). Como esse tipo de aposição descreve apenas parte do antecedente, é necessário que se use um marcador apositivo. Conforme apontado anteriormente, a inclusão é representada por dois tipos: a exemplificação, segundo termo exemplifica o primeiro (19); e a particularização, segundo termo particulariza o primeiro (20). Ambos os tipos requerem um indicador, que é um marcador apositivo que não pode ser omitido da aposição (QUIRK at al, 1985).

- (19) a- João conhece *muitos países*, por exemplo *Itália e França*.  
 b- *Muitas pessoas*, incluindo *minhas irmãs*, vêm para o jantar.
- (20) a- Crianças gostam *de doces*, particularmente *chocolates*.  
 b- Convidaremos *muitos amigos*, em especial *Maria e Ana*.

A aposição de inclusão aparece mais frequentemente com o antecedente mais genérico, pois esse afirma, geralmente, alguma coisa sobre uma classe, que pode, facilmente, funcionar como um todo (HERINGA, 2011). Entretanto, devemos manter em mente que é possível um sintagma nominal específico ou não específico também descrever um grupo, o que torna viável, para esses casos, a ocorrência de inclusão apositiva. O que é interessante notar é que, para as aposições inclusivas, sempre haverá a necessidade do uso de um marcador apositivo, ao passo que para as atributivas o emprego desse marcador nem sempre será possível.

Heringa (2011) sugere que a inclusão é o inverso da atribuição, ambas as aposições são resultado da relação entre uma parte e o todo, a diferença está na ordem: na inclusão, a

aposição é a parte, na atribuição, é o âncora. Enquanto na inclusão a aposição é apenas uma parte do antecedente, a atribuição usa o fato de o âncora ser parte da aposição para caracterizá-lo, enfatizando que o âncora tem todas as características do grupo descrito pela aposição, como nos mostram os dados em (21):

- (21) a- Leões, ou em geral os felinos, têm instintos aguçados.  
b- Sintaticistas, ou os linguistas, estudam as línguas humanas.

No entanto, Heringa (2011) argumenta que essas construções, em (21), não são, de fato, aposições, mas pertencem à classe das correções. As construções apositivas são usadas para traduzir uma relação entre o antecedente e a aposição. Na inclusão, a intenção do falante é fazer com que o ouvinte reconheça que o referente da aposição é parte do referente do âncora e, ainda, que o predicado principal da construção é aplicado ao referente do âncora e, por consequência, o ouvinte conclui que esse predicado pode ser aplicado ao referente da aposição. Nos dados acima, percebemos que o segundo elemento, na realidade, engloba o primeiro, não fornecendo uma informação, mas sim o substituindo e, ao interpretar, o ouvinte pode ignorar o primeiro elemento. Repare que em uma sentença como “Ana, minha prima, está aqui”, a aposição veicula a informação de que Ana é minha prima, entretanto, em (21a), a aposição não se destina a informar que “leões” são felinos, ainda que isso seja verdadeiro (HERINGA, 2011)

Assim, talvez seja esse o único caminho para se usar essas construções. A única razão para se empregar uma aposição que se refere a algo maior que o âncora é para indicar que a aposição tem as características da classe a que pertence o antecedente (HERINGA, 2011) e é isso que é percebido na atribuição.

Podemos perceber, portanto, que os tipos de aposição apresentados em todas as classificações são convergentes, isto é, apresentam um mesmo critério (semântico) para estabelecer a diferenciação entre as aposições, com nomes e conceitos muito semelhantes.

A partir dessa discussão, chegamos à constatação de que, na relação estabelecida entre âncora e aposição, segundo critérios semânticos, podemos reconhecer 3 tipos mais relevantes de aposição: 1- a identificativa, em que antecedente e aposição têm o mesmo grau de especificidade, ou seja, descrevem o mesmo conceito, o mesmo ser; 2- a atributiva, em que o

anterior se refere a uma parte e a aposição refere-se ao todo, isto é, um grupo maior ao qual o âncora pertence, envolvendo mais predicação do que equivalência e 3- a inclusão, que se aplica quando o referente da aposição representa parte do referente do âncora e requer um marcador explícito em sua constituição.

## 2.2 A sintaxe da aposição

Vimos até aqui que uma aposição típica é a relação estabelecida entre dois nomes que, normalmente, apresentam o mesmo elemento como referente e, de maneira alternativa, que o referente de um pode estar incluído no referente do outro:

- (22) a- Maria, minha prima, mora em Londres.  
b- Um aluno, Eduardo, não sai do celular.

Temos, nos exemplos acima, que a relação denotada pela aposição é análoga a uma relação copular (QUIRK et al, 1985): equivale a dizer que *Maria é minha prima* e que *Um aluno é Eduardo*. Como já colocado anteriormente, alguns autores consideram que a construção apositiva consiste em dois elementos nominais justapostos, que mantêm entre si relação de equivalência.

Para Sopher (1971) a equivalência deve se dar sintática e semanticamente. Em termos sintáticos, os componentes da construção apositiva devem formar um único constituinte e, em termos semânticos (como já argumentamos até aqui), os dois membros devem ter o mesmo referente e serem nocionalmente equivalentes.

Com o objetivo de testar essa equivalência, Quirk et al (1985) propõem que (i) cada uma das partes da construção apositiva (âncora e aposição) pode ser separadamente omitida sem afetar a aceitabilidade da sentença; além disso, (ii) cada uma das partes deve preencher a mesma função sintática nas sentenças resultantes; e, ainda, (iii) é possível supor que não há diferença entre a sentença original e qualquer uma das sentenças resultantes na referência extralinguística.

Retornemos ao dado colocado em (22b), agora, em uma nova análise:

- (23) a- Um aluno, Eduardo, não sai do celular.  
 b- Um aluno não sai do celular.  
 c- Eduardo não sai do celular.

Em um primeiro momento, devemos atentar que, em (23a), a referência de *Eduardo* está incluída na referência de *um aluno*, e isso é uma possibilidade para as posições, como já colocado no início deste capítulo e desta seção. Ao omitir a posição ou o âncora em (23a), teremos como resultado as sentenças em (23b) e (23c). Analisando os pontos descritos por Quirk et al (1985), listados acima, ambas as sentenças são aceitáveis gramaticalmente; nos dois casos, o elemento que permanece funciona como sujeito da sentença resultante e as duas sentenças apresentam o mesmo significado da original.

Segundo Heringa (2011), Hannay e Keizer (2005) ressaltam que considerar a correferência como um critério para se reconhecer a equivalência, pode ser problemático, porque nem todas as posições são referenciais; os autores ilustram essa afirmação com os dados (retirados de Heringa, 2011: 6) colocados abaixo:

- (24) a- But in the 1830s, Dr. Thomas Arnold, *Headmaster of Rugby School*, saw a different side of sport.  
 b-\*But in the 1830s, Headmaster of Rugby School saw a different side of sport.  
 c- Mr. Kinkel, aged 55, *a former head of West German intelligence and a high profile justice minister*, is well regarded by MPs.  
 d-\*A former head of West German intelligence and a high profile justice minister is well regarded by MPs.

Note-se que em (24a) a posição é constituída de um substantivo comum que não traz, em si, nenhum tipo de referência e, quando colocado na posição de argumento, com a omissão do âncora, resulta em uma sentença agramatical (24b). Em (24c), temos que os dois conjuntos colocados em posição se aplicam ao mesmo referente (*Mr. Kinkel*), mas não é possível a supressão do âncora, pois esse procedimento resultaria em dado agramatical, (24d), o que se

mostra pela concordância do verbo no singular (HERINGA, 2011). Nesse caso, em (24), a omissão do âncora afeta a aceitabilidade das sentenças, o que vai de encontro a um dos critérios apresentados por Quirk et al (1985) no que diz respeito à constatação da equivalência entre âncora e aposição.

Interessante observar que, para os dados do português, a aceitabilidade da sentença, com a omissão do âncora, não será comprometida, mas a relação de correferência entre antecedente e aposição pode sim ser afetada, como nos mostram os dados a seguir:

- (25) a- Em 2012, Paulo, professor de gramática, publicou um importante artigo.  
b- Em 2012, professor de gramática publicou importante artigo.

Nos dados descritos acima, em (25b), não podemos afirmar que quem publicou o artigo foi Paulo. Observe que a sentença resultante da retirada do âncora é uma oração possível, em português, mas a equivalência extralinguística entre antecedente e aposição está comprometida, da mesma forma como acontece nos dados em (26), que nos fornecerá, inclusive, sentença agramatical, como apontado no exemplo, anteriormente, em (24d).

- (26) a- Gustavo Kuerten, um atleta do tênis e um campeão de Rolland Garros, é empresário do esporte na atualidade.  
b- \*Um atleta do tênis e um campeão de Rolland Garros é empresário do esporte na atualidade.

Em (26a), temos uma coordenação de elementos compondo a aposição e, com a retirada do antecedente, a sentença resultante, em (26b), torna-se agramatical, devido à concordância verbal, pois o sujeito da sentença agora é composto. A referência que antes estava ligada a Gustavo Kuerten, agora pode ser dirigida a qualquer atleta do tênis e a qualquer vencedor de Rolland Garros.

Argumentam Cardoso & De Vries (2010), como já apontado linhas acima, que, ao fazermos a omissão do âncora em construções apositivas nas quais ocorre a presença de advérbios temporais ou modais (cf, também, HERINGA, 2011; O'CONNOR, 2008) teremos

como resultado sentenças agramaticais, como nos mostram os dados do inglês, em (27), retirados de Heringa, 2011, p.6:

- (27) a- James, *back than a little boy*, impressed his audience.  
 b- \**Back than a little boy* impressed his audience.  
 c- There is a man, *presumably the chairman*, at the door.  
 d- \*There is *presumably the chairman* at the door.

Entretanto, isso não é constatado para os dados do português. Vejamos:

- (28) a- José, *então um garoto*, questionou o presidente.  
 b- Então, um garoto questionou o presidente.  
 c- Um homem, *provavelmente o presidente*, está na sala.  
 d- Provavelmente o presidente está na sala.

Em português brasileiro (28), observamos que o advérbio, em uma aposição, não interfere na gramaticalidade da sentença com a omissão do âncora.

Além disso, ainda podemos perceber que tanto a aposição, quanto o contexto podem conter elementos que dependem da presença do âncora ou da aposição, levando à inaceitabilidade (semântica) caso o elemento relevante seja omitido (HERINGA, 2011), como nos mostram os dados em (29):

- (29) a- Dra Ana, dona de três clínicas odontológicas, vai adquirir mais uma.  
 b- # Dra Ana vai adquirir mais uma.  
 c- João, torcedor fanático do Flamengo, também gosta de basquete.  
 d- #João também gosta de basquete.

Note que as frases em (29) são gramaticais, do ponto de vista sintático, porém, em termos semânticos, há uma deficiência, pois parecem faltar dados para a interpretação do que se deseja informar.

E, por fim, para Heringa (2011), mesmo que a omissão do antecedente ou da aposição resulte em uma sentença gramatical, a referência extralinguística poderá ser afetada, violando mais um critério colocado por Quirk et al (1985): o de que não deve haver diferença na referência extralinguística entre a sentença original e as sentenças resultantes; é o que se vê ilustrado nos dados do português abaixo, em (30):

- (30) a- Pedro, um grande matemático, falou sobre o teorema de Pitágoras.  
 b- Um grande matemático falou sobre o teorema de Pitágoras.  
 c- Pedro falou sobre o teorema de Pitágoras.

Perceba que há uma conexão entre os elementos da construção apositiva “Pedro” e “um grande matemático”, (30a), e, ao retirarmos qualquer um desses elementos, haverá um rompimento dessa ligação. As sentenças resultantes, (31b) e (31c), não apresentam o mesmo significado, uma vez que não podemos dizer que “um grande matemático” se refere, necessariamente, a “Pedro” ou vice-versa.

O que podemos entender do debate exposto, até aqui, sobre equivalência, é que âncora e aposição mantêm uma relação em que partilham o mesmo referente; todavia não há uma especificação de como essa relação se estabelece (KOKTOVÁ, 1986).

Assim, se equivalência é uma relação de simetria entre antecedente e aposição, ambos os elementos da construção apositiva podem funcionar como âncora e aposição (HOCKETT, 1995).

Dessa forma, uma construção apositiva regular apresenta uma combinação representada por DP<sub>1</sub> – DP<sub>2</sub>, em que DP<sub>2</sub> pode funcionar, muitas vezes, como um predicado encaixado em uma construção relativa copular (CARDOSO & De VRIES, 2010), apresentando a estrutura a seguir:

- (31) a- DP<sub>1</sub> – DP<sub>2</sub>

b -[CoP DP<sub>1</sub> Co [DP<sub>3</sub> D<sub>3</sub> [CR<sub>rel...</sub> DP<sub>2</sub>]]]

Temos, na estrutura acima, que o elemento DP<sub>2</sub>, encabeçado pelo determinante, D<sub>3</sub>, é correferente com o âncora DP<sub>1</sub> e que, segundo Cardoso & De Vries (2010), a relação DP<sub>1</sub> e D<sub>3</sub> é identificativa. Os exemplos das estruturas em (31) estão nos dados em (32):

(32) a- Maria, uma garota legal.

b- Maria, a menina que é uma garota legal.

As apositivas relativas, de acordo com De Vries (2006), compõem um aposto complexo que se encontra coordenado ao seu antecedente, podendo apresentar a seguinte estrutura:

(33) [CoP [DP antecedente] [Co [DP D [CP relativa apositiva]]]]

(CARDOSO & De VRIES, 2010: 4)

Conforme argumentam Cardoso & De Vries, na estrutura acima, a relação entre os dois DPs envolve uma coordenação semântica específica. No segundo conjunto da estrutura, a sentença relativa funciona como um complemento do determinante; isso corresponde à configuração *raising* para toda estrutura relativa, ou seja, um DP expandido por uma sentença relativa. O fato interessante diante de tal análise é que uma relativa apositiva seria, na verdade, uma construção relativa restritiva em aposição a um DP antecedente. Nas palavras dos autores “uma vez que o segundo conjunto, normalmente, não contém um antecedente evidente, a construção relativa restritiva compreende uma semi relativa livre” (cf discussão em De VRIES, 2006; CARDOSO & De VRIES, 2010). A estrutura descrita acima, seria representada da seguinte maneira:

(34) a- Maria, que chegou da Itália.

b- [CoP DP Co [DP D [CP NP<sub>i</sub> [D<sub>REL</sub> t<sub>i</sub> ]<sub>k</sub> [C [IP t<sub>k</sub> ... .. ]]]]

Maria    Ø    Ø    que    Ø    chegou da Itália

Agora, observemos o dado a seguir:

(35) Maria, uma menina que gosta de brincar de bola.

A situação descrita em (35) parece ser similar para construções apositivas com um antecedente adicional externo nominal (NP), pois há um predicado ('gosta de brincar'), indiretamente, atribuído a Maria. A presença da oração relativa faz com que o DP "uma menina (que)" seja interpretado especificamente, ou seja, "uma menina em particular" e, dessa forma, a relação entre o DP e o seu âncora é identificativa (CARDOSO & De VRIES, 2010). Podemos representar essa estrutura como disposto em (36).

(36) [CoP DP Co [DP D [CPrel NP ... IP]]]

No entanto, para alguns DPs mais complexos não podemos descartar uma interpretação atributiva. Vejamos a sentença em (37):

(37) Pedro, um mentiroso que fazia o trabalho conosco.

Nesse caso, se considerarmos que, de fato, *um mentiroso (que...)* pode ser interpretado como um predicado complexo, então teremos uma estrutura disposta da seguinte forma:

(38) a. [CoP DP Co [DP D [CPrel ... [DP D [CPrel NP C IP]]]]]

b. Pedro, o rapaz que é um mentiroso que fazia o trabalho conosco.

Essa estrutura, em termos práticos, seria representada exatamente como em b.

Entretanto, de acordo com Cardoso & De Vries (2010), para algumas posições complexas, uma interpretação atributiva do núcleo externo adicional (NP) não está disponível. Isso ocorre quando, claramente, o segundo conjunto (a aposição como um todo) é mais

específico que o âncora. Para as outras construções atributivas, teremos disponíveis as interpretações colocadas em (36) e (38).

Algumas ambiguidades podem estar presentes em construções apositivas simples como “Maria, minha prima”, em que a primeira interpretação possível é identificativa, pois a aposição só terá um significado no contexto e, portanto, se mostrará totalmente referencial. Nesse caso, não há relativização. Em uma possível segunda interpretação, essa, atributiva, poderíamos dizer que “(ser) minha prima” é uma propriedade atribuída indiretamente a Maria, e – nesse caso – há a relativização.

Outro exemplo para uma interpretação ambígua de uma aposição estaria em dados como “o presidente do Brasil”, em que, facilmente, podemos identificar o uso do DP de forma referencial ou como um predicado, uma vez que sabemos que vários indivíduos podem preencher esse rótulo, o que quer dizer que nomes próprios também podem ser usados como predicados.

Então, na construção “minha prima, Maria”, teremos que ‘Maria’ tanto poderá ser interpretada como referencial para ‘minha prima’ e, nesse caso, estamos diante da interpretação identificativa, quanto poderá ter uma interpretação atributiva, caso seja usada como um predicado, isto é, um nome para designar o antecedente (cf. CARDOSO & De VRIES, 2010).

A análise apresentada nesta seção reforça a visão generalizada de que a coordenação nas aposições se dá em termos semânticos. Nas construções apositivas identificativas, os componentes formadores da estrutura são do mesmo tipo e, nas construções atributivas, o material apositivo é um predicado. Dessa forma, a ideia de uma construção de coordenação direta envolvendo essas estruturas (as atributivas) não seria bem recebida. No entanto, de acordo com o que levantamos anteriormente, esse material estaria embutido em uma estrutura maior.

Assim, dizer que as construções apositivas constituem uma coordenação específica (De VRIES, 2006), em que o segundo conjunto apresenta uma informação extra, que, referencialmente, está relacionada ao primeiro conjunto, significa sugerir (isso em relação às relativas apositivas) que pode haver algum material nominal nuclear selecionando essa predicação, de modo que a justaposição de uma frase relativa a uma antecedente nominal seja possível, garantindo-se a conexão e a interpretação do relativizador *que*.

Passemos – de forma mais específica – à avaliação das relativas apositivas do PB, na tentativa de associar a essas construções as ideias sobre aposição que desenvolvemos acima.

## 2.3 As sentenças apositivas do português brasileiro

### 2.3.1 Relativas Apositivas e Apositivas Nominais

Vamos iniciar considerando a aproximação entre uma aposição e uma relativa apositiva. Vejamos os dados em (39) a seguir:

- (39) a- Manoel, meu pai, está aqui hoje.  
b- Manoel, que é meu pai, está aqui hoje.

Note-se que o nominal *meu pai*, em (39a), pode ser considerado como uma redução da sentença relativa (39b) (cf. discussão em De VRIES, 2006, McCAWLEY, 1998; QUIRK et al, 1985).

Para muitos gramáticos, as relativas apositivas (as chamadas adjetivas explicativas) são tidas como construções apositivas. É possível presumir que essa atribuição seja motivada pelo fato de relativas apositivas e aposições comuns compartilharem alguns traços característicos: 1) a possibilidade frequente de expansão do segundo elemento da aposição em uma sentença relativa; 2) a independência da sentença relativa em relação à sentença principal; e 3) o requisito de correferência entre a palavra *que* na oração relativa e um sintagma nominal antecedente (QUIRK et al, 1985).

Entretanto, é necessário fazermos a distinção entre as aposições constituídas por dois sintagmas nominais e aquelas que se formam a partir de um elemento nominal e uma sentença relativa. Uma das razões para isso, é a presença do pronome relativo encabeçando a sentença relativa (QUIRK et al, 1985).

Para Quirk et al (1985) a semelhança entre as relativas apositivas e as posições está limitada apenas para as orações relativas que possuem um sintagma nominal como complemento, como nos mostra o dado em (39b). Veja que, em (39b) há uma identificação entre o âncora e o complemento trazido pela relativa apositiva. Observe que para os dados em (40), a relação de identidade, entre âncora e posição, inexistente, e, por esse motivo, não há possibilidade de uma construção apositiva paralela para uma sentença relativa como a apresentada em (40a):

- (40) a- Este é o currículo de João, *que quer um trabalho nesta empresa*.  
 b- \*Este é o currículo de João, *um trabalho nesta empresa*.

Dessa forma, conforme descrito por Quirk et al (1985), as posições constituídas de dois sintagmas nominais diferem daquelas formadas por um sintagma nominal e uma relativa apositiva por envolverem uma relação de unidades de mesma categoria.

A língua portuguesa, assim como a inglesa e tantas outras, também apresenta a construção apositiva formada por um elemento nominal e uma sentença relativa apositiva.

Há, porém, em português, outro tipo de posição oracional que não envolve a organização de uma frase (como evidenciam os dados em (41a) abaixo). A esse tipo de oração, a gramática tradicional dá o nome de oração subordinada substantiva apositiva (cf. BECHARA, 2004; CUNHA & CINTRA, 2010). Aqui chamaremos essa construção (seguindo MEDEIROS JUNIOR 2021) de apositiva nominal.

Assim sendo, o português apresenta duas estruturas oracionais de natureza apositivas, como podemos observar nos dados a seguir, em (41):

- (41) a- Ele quer somente isto: [que você seja feliz]. (apositiva nominal)  
 b- A Terra, [que é azul], gira em torno do sol. (relativa apositiva)

Ambas as estruturas parecem preencher as condições do que Quirk et al definem como posição, a saber, a relação entre duas expressões que compartilham o mesmo referente.

Contudo, como já sabemos, pela própria gramática tradicional, trata-se de construções distintas.

Na verdade, uma análise detida mostrará que tais construções apresentam comportamento sintático bastante distinto (cf. MEDEIROS JÚNIOR, 2021), principalmente, se levarmos em conta a possibilidade de elisão do âncora em (41a), procedimento que não se mostra viável em (41b), como nos mostram os dados em (42):

- (42) a- Ele quer somente que você seja feliz.  
 b- \*Que é azul gira em torno do Sol.

O que podemos observar é que a sentença “que você seja feliz” toma o lugar do âncora e passa a funcionar como complemento do verbo *quer*, o que evidencia que a sentença subordinada em (41a) pode ser selecionada diretamente pelo verbo da matriz. Nesse caso, podemos dizer que o CP tem a natureza de um DP (MEDEIROS JÚNIOR, 2021).

A construção em (41b) difere da que se encontra em (41a), pois, como é possível ver em (41b), o âncora não pode ser elidido. Isso evidencia que a sentença introduzida pelo *que*, nesse caso, não exatamente equivalente ao âncora (MEDEIROS JÚNIOR, 2021), não podendo ser, portanto, diretamente selecionada pelo predicado mais alto.

Medeiros Júnior (2021) trata, ainda, de outras assimetrias no comportamento das sentenças que analisamos aqui, mostrando que – de fato – se trata de construções distintas, embora ambas tenham natureza apositiva. Vejamos o contraste observado em (43) e (44):

- (43) a- Ele quer somente isto: que você seja feliz.  
 b- Ele quer que você seja feliz, somente isso.
- (44) a- A Terra, que é azul, gira em torno do sol.  
 b- \*Que é azul, a Terra, gira em torno do sol.

Percebe-se que, em (43), é possível um intercâmbio, entre âncora e aposição, o que não é permitido em (44), uma relativa apositiva. Temos que isto se constitui em mais uma evidência da não correspondência entre essas duas estruturas, em termos de natureza sintática (MEDEIROS JÚNIOR, 2021).

Ainda, outro fato a ser observado, em relação à assimetria, é a possibilidade de extraposição das aposições. Uma aposição é tipicamente encontrada adjacente a seu âncora (CARDOSO & De VRIES, 2010), ou seja, âncora e aposição se encontram lado a lado. Entretanto, o fenômeno da extraposição pode criar descontinuidade, e isso não é diferente para as construções apositivas (CARDOSO & De VRIES, 2010). Vejamos os dados apresentados abaixo, todos retirados de Medeiros Júnior (2021):

(45) a- Ela disse uma só coisa, que estava cansada e com fome, e saiu.

b- Ela disse uma só coisa e saiu, que estava cansada e com fome.

(46) a- A Terra, que é o terceiro planeta do Sistema Solar, é azul.

b- \*A Terra é azul, que é o terceiro planeta do Sistema Solar.

Podemos notar, no caso dos dados acima, que há a possibilidade de extraposição para as construções apositivas nominais, mas para as relativas apositivas essa condição (extraposição) é bloqueada.<sup>12</sup>

Ante o exposto até aqui, podemos concluir que, nas palavras de Medeiros Júnior (2021), “as sentenças apositivas nominais e as relativas apositivas, embora semanticamente similares, são sintaticamente divergentes”.

---

<sup>12</sup> Cardoso & De Vries (2010) ressaltam que, para as sentenças relativas apositivas “regulares”, a extraposição tem sido considerada impossível, como mostram os exemplos de sentenças do português e do inglês: (i) \*A Rita gostou do filme, *que nunca gosta de nada*. (ii) ? *John came, who Mary hated*. Os autores argumentam que, se isso fosse verdade, haveria um enfraquecimento da hipótese de que toda construção apositiva tem uma sintaxe externa similar. Entretanto, há muitas evidências contrárias a essa afirmação, como se vê nos exemplos a seguir, em que aparecem sentenças relativas apositivas em extraposição: (iii) *I saw my mother yesterday, who I hadn't seen for Years*. (iv) O carro despistou-se, projetando *um passageiro* pelo ar, *o qual foi embater contra um poste*. Para Cardoso & De Vries, a extraposição de sentenças relativas apositivas é sintaticamente possível. Isso não quer dizer que seja sempre aceitável, uma vez que fatores independentes podem desempenhar um papel específico como prosódia, recuperabilidade e estrutura de informação (Cardoso & De Vries, 2010: 32); (cf. também em De Vries, 2006: 255).

As relativas apositivas e apositivas nominais apresentam algumas semelhanças que merecem destaque. Uma delas é o fato de se constituírem em estrutura justaposta aos seus elementos âncoras e a outra é a de que ambas as orações podem ser substituídas ou reduzidas a um nominal, como nos mostram os exemplos a seguir em (47) e (48):

(47) a- Eu só desejo uma coisa, [que você seja feliz]. (apositiva nominal)

b- Eu só desejo uma coisa, [sua felicidade].

(48) a- Cecília, [que é minha filha], formou-se em medicina. (relativa apositiva)

b- Cecília, [minha filha], formou-se em medicina.

Como podemos observar, as duas construções apositivas colocadas acima nos fornecem como redução um substantivo. Entretanto, até mesmo no que toca a semelhança apresentada entre as apositivas nominais e as relativas apositivas, estas últimas apresentam um comportamento diferenciado, ora se reduzem em substantivo, ora em adjetivo, como podemos perceber nos dados em (49):

(49) a. Maria, [que é minha sobrinha], mora em Londres.

b. Maria, **minha sobrinha**, mora em Londres.

c. O Homem, [que é mortal], acha-se indestrutível.

d. O Homem, **mortal**, acha-se indestrutível.

Observe-se que, em (49), temos estruturas com formações idênticas, porém com resultados de redução diferentes: substantivo e adjetivo. Talvez, esse comportamento seja devido ao fato de termos a possibilidade de constituirmos estruturas apositivas de natureza semântica distinta, a saber, as identificativas, as atributivas, ou mesmo as inclusivas<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Precisamos, é claro, observar que o contraste percebido em (49) pode ser referente ao tipo de predicado constituído com a cópula em cada uma das relativas (em a, um sintagma nominal; em b, um sintagma adjetival). Mas note-se que (49)b também poderia ser constituída “O Homem, que pode morrer, acha-se indestrutível”, e o resultado seria absolutamente o mesmo com o procedimento de redução.

Chegamos aqui a um dos pontos importantes a serem debatidos nesta dissertação: a possibilidade de existência de mais de um tipo de sentença relativa apositiva no Português Brasileiro.

### 3. DOIS TIPOS DE RELATIVAS APOSITIVAS DO PB

Como apontamos na seção anterior, as sentenças relativas apositivas do português podem, ao serem reduzidas, apresentar um comportamento diferente, tendo como resultado dessa redução um substantivo ou um adjetivo.

Vimos, na seção 2.1 deste capítulo, que as posições podem ser classificadas como identificativas, atributivas e inclusivas e que, para muitos autores, as relativas apositivas estão incluídas na classe das posições atributivas (QUIRK et al, 1985; CARDOSO & De VRIES, 2010, HERINGA, 2011). Além disso, vimos que as posições, para De Vries (2006) e McCawley (1998) representam reduções de sentenças relativas apositivas.

Ao analisarmos os dados apresentados em (49), observamos que (49a) nos fornece como resultado da redução um substantivo, o que vemos em (49b); em (49c), a redução gera um adjetivo, como apontado em (49d). Por que isso acontece? Tomemos um novo exemplo:

(50) a- Cecília, [que é minha filha], formou-se em medicina.

b- Cecília, minha filha, formou-se em medicina.

Percebe-se que, no exemplo em (50b), há uma total correspondência entre a posição e o seu âncora, pois apresentam o mesmo referente, representam o mesmo ser de forma incontestável. Ainda que a posição seja apresentada em forma de oração relativa (50a), ela não contém nada além de uma informação adicional para a compreensão do ouvinte sobre a entidade a quem se faz referência. Estamos diante do que chamamos posição identificativa ou equativa (De Vries, 2006), o que quer dizer que o âncora e a posição apresentam equivalência semântica. Se olharmos de maneira reversa (partindo da estrutura apositiva para a construção da frase relativa), podemos dizer que, para o português brasileiro, as posições identificativas podem ser relativizadas. Vejamos:

- (51) a- A capitã do time, [Maria], marcou dois gols.  
 b- A capitã do time, [que é Maria], marcou dois gols.  
 c- Castro Alves, [poeta romântico], escreveu *O Navio Negreiro*.  
 d- Castro Alves, [que é poeta romântico], escreveu *O Navio Negreiro*.

O que talvez nos permita fazer tal afirmação seja o fato de termos (associada à expansão do nominal para uma sentença relativa apositiva) a presença do verbo copular *ser*, que é altamente identificador; trata-se de verbo que permite igualar elementos e, no caso da aposição constituída por uma relativa apositiva, como nos dados em (51), podemos perceber a relação entre elementos correferentes.

Vejamos os dados em (52):

- (52) a- O homem, que é mortal, enfrenta muitos perigos.  
 b- O homem, mortal, enfrenta muitos perigos.  
 c- A Terra, que é azul, compõe o Sistema Solar.  
 d- A Terra, azul, compõe o Sistema Solar.

Os dados em (52) nos trazem uma condição diferente da exposta anteriormente. Temos, agora, sentenças relativas apositivas que, reduzidas, resultam em um adjetivo. Isso se deve ao fato de o conteúdo da relativa atribuir uma característica ao âncora, constituindo, portanto, o que chamamos aposição atributiva, como consideram diversos autores (CARDOSO & De VRIES, 2010, QUIRK et al, 1985, McCAWLEY, 1998, e outros).

É preciso observar que as construções acima organizam-se com a presença do verbo “ser”, uma cópula (o verbo de ligação para a GT), o que acaba por já caracterizar a construção como uma estratégia de atribuição de propriedades a um nome.

Entretanto, observemos, agora, os dados a seguir:

- (53) a- As alegações, que não tinham procedência, o tribunal desprezou.  
b- As alegações, improcedentes, o tribunal desprezou.
- (54) a- O Pedro, que fala demais, ficou calado hoje.  
b- O Pedro, tagarela, ficou calado hoje.
- (55) a- O cigarro, que prejudica a saúde, deveria ser proibido por lei.  
b- O cigarro, prejudicial à saúde, deveria ser proibido por lei.
- (56) a- Maria, que está de vermelho, é a anfitriã da festa.  
b- Maria, de vermelho, é a anfitriã da festa.
- (57) a- Gonçalves Dias, que pertence ao Romantismo, era indianista.  
b- Gonçalves Dias, romântico, era indianista.

Podemos notar que, ainda que tenhamos construções relativas apositivas, constituídas por um verbo diferente do verbo *ser*, como as exemplificadas acima, mesmo assim encontraremos reduções dessas orações que resultam em adjetivos, o que nos permite dizer que se trata, igualmente, de sentenças de natureza atributiva, tanto quanto aquelas em (52).

Vamos observar o que acontece nos dados, em (58) e (59), a seguir. Como podemos ver, as apositivas nesses dados – ao serem reduzidas – resultam em substantivos, constituindo aquilo que chamamos aqui de apositiva identificativa, considerando que o nome resultante (e, portanto, a apositiva como um todo) apresenta identificação total com o âncora; podemos, então, dizer que se trata de expressões praticamente equivalentes. Vejamos:

- (58) a- A Terra, que faz parte do Sistema Solar, é azul.  
b- A Maria, que comprou a casa, agora é digital influencer.  
c- Cabral, que descobriu o Brasil, navegou em mares da Índia.  
d- Antônio, que preside a sessão, proferiu um longo discurso.  
e- Ana, que dança no balé da escola, tem excelentes notas.

- (59) a- A Terra, astro do Sistema Solar, é azul.  
 b- A Maria, proprietária da casa, agora é digital influencer.  
 c- Cabral, descobridor do Brasil, navegou em mares da Índia.  
 d- Antônio, presidente da sessão, proferiu um longo discurso.  
 e- Ana, bailarina da escola, tem excelentes notas.

A gramática tradicional nos diz que não podemos ter um adjetivo como aposto, pois esse constitui, com o termo que o antecede, uma unidade que representa o mesmo ser sem, contudo, caracterizá-lo (CUNHA & CINTRA, 2010). Porém, os dados de (52) a (57) nos mostram que podemos ter uma construção apositiva formada por um elemento nominal (âncora) e uma relativa apositiva, que pode ser reduzida a um adjetivo.

Vamos voltar aos dados colocados em (50a) e (52c), agora em (60), para uma primeira análise do fenômeno descrito acima: o comportamento diferenciado das relativas apositivas frente a uma redução dessas orações a um sintagma simples.

- (60) a- Cecília, que é minha filha, formou-se em medicina.  
 b- A Terra, que é azul, compõe o Sistema Solar.

Imaginemos que a construção em (60a) tenha se originado da seguinte estrutura: *Cecília, a menina que é minha filha, formou-se em medicina*. Teríamos, então, uma construção apositiva formada pelo âncora *Cecília* e pela aposição *a menina que é minha filha*, ou seja, um substantivo expandido por uma oração relativa restritiva. Essa sentença relativa restritiva tem a função, como já mencionado anteriormente (cap.1, deste trabalho), de restringir ou identificar uma menina entre tantas outras, no caso em questão *Cecília*, o que sugere que, ao restringir o núcleo *menina*, *minha filha* passa a ser um identificador do âncora (*Cecília*).

Dessa forma, nessa construção teremos três elementos de mesma natureza (*Cecília*, *menina*, *minha filha*) que nos levará a um único e exclusivo referente. Se apagarmos ou elidirmos o núcleo (*menina*), que tem o mesmo referente do antecedente, a oração restritiva se

ligará ao âncora *Cecília*, por identidade, fornecendo, agora, uma informação extra sobre este, ou seja, introduzindo uma alternativa descritiva para o mesmo referente (como acontece com as posições identificativas); temos aí o surgimento da relativa apositiva.

A construção apositiva passará, assim, a ser formada pelo âncora *Cecília* e a aposição, que será constituída por uma oração relativa apositiva: *Cecília, que é minha filha, formou-se em medicina*. A redução dessa sentença relativa apositiva nos retorna um substantivo cujo referente é o mesmo do seu antecedente: “*Cecília, minha filha, formou-se em medicina*”.

Notamos, após o teste de redução, que o nominal resultante não contém um atributo do âncora, mas é empregado para identificá-lo, especificar sua referência, e não lhe atribuir característica. Se o nominal resultante se comporta dessa maneira, deve ser porque a própria apositiva apresenta esse comportamento, o que evidencia que se trata de um tipo específico de relativa apositiva: a apositiva identificativa.

Observemos, agora, a construção apontada em (60b): “A Terra, que é azul, compõe o Sistema Solar”. Nesse caso, a relativa apositiva funciona como um modificador do âncora, pois atribui uma certa propriedade ao seu referente.

Note-se que – nesse caso especificamente – não existe a relação de identidade entre o âncora e a expressão nominal a que a apositiva se reduz, justamente porque seu conteúdo é o de uma propriedade, uma espécie de predicação sobre o âncora.

Da mesma maneira, como propusemos anteriormente, vamos imaginar que a estrutura que deu origem à apositiva, no caso em questão, seja a seguinte: “A terra, astro que é azul, compõe o Sistema Solar”.

Vamos supor, de forma análoga, ao proposto na análise anterior, que haja nessa construção apositiva um âncora representado por *A Terra* e uma aposição composta por um substantivo (*astro*) expandido por uma oração relativa restritiva (*que é azul*). Note que a aposição, sozinha, não é capaz de identificar o antecedente, mas traz um componente característico (um atributo) que é particular de seu âncora. Ao elidirmos o núcleo que compõe a aposição (*astro*), a sentença restritiva passará a se ligar ao âncora, que apresenta as mesmas características do núcleo elidido, dando origem à relativa apositiva e, dessa forma, teremos o surgimento da estrutura: “A Terra, que é azul, compõe o Sistema Solar”. A relativa apositiva (*que é azul*) passa a veicular uma informação extra sobre o antecedente, permitindo o reconhecimento da ligação dessa característica particular ao elemento ao qual se refere, qual seja, o antecedente *Terra*.

Como já mostramos anteriormente, ao reduzirmos a sentença relativa apositiva em (60b) a um sintagma simples, teremos como resultado um adjetivo (52d). A construção apositiva, após a redução, ficaria assim representada: “A Terra, azul, compõe o Sistema Solar”. Note que, agora, é possível colocarmos o núcleo elidido diante do resultado da redução da relativa apositiva, produzindo a seguinte estrutura: “A Terra, (astro) azul, compõe o Sistema Solar”.

Podemos observar que, diferentemente do que ocorre em (60a), o resultado da redução (azul), agora, qualifica o núcleo “astro”, permitindo uma construção de referencial que se assemelhe ao seu antecedente *Terra* e, por isso, a possibilidade de interpretação de construções do tipo “A Terra, azul, compõe o Sistema Solar” ou “Azul, a Terra compõe o Sistema Solar”.

Apesar de termos elementos encadeados de naturezas diferentes (Terra – substantivo; azul – adjetivo), podemos interpretá-los como tendo o mesmo referente devido à “presença” de um núcleo apagado essencial para essa interpretação.

O que temos aqui, portanto, é uma relativa apositiva de natureza atributiva, já que a redução contém um atributo e – por analogia – entendemos que a própria apositiva carregue esse conteúdo atributivo.

Dessa forma, a possibilidade ou não de ocorrência de um substantivo antecedendo o resultado da redução da relativa apositiva nos fornece evidências da existência de mais de um tipo de oração relativa apositiva, ora trazendo caráter identificador, ora trazendo caráter qualificador ou atributivo.

Em resumo, estamos propondo aqui que, por seu comportamento sintático-semântico, as relativas apositivas do PB subdividem-se em pelo menos dois tipos: as apositivas identificativas e as apositivas atributivas.

Assim, passamos a propor que o procedimento de redução seja usado como teste sintático para designar a natureza de cada uma das relativas apositivas (se atributiva, se identificativa): as atributivas reduzem-se em sintagmas de valor adjetival, as identificativas, em sintagmas de valor nominal.

#### TESTE: REDUÇÃO DA RELATIVA APOSITIVA

- Atributivas resultam em adjetivos ou sintagmas preposicionais de valor adjetival

- (61) a- As alegações, que não tinham procedência, o tribunal desprezou.  
b- As alegações, improcedentes, o tribunal desprezou.
- (62) a- Pedro, que fala demais, ficou calado hoje.  
b- Pedro, tagarela, ficou calado hoje.
- (63) a- O cigarro, que prejudica a saúde, deveria ser proibido por lei.  
b- O cigarro, prejudicial à saúde, deveria ser proibido por lei.
- (64) a- Maria, que está de vermelho, é a anfitriã da festa.  
b- Maria, de vermelho, é a anfitriã da festa.
- (65) a- Gonçalves Dias, que pertencia ao Romantismo, era indianista.  
b- Gonçalves Dias, romântico, era indianista.

- Identificativas resultam em substantivos (ou sintagmas nominais)

- (66) a- A Terra, que faz parte do Sistema Solar, é azul.  
b- A Terra, astro do Sistema Solar, é azul.
- (67) a- Ana, que dança no balé da escola, tem excelentes notas.  
b- Ana, bailarina da escola, tem excelentes notas.
- (68) a- O Pedro, que leciona português, mora nesta rua.  
b- O Pedro, professor de português, mora nesta rua.
- (69) a- O Fusca, que é um carro antigo, sempre foi apreciado.  
b- O Fusca, carro antigo, sempre foi apreciado.

Considerando o exposto acima, proponho que este seja um teste viável para determinar o tipo de apositiva que temos em cada caso: as que resultam em um nominal

teriam natureza identificativa, já as que resultam em um adjetivo têm natureza mais predicacional ou especificativa.

#### **4- REVISÃO DO CAPÍTULO**

Neste capítulo, abordamos as construções apositivas, de modo geral, como elas ocorrem e como podemos reconhecê-las. Vimos que as posições podem ser classificadas de acordo com a relação que estabelecem com o seu âncora, podendo trazer em si conteúdo genérico, não-específico e específico e que de acordo com esse conteúdo podem ser entendidas como posições identificativas, atributivas e inclusivas.

Vimos, também, que nem todas as posições permitem o uso de marcadores apositivos e que algumas exigem a presença desses marcadores. Destacamos que, para alguns autores, nem todas as posições podem ser desenvolvidas em uma oração relativa apositiva. Abordamos, de forma um pouco mais detalhada, as posições identificativas e as atributivas, apresentando as características de cada uma delas, na tentativa de ressaltar que as identificativas apresentam total equivalência entre o âncora e a posição e que trazem um elemento extra com o objetivo de facilitar a compreensão do ouvinte sobre o que está sendo enunciado. Já as atributivas nos trazem uma característica atribuída ao antecedente e, por esse motivo, não apresentam uma total equivalência entre os elementos que constituem a construção apositiva.

Destacamos, também, os tipos de construções apositivas oracionais do português brasileiro – as apositivas nominais e as relativas apositivas – apontando as diferenças e as semelhanças entre elas. E, finalmente, apresentamos a possibilidade de existência de mais de um tipo de relativa apositiva no PB. Por meio de testes um pouco mais específicos, discutimos o porquê desta diferença, chegando à conclusão da existência de relativas apositivas distintas, devido ao tipo de posição que está sendo relativizada: ou identificativa ou atributiva.

No capítulo seguinte, apresentaremos uma discussão sobre o tipo de estrutura apresentada pelas relativas apositivas e discutiremos questões atinentes à interpretação do termo *que* nesse tipo de construção.

## CAPÍTULO III

---

### RELATIVA APOSITIVA DO PB – UMA CONSTRUÇÃO COORDENADA

#### 1. INTRODUÇÃO

A visão de como se compõe a estrutura sintática de uma relativa apositiva é muito controversa. Neste capítulo, descrevemos, de forma sucinta, como são entendidas as construções sintáticas subordinada e coordenada, retomando, rapidamente as diversas teorias para a descrição da estrutura de uma relativa apositiva. Ao final, tendo em vista tudo o que foi debatido e exposto sobre as posições e construções apositivas e, conseqüentemente, sobre as relativas apositivas e os elementos que as caracterizam, tentar-se-á demonstrar que tais sentenças devem ser definidas ou conceituadas como uma estrutura em coordenação.

#### 2. A TEORIA DE KAYNE (1994): “HEAD RAISING ANALYSIS”: Avaliando Kayne (1994) como hipótese de relativização

Como mencionado no início desta dissertação (capítulo 1), adotaremos a teoria da relativização de Kayne (1994), proposta para a derivação das sentenças relativas. Descreveremos, neste tópico, de forma sucinta, como é estruturada essa teoria.

A análise de Kayne (1994) para as orações relativas baseia-se na proposta do Axioma da Correspondência Linear (Linear Correspondence Axiom – LCA), também apresentada por ele.

O LCA é a hipótese de que há uma relação estreita entre dominância e a ordem linear, ou melhor, entre o C-comando assimétrico, que envolve uma relação de dominância, e a ordem linear dos termos da sentença. Para expressar essa intuição, Kayne sugere que os C-comandos assimétricos estão intimamente ligados à ordem linear dos terminais. Assim, considera um conjunto de pares ordenados  $(X_j, Y_j)$ , tal que para cada “j”,  $X_j$  assimetricamente

c-comanda Yj, sendo A a projeção máxima do conjunto, ou seja, A contém todos os pares não-terminais, tal que o primeiro c-comanda assimetricamente o segundo.

Coloquemos a coisa do seguinte modo: a proposta de Kayne pode ser interpretada da seguinte maneira: para um dado marcador sintático P, com T, conjunto dos terminais e A nas condições descritas acima, teremos:

(1) Linear Correspondence Axiom

d (A) is a linear ordering of T

‘dominância de (A) é uma ordem linear dos terminais T’

(KAYNE, 1994: 6)

A noção que Kayne (1994) tenta capturar com essa proposta é a de que, se uma categoria não-terminal X assimetricamente c-comanda outra categoria não-terminal Y, então, todos os ‘nós’ terminais dominados por X devem preceder todos os ‘nós’ terminais dominados por Y. Isso significa dizer que categorias que são hierarquicamente superiores com c-comando assimétrico devem preceder, na ordem linear, as hierarquicamente inferiores e assimetricamente c-comandadas.

Com a teoria do Axioma da Correspondência Linear (LCA), Kayne foi levado a revisar as várias estruturas sob a teoria X-barra, uma delas, a adjunção à direita. Para Kayne (1994) a adjunção à direita não é possível em LCA e, dessa forma, abordagens como as de Ross (1967), Jackendoff (1977), Chomsky (1977) entre outros, para as sentenças relativas, seriam descartadas.

Kayne assume, portanto, que a derivação da estrutura da relativa deve estar em consonância com a LCA<sup>14</sup>, adotando as ideias propostas por Smith (1964) e Vergnaud (1974) na relação entre D e CP. Assim sendo, propõe a teoria “head raising analysis”.

A “head raising analysis” sugere que o CP relativo é selecionado pelo determinante da sentença matriz e o antecedente nominal do CP relativo (o nome relativizado) é alçado de dentro da sentença subordinada e movido para a posição de especificador, onde entrará em relação com o determinante externo (segundo Bianch (1999), essa relação provavelmente se

---

<sup>14</sup> Para maiores detalhes sobre a teoria do Axioma de Correspondência Linear (LCA, em inglês), ver Kayne 1994.

dá por concordância)<sup>15</sup>. Em outras palavras, na “head raising analysis” de Kayne (1994), o antecedente da relativa nasce internamente a ela e é alçado à posição externa. A estrutura de uma relativa, nesses termos, seria a seguinte: [DP D<sub>0</sub> CP]. Os exemplos em (2) e (3) nos mostram a derivação de uma sentença *that* e de uma sentença-*wh*, em inglês, respectivamente:

- (2) a- The [(two) pictures of John’s]<sub>i</sub> [that [ ... lent me [e]<sub>i</sub> ]]  
 b- [DP [D<sup>0</sup> the [CP [NP (two) pictures of John’s]<sub>i</sub> [C<sub>0</sub> that you lent me t<sub>i</sub>]]]  
 (3) a- [CP [TP Bill saw [DP which Picture]]]  
 b- [CP [DP [which picture]<sub>i</sub> [TP Bill saw t<sub>i</sub>]]]  
 c- [DP D<sup>0</sup> the [ CP [ DP [NP Picture]<sub>i</sub> [D which t<sub>2</sub>] [Bill saw t<sub>1</sub>]]]]

(KAYNE, 1994:86-88)

Vamos assumir aqui a hipótese de Kayne e propor que, em português, os pronomes relativos surgem como determinantes dos nomes que serão seus antecedentes. Como vimos, por essa análise, o antecedente nasce internamente à relativa e, posteriormente, é alçado para uma posição externa a ela, portanto, teremos uma estrutura como em (4):

- (4) a- O rapaz que chegou  
 b- O [CP [TP chegou que rapaz]]  
 c- O [CP que rapaz]<sub>i</sub> [TP chegou t<sub>i</sub>]]  
 d- [DP O rapaz [CP que t<sub>2</sub>[TP chegou t<sub>1</sub>]]]

Segundo Kayne (1994), a “head raising analysis” para a derivação das sentenças relativas fornece uma resposta para a questão da posição em que essas orações são fixadas. Para o autor, essas sentenças não podem ser nem complemento de N nem, por essa perspectiva, podem ser consideradas uma adjunção à direita de N ou qualquer projeção de N ou D; a adjunção à direita, nessa perspectiva, inexistente, já que a relativa deve ser considerada, como vimos, um complemento do determinante (D).

<sup>15</sup> Mais informações sobre a proposta de relativização de Kayne, ver Bianchi, 1999.

Kayne (1994) argumenta, ainda, que as relativas (restritivas) devem envolver uma estrutura com a seguinte forma [ $D^0$  CP], com o movimento do termo relativizado (ou a palavra-*wh*) para o Spec CP. Para as relativas apositivas, pode ser, a princípio, que a pausa (entonacional) presente nessas sentenças indique que há uma possível distinção estrutural em relação às relativas restritivas. Dessa forma, Kayne propõe que as relativas, restritivas e apositivas, diferenciam-se em LF. Nesse ponto específico da derivação a apositiva se desloda para além do determinante, escapando do escopo dele, o que faz com que ela ganhe natureza generalizante em vez de natureza restritiva. Entretanto, não há diferença em estrutura sintática. Mais especificamente, as apositivas partilham da mesma estrutura [ $D^0$  CP] que as restritivas.

Assim sendo, como colocado no início desta seção, assumiremos a teoria “head raising analysis” de Kayne (1994) para a derivação das orações relativas nesta dissertação.

### **3.A RELATIVA APOSITIVA: SUBORDINAÇÃO E COORDENAÇÃO**

#### **3.1. Da subordinação e da coordenação**

Como aventado anteriormente (no primeiro capítulo deste trabalho), a subordinação acontecerá quando toda uma frase se constitui como argumento (DUARTE, 2003; QUIRK et al, 1985) de outro item lexical colocado em uma sentença principal, exercendo funções semelhantes (sujeito, objeto, complemento, aposto) às das expressões nominais e que, por esse motivo, são denominadas pela gramática tradicional de orações integrantes ou orações subordinadas substantivas.

Do mesmo modo, vimos que a coordenação se caracteriza por combinar sentenças de mesmo nível categorial, que desempenham as mesmas funções sintáticas e semânticas (MATOS, 2003), sem que uma exerça domínio ou qualquer função sintática em relação a outra. E, ainda, apontamos que pode haver uma fronteira tênue entre a subordinação e a coordenação quando há uma disparidade entre os termos coordenados e, nesse caso, estaremos frente a uma coordenação assimétrica.

Nos dados abaixo, em (5), temos sentenças que expressam a mesma circunstância, porém de modo distinto:

(5) a- Maria saiu antes de João chegar.

b- Maria saiu e, então, João chegou.

Observe-se que, apesar de veicularem o mesmo acontecimento, as combinações das orações acima originam diferenças notáveis em suas estruturas sintáticas: em (5a), a Oração *antes de João chegar* é uma sentença subordinada adverbial temporal, e seu entendimento depende da informação trazida pela outra oração, ou seja, é um argumento necessário para a compreensão do período e equivale a uma sentença, por exemplo, do tipo “Maria saiu antes do jantar”, em que se espera um complemento para o termo *antes* (cf. McCAWLEY, 1998). Em (5b), por outro lado, a oração *João chegou* tem o mesmo valor que a outra: *Maria saiu*, se equivalem como sentenças principais (McCAWLEY, 1998) e estão, portanto, coordenadas.

Sabemos que equivalência implica relação de simetria entre dois elementos (HOCKET, 1955) e isso está diretamente ligado ao centro do debate sobre posições, que se preocupa em esclarecer como a relação entre âncora e posição deve ser caracterizada: se coordenação; se subordinação (HERINGA, 2011). Algumas possibilidades para a descrição dessa relação (âncora – posição) são apontadas por HERINGA (2011) como, por exemplo:

- 1- a relação apositiva pode ser um tipo de relação coordenada;
- 2- a relação âncora – posição pode caracterizar uma relação de subordinação;
- 3- a posição pode, também, conter um terceiro tipo de relação entre os elementos da sintaxe diferente, mas ao mesmo tempo próximo, das relações de coordenação e subordinação;
- 4- ou, ainda, a relação apositiva pode ser simplesmente tratada como um fenômeno puramente pragmático. A literatura linguística apresenta todas essas versões e suas combinações.

A posição, composta de dois núcleos, a princípio, de mesmo nível categorial, só pode ser entendida como coordenação (HOCKET, 1955). De acordo com Heringa (2011), a posição e a coordenação, no entender de Sturm (1986), podem se confundir sintaticamente. A diferença entre ambas está na interpretação: na posição, a relação é de identificação e na

coordenação, a relação é interpretada como se tivéssemos referentes distintos, porém juntos. O exemplo apresentado em (6) é uma interpretação do que foi dito acima, em que o entendimento pode ser tanto de uma coordenação assindética, quanto de uma aposição:

- (6) Em 1997, conhecemos Gustavo Kuerten, o melhor tenista brasileiro e um dos maiores esportistas da história do tênis mundial.

Para Burton-Roberts (1975), as semelhanças apresentadas entre coordenação nominal e aposição permitem dizer que ambas as relações derivam de uma mesma estrutura: a coordenação de duas sentenças; a primeira oração (a matriz) contendo o âncora e a segunda, exatamente igual, contendo a aposição. Afirma, ainda, o autor que a conjunção coordenativa pode ser substituída pelo marcador apositivo. Nos dados abaixo, fazemos uma análise do que é proposto por Burton-Roberts (1975):

- (7) a- O Flamengo joga na próxima semana e o campeão brasileiro de 2019 joga na próxima semana.  
 b- O Flamengo joga na próxima semana e (isto é) o campeão de 2019 ~~joga na próxima semana~~.  
 c- O Flamengo, campeão de 2019, joga na próxima semana,

Em outras palavras, nesse caso, a parte que é repetida na frase é excluída e âncora e aposição ficam justapostos, originando a construção apositiva.

Em se tratando de pensar a aposição como subordinação, seria dizer que esta é vista como um modificador atributivo, como os adjetivos (cf. HERINGA, 2011; ACUÑA-FARINA, 1996), em que o âncora seria o núcleo e a aposição o modificador (atributo). A aposição na condição de um tipo de relação subordinada também pode ser vista como um tipo especial de predicação (HERINGA, 2011) e, nessa relação, o âncora seria o sujeito.

Para alguns autores, a aposição encontra-se na posição sintática de adjunto ao seu antecedente, e a vírgula presente na estrutura, desencadeia uma interpretação de predicação, resultando em uma proposição secundária (POTTS, 2005). Entretanto, segundo argumenta

Heringa (2011), caso a construção apositiva seja tratada como relação de subordinação entre antecedente e aposição, quem seria o predicado, quem seria o sujeito? O autor assume que o sujeito deve ser o âncora e o predicado a aposição e cita, inclusive, Molitor (1979) como defensor dessa ideia de subordinação, baseado no argumento da “concordância”: o elemento da construção apositiva que estabelece concordância deve ser considerado o âncora, como podemos observar nos dados em (8):

(8) a- Maria, uma encantadora menina, ganhou o prêmio hoje.

b- Uma encantadora menina, Maria, ganhou o prêmio hoje.

E, ainda, há a visão de que a aposição pode ser tratada como uma relação entre elementos que a aproximam das relações de coordenação e subordinação sem necessariamente pertencer a qualquer uma delas. Essa ideia é abraçada por Sopher (1971: 401-403) que propõe que os elementos de uma construção apositiva não podem ser coordenados, uma vez que são correferenciais e não podem ser subordinados, visto que são funcionalmente equivalentes, podendo haver a troca de posições entre âncora e aposição sem alteração do significado da sentença. Para Heringa (2011), em uma relação de subordinação pressupõe-se que os elementos desempenhem funções sintáticas diferentes.

Para alguns autores, essa ideia está baseada, principalmente, no fato de a aposição ser considerada como uma informação independente do outro elemento a que está ligada e, ainda, de ser considerada como uma relação não sintagmática, pois âncora e aposição não formam uma unidade sintática e, portanto, não pode haver hierarquia entre eles (cf. PETERSON, 1999; HERINGA, 2011). Isso pode ser demonstrado por meio da elipse verbal, como colocado nos dados abaixo:

(9) a- João tem um carro, um Porsche, e José também tem.

b- Ana não encontrou Pedro, o melhor amigo dela, no cinema, e Carlos também não.

Observe-se que em (5a) entendemos que José também tem um carro, mas não necessariamente um Porsche, e, da mesma forma, em (5b), podemos dizer que Carlos não encontrou Pedro no cinema, mas não podemos afirmar que Pedro é o melhor amigo de Carlos. Ambas as estruturas em (5) nos mostram que a parte elidida do segundo conjunto não inclui a aposição. Peterson (1999), destaca que âncora e aposição não formam uma unidade sintática e não há nenhuma relação de hierarquia entre eles. Dessa forma, pensando a questão, conclui que a aposição está, apenas, em uma associação independente com o âncora, estabelecendo ligações semânticas, mas não sintáticas.

Por outro lado, para Koktová (1986: 1-3), a aposição não integra a sintaxe, nem contribui para a semântica da oração. Na realidade, a autora considera que a aposição não interfere, de fato, na informação trazida pela sentença e deve ser tratada como uma pressuposição. Koktová descreve a aposição como um fenômeno pragmático, usado pelo falante para fazer um comentário, com a intenção de fornecer uma informação secundária para o ouvinte por meio de um predicado implícito, assumindo que as construções apositivas se aproximam da coordenação.

Várias são as posições em relação à escolha de estrutura, se coordenada ou subordinadas, para analisar uma construção apositiva. Alguns autores fazem a distinção entre os dois tipos de estrutura de acordo com o tipo de aposição e, nesse caso, aquilo que chamam de identificativas, em que a aposição apresenta a mesma categoria do âncora e constitui uma alternativa de descrição para o mesmo referente, seriam analisadas como estruturas de coordenação. Já as construções atributivas, em que a aposição é tomada como caracterizador do antecedente, atribuindo uma certa propriedade do referente ao âncora, seriam analisadas como subordinação (HERINGA, 2011).

Nesta dissertação adotaremos que a construção apositiva, independente de qual seja a sua natureza, é uma estrutura de coordenação.

### **3.2. Da relativa apositiva**

Como apontado no início deste trabalho (capítulo1), várias são as teorias que tentam explicar a posição estrutural das sentenças relativas apositivas na literatura linguística, quase todas baseadas na independência da sentença relativa apositiva (orfandade), ou na possibilidade de a relativa apositiva formar um constituinte sintático com o seu antecedente

(constituência) ou, ainda, aquelas que apresentam uma mistura dessas duas vertentes (orfandade e constituição).

Vimos que uma dessas correntes é a que considera a relativa apositiva como sendo uma sentença principal, que em sua estrutura profunda está coordenada a uma oração matriz. Essa teoria é a Teoria da Sentença Principal (*MCH*, em inglês), defendida por Ross (1967), o qual propõe que algumas mudanças transformam a sentença em um termo parentético (a relativa apositiva), que emerge em uma posição adjacente ao antecedente. Essa teoria é adotada, posteriormente, por Thompson (1971), Emonds (1979), entre outros.

Paralelamente a essa, outra é desenvolvida: a Teoria da Sentença Subordinada (*SCH* – em inglês), a qual tem em Jackendoff (1977) seu precursor. Essa teoria propõe que a relativa apositiva é uma sentença subordinada encaixada em uma projeção máxima ao seu antecedente. Dessa forma, o antecedente e a apositiva formam um constituinte, assim como acontece com a relativa restritiva, porém a diferença entre os dois tipos de relativas – apositiva e restritiva – está na anexação da relativa apositiva em um nível superior dentro do sintagma nominal. A análise de Jackendoff (1977) se traduz em adjunção à direita. Em uma perspectiva mais ampla, ou colocando de forma mais simplificada, podemos afirmar que a teoria *MCH* carrega a ideia de que antecedente e relativa apositiva são gerados separadamente (orfandade) e a teoria *SCH* que relativa apositiva e antecedente formam um constituinte sintático (constituição).

A orfandade, como descrito anteriormente, pode ser “radical” ou “não radical”. A orfandade radical é aquela em que a relativa apositiva não faz parte da estrutura sintática da sentença matriz, ela é anexada ao antecedente no nível do discurso (cf. discussão em SAFIR, 1986; FABB, 1990; CANAC-MARQUIS e TREMBLAY, 1998). A não-radical traz a noção de que a relativa apositiva está presente sintaticamente, mas não é originada junto com o antecedente, ou seja, a relativa apositiva é gerada como uma sentença conjunta à sentença matriz, e o material entre antecedente e a relativa é extraposto à direita (cf. McCawley, 1982).

A hipótese da orfandade surgiu com o objetivo de explicar o caráter de sentença principal apresentado pela relativa apositiva. Entretanto, segundo De Vries (2006), essa proposta apresenta algumas desvantagens, pois não é, em geral, capaz de explicar a relação entre antecedente e a relativa apositiva. Argumenta o autor que a *MCH*, apesar de defender que a relativa apositiva é uma sentença independente, estipula que esse tipo de oração se encontra em adjacência a seu antecedente, um contraste com a posição parentética livre, defendida pela própria teoria. No que diz respeito à orfandade radical, De Vries (2006)

questiona que se uma sentença relativa apositiva é anexada em LF – ou em outro nível equivalente – como pode ser pronunciada, de acordo com o modelo Y regular da gramática; e, ainda, na orfandade não radical, onde a relativa apositiva está presente na sintaxe. Essas questões não são bem esclarecidas na teoria MCH, que sustenta que a apositiva e o antecedente formam dois constituintes separados. Assim, de acordo com De Vries (2006), são muitas as evidências contra a teoria da orfandade, concluindo, o autor, que antecedente e relativa apositiva devem formar um constituinte.

A teoria SHC é um modelo inicial da hipótese da constituência, ou seja, a que sustenta que antecedente e relativa formam um constituinte. No entanto, há outras possibilidades, como a apresentada por Smith (1964), que propõe que tanto a relativa restritiva quanto a apositiva são geradas como complemento do determinante que encabeça o antecedente.

Uma das características que permite diferenciar uma relativa restritiva de uma apositiva diz respeito ao escopo do determinante que a seleciona. Isso implica dizer que as estruturas das relativas restritivas e apositivas não são completamente iguais e, na versão atual da SHC (ou análise da adjunção), a restritiva está em adjunção à direita do NP, enquanto a apositiva é anexada à direita do DP (cf. discussão em De VRIES, 2006; DEMIRDACHE, 1991; Del GOBBO, 2003).

Outra visão, dentro da hipótese da constituência, é a possibilidade de a relativa apositiva e o antecedente formarem um constituinte coordenado. Isso é proposto de diferentes maneiras por De Vries (2002, 2006), Koster (1995, 2000) e outros.

Para Koster (2000), as relativas apositivas são coordenadas ao antecedente e denotam especificação e são tidas como um tipo de aposição. De Vries (2006), por sua vez, argumenta que as relativas apositivas são um DP, e por isso, as considera como uma semi relativa livre com uma “cabeça” (usualmente) vazia, e, ainda, afirma que há *raising* no interior de uma relativa apositiva.

Algumas abordagens sobre a posição estrutural da relativa apositiva trazem uma combinação das propostas apontadas acima, ou seja, contém a ideia de que uma relativa apositiva é gerada como um constituinte juntamente com o antecedente, mas eles (relativa e o antecedente) se separam em dois elementos distintos em LF (cf. KAYNE, 1994).

Essa é a proposta apresentada, de diferentes formas, por Demirdache (1991), Kayne (1994) Bianch (1999), Del Gobbo (2003). Demirdache e Del Gobbo afirmam que a relativa apositiva, inicialmente, surge em adjunção à direita e, em seguida, a relativa é deslocada para

o nível da matriz e, então, interpretada como uma sentença principal. Demirdache (1991) aplica esse movimento em LF. Del Gobbo (2003) propõe uma regra de reestruturação da sentença, em que há a transformação de um modificador nominal em uma sentença matriz que será anexada ao nível do discurso. Por fim, de acordo com Kayne (1994) e Bianchi (1999), a relativa apositiva é, inicialmente, um complemento do determinante (cf. SMITH, 1964), como em qualquer oração relativa, e, em LF, é movida para o Spec DP, ficando fora do escopo de D, e permanecendo como uma sentença subordinada.

Assim, como vimos, várias são as abordagens para a descrição da posição estrutural de uma relativa apositiva na literatura linguística. Neste trabalho, vamos nos apoiar à teoria de relativização proposta por Kayne (1994), mas será defendida a posição estrutural de coordenação para as relativas apositivas, devido à elisão do núcleo do sintagma nominal interno, que funciona como aposição na construção apositiva e se encontra em justaposição ao sintagma nominal anterior (âncora).

#### **4. RELATIVA APOSITIVA DO PB, UMA CONSTRUÇÃO COORDENADA**

##### **4.1. A elisão do núcleo DP/NP**

A presença ou ausência de elementos estruturais na composição de um sintagma pode acarretar diferentes resultados sintáticos e semânticos. Um exemplo é o caso da relação DP/NP, em que o determinante é que irá caracterizar o nível de definitude do sintagma (SMITH, 1964, VERGNAUD, 1974, KAYNE, 1994); é o que se observa nos dados em (10):

- (10) a- As crianças brincam na rua.  
b- Umas crianças brincam na rua.  
c- Crianças brincam na rua.

Note-se que a ausência ou o apagamento do núcleo do DP (o próprio determinante) provoca a generalização do NP, selecionado por ele como complemento. Ainda, há a

possibilidade de apagamento do núcleo do NP quando este é facilmente identificável por outros elementos que compõem o sintagma como os adjetivos, locuções ou orações:

- (11) a- A fruta nova está na cesta e [a fruta estragada] joguei fora.  
 b- A fruta nova está na cesta e [a [ ] estragada] joguei fora.  
 c- O menino de preto é o capitão do time. [O menino de azul] é o goleiro.  
 d- O menino de preto é o capitão do time. [O [ ] de azul] é o goleiro.  
 e- O livro que você me deu está sobre a mesa.  
 f- O [ ] que você me deu está sobre a mesa.

Observe-se que, em (11e), é possível a elisão do núcleo do NP, não podendo ocorrer o mesmo procedimento com o núcleo do DP, pois este precisa ser realizado para que ocorra a produção da oração relativa; a ausência do determinante acarretará a agramaticalidade da sentença (SMITH, 1964; KAYNE; 1994).

Entretanto sabemos que, para as sentenças relativas do português, é possível a elisão ou do núcleo do DP (12b) ou do núcleo do NP (11f), porém o apagamento de todo o DP resultaria, do mesmo modo, em uma oração agramatical (12a):

- (12) a-\*[ ] [ ] que você me deu está sobre a mesa.  
 b- [...] livro que você me deu está sobre a mesa.

Há, ainda, em relação à constituição do sintagma nominal (DP/NP), aqueles elementos que se ligam ao núcleo nominal com o objetivo de modificá-lo ou caracterizá-lo, desempenhando a função de um modificador nominal. Um modificador nominal é representado, basicamente, por adjetivos (AP), mas também, ocasionalmente, pode ser realizado por meio dos sintagmas preposicionais (PP) ou oracionais (CP). A relação adjetivo/nome é baseada na concordância (BECHARA, 2004; MATTOSO CAMARA JÚNIOR, 2011) que se estabelece por proximidade, por justaposição, como mostrado em (13):

- (13) a- João é um garoto levado.  
 b- Amparei uma mulher simpática.  
 c- Os trabalhadores incansáveis lutavam por umentos salariais.

Entretanto em algumas situações, como as exemplificadas abaixo, em (14), não podemos dizer de forma clara que o adjetivo destacado estabelece concordância sempre com o mesmo elemento.

- (14) a- O pai, **cansado**, chegou de viagem ontem.  
 b- **Cansado**, o pai chegou de viagem ontem.  
 c- O pai chegou **cansado** de viagem ontem.  
 d- O pai chegou de viagem ontem **cansado**.

Se compararmos os dados em (13) e (14), podemos notar que a ligação entre adjetivo e substantivo em (13) se estabelece de forma direta, ao passo que em (14), o adjetivo encontra-se destacado do substantivo ou por meio de pausas, ou por interposição de outros elementos estruturais. Ao olharmos de forma mais cuidadosa, parece possível supor, especialmente para as duas primeiras construções em (14), que um elemento substantivo, de natureza igual ou equivalente, antecedia o adjetivo e foi omitido por identidade com o antecedente:

- (15) a- O pai<sub>i</sub>, [homem<sub>i</sub> cansado], chegou de viagem ontem.  
 b- O pai<sub>i</sub>, [ \_\_\_\_<sub>i</sub> cansado], chegou de viagem ontem.  
 c- [Homem<sub>i</sub> cansado], o pai<sub>i</sub> chegou de viagem ontem.  
 d- [ \_\_\_\_<sub>i</sub> cansado], o pai<sub>i</sub> chegou de viagem ontem.

Tal questão pode ser mais bem evidenciada quando se tem uma construção copular que gera um predicado, como se vê no dado abaixo

(16) a- Maria<sub>i</sub> era uma mulher<sub>i</sub> doente.

b- Maria<sub>i</sub> era [ ]<sub>i</sub> doente.

Um fato relevante, a ser destacado aqui, é que um adjetivo em função atributiva (na função de modificador nominal) não pode ser separado do núcleo do NP (cf. BECHARA, 2004; CUNHA & CINTRA, 2010), como acontece com o elemento que se posiciona como predicativo, representado em (16). Nas composições estruturais em (14a) e (14b), observa-se a ocorrência de pausas fonológicas (representadas na escrita pelas vírgulas), o que evidencia uma quebra do sintagma, isto é, o rompimento da ligação direta entre substantivo e adjetivo, e quebras fonológicas não podem ocorrer em DPs. Além disso, como já apresentado no capítulo anterior, a construção em (14a) pode ser desenvolvida em uma oração relativa apositiva: *O pai, **que estava cansado**, chegou de viagem ontem.*

Vemos, então, que o adjetivo apresentado entre vírgulas, em (14a), tem natureza diversa daqueles colocados em (13), pois parece veicular muito mais uma explicação do que uma restrição, essa última, a restrição, característica própria dos modificadores nominais. Portanto, não podemos considerar que a construção [o pai, [ ] cansado], uma aposição atributiva, forme um constituinte, mas sim que os DPs, [o pai] e [ \_\_\_\_ cansado] estão coordenados e esse fato ocorre devido à elisão do núcleo do NP no segundo DP.

Outro ponto a ser levantado é que a função de modificador nominal pode ainda ser representada na forma de oração, as sentenças relativas. Para a gramática tradicional duas são as representantes dessas orações: a oração adjetiva restritiva e a oração adjetiva explicativa. Como apontado no capítulo 1 dessa dissertação, uma das principais características que separam as duas sentenças, segundo os gramáticos tradicionais, é a presença de pausas fonológicas nas explicativas e a ausência nas restritivas.

Não há dúvidas de que a oração relativa restritiva, claramente, desempenha o papel de modificador nominal, uma vez que, juntamente com o termo que relativiza, concorre para a determinação do significado de todo o DP, não podendo dele ser separada por pausas fonológicas.

(17) a- O homem **trabalhador** vence na vida.

b- O homem **que trabalha** vence na vida.

Ao analisar os dados em (17), percebemos que o adjetivo *trabalhador* funciona como um modificador nominal e, dessa forma, por analogia, a oração *que trabalha* (uma relativa restritiva) pode desempenhar igual papel na construção sintática. Aparentemente, o mesmo fenômeno ocorre com o adjetivo entre vírgulas, mas já sabemos que este adjetivo está coordenado ao elemento anterior, que lhe serve de referência, e que é resultado de uma redução da relativa apositiva, com núcleo NP elidido, além de ser parte integrante de uma aposição:

- (18) a- A Terra, planeta azul, gira em torno do sol.  
 b- A Terra, [...] azul, gira em torno do sol  
 c- A Terra, que é azul, gira em torno do sol.

Veja que a interpretação de que o termo “azul” se liga à “Terra” só é possível porque entendemos que há um núcleo (substantivo) elidido antes do adjetivo. Se não fosse assim, nesse caso específico em que não há nenhum indício, nem sintático (concordância), nem semântico (interpretação), de que “azul” tenha alguma coisa a ver com o termo “Terra”, deveríamos considerar a sentença agramatical, pois o adjetivo está solto na sentença, e sabemos que os adjetivos precisam se ligar a outro termo para que possam ser interpretados. Logo, parece ser evidente a existência de um núcleo elidido antes do termo azul.

À parte de todas as diferenças apresentadas entre as relativas restritivas e as apositivas, há uma que se torna relevante para determinar que, apesar de se constituírem em estruturas semelhantes, e de terem origem semelhantes, são parte de fenômenos distintos. Estamos falando aqui de uma estratégia que só é possível ocorrer com as restritivas, pelo fato de estas funcionarem como um modificador nominal oracional dentro de um DP: o apagamento ou elisão do núcleo do NP interno ao DP. Vejamos:

- (19) a- [O homem que trabalha]<sub>DP</sub> vence na vida.  
 b- [O [ ... ]<sub>NP</sub> que trabalha]<sub>DP</sub> vence na vida.  
 c- O homem é um ser inteligente e o [ ] que trabalha vence na vida.

Veja que a construção em (19b) é perfeitamente possível, se considerarmos que a palavra *homem* já tenha aparecido no contexto, como exemplificado em (19c). O mesmo procedimento, no entanto, com as relativas apositivas não se sustenta:

- (20) a- [O homem]<sub>DP</sub>, [que é mortal]<sub>CP</sub>, enfrenta muitos problemas.  
 b- \*[O [ ]<sub>NP</sub>]<sub>DP</sub>, [[...]NP [que é mortal] CP]<sub>DP</sub>, enfrenta muitos problemas.  
 c- O homem é um ser inteligente e \*o [...], que é mortal, enfrenta...

Observe-se, como ilustrado em (20b), que a posição do núcleo do NP, em uma relativa apositiva, não se encontra preenchida e, por essa razão, ao elidirmos o núcleo do DP externo ao qual a relativa se conecta (SMITH, 1964; KAYNE, 1994; BIANCHI, 1999; Del GOBBO, 2003) temos uma sentença agramatical, mesmo que a palavra *homem* já tenha ocorrido no contexto, como evidenciado em (20c).

Além disso, as pausas fonológicas (as vírgulas) impedem esse procedimento, pois a oração não é necessária para a construção do referencial do antecedente, ela apenas veicula uma informação extra sobre ele; uma característica específica da oração relativa apositiva. Dessa forma, esse ponto distancia as relativas restritivas das apositivas, ou, até mesmo, impede que se considere as orações relativas apositivas modificadores nominais, afastando a possibilidade de defini-las como estruturas subordinadas.

Assim, tudo o que foi apontado até aqui, leva-nos a concluir que o núcleo do NP interno do DP que constitui uma aposição está elidido, como podemos perceber nos dados em (21):

- (21) a- A Terra, [[planeta]<sub>NP</sub> azul]<sub>DP</sub>, gira em torno do Sol.  
 b- A Terra, [[ ]<sub>NP</sub> azul]<sub>DP</sub>, gira em torno do Sol.  
 c- A Terra, [[planeta]<sub>NP</sub> [que é azul] CP]<sub>DP</sub>, gira em torno do Sol.  
 d- A Terra, [[ ]<sub>NP</sub> [que é azul] CP]<sub>DP</sub>, gira em torno do Sol.

Sabemos que, em uma construção apositiva, a aposição é um termo coordenado a outro termo que, geralmente, apresenta igual valor sintático, como podemos ver em (21a) e (21c) e, sabemos, também, que o valor semântico pode representar um indício de traço sintático, como em (21b) e (21d). Observemos essa ocorrência em outros contextos:

- (22) a- Entre os dois sites, o Orkut, **o site mais antigo**, já está extinto; o Facebook, **o [...] mais atual**, ainda permanece em uso.

b- [DP O [NP site [AP mais antigo]]]

c- [DP O [NP \_\_\_\_ [AP mais atual]]]

- (23) a- Castro Alves, **o poeta que escreveu *Navio Negreiro***, pertencia à terceira geração do Romantismo; Gonçalves Dias, **o [...] que escreveu *Canção do Exílio***, pertencia à primeira geração.

b- [DP O [NP poeta [CP que escreveu *Navio Negreiro*]]]

.....c- [DP O [NP \_\_\_\_ [CP que escreveu *Canção do Exílio*]]]

Veja que, nos dados em (22) e (23), é possível a omissão do núcleo do NP interno do DP que está colocado em posição de aposto, tanto para a aposição que está representada por um sintagma nominal simples, (22), quanto para a que constitui um sintagma nominal complexo, ou seja, aquela que tem o núcleo expandido por uma sentença relativa restritiva, (23).

Observe-se que, em português, é possível a omissão, também, do determinante e, nesse caso, temos como resultado a sentença em (24):

- (24) a- Gonçalves Dias, o [ \_\_\_\_ ] que escreveu *Canção do Exílio*, pertencia à primeira geração.

b- Gonçalves Dias, [ \_\_\_\_ ] [ \_\_\_\_ ] que escreveu *Canção do Exílio*, pertencia à primeira geração

Dessa forma, ao omitirmos o núcleo DP/NP, em (24b), damos origem à oração relativa apositiva.

Assim, entende-se que aquilo que chamamos de construção relativa apositiva seja, na verdade, constituída, originalmente, de um antecedente nominal ao qual se associa uma relativa restritiva comum. A partir do apagamento do antecedente, temos uma estrutura aparentemente justaposta, que se associa à âncora fora da subordinada.

Observe-se que só é possível elidir o antecedente dessa restritiva que integra a aposição porque esse antecedente apresenta identidade com o nominal na sentença matriz.

Em outros termos, o que temos é que uma relativa apositiva modifica um nominal na matriz por identidade com um nominal elidido na aposição:

- (25) a- Maria, [a garota que mora ao lado], é uma excelente doceira.  
 b- Maria, [ \_\_\_\_ que mora ao lado], é uma excelente doceira.

Essa hipótese permite entender como se dá a ligação entre o pronome relativo na apositiva (uma oração tecnicamente desconectada desse antecedente, por estar em justaposição a ele), de modo que podemos interpretar esse PR de forma anafórica.

Mas observe-se que a cadeia anafórica, na realidade, se constrói da maneira como demonstrado a seguir:

- (26) Maria, [ \_\_\_\_ que mora ao lado], é uma excelente doceira.
- 

Dessa forma, entendemos a relativa apositiva como sendo originada de uma relativa restritiva com o núcleo elidido, e isso nos leva a entender o caráter independente, apresentado pela apositiva e o fato de ser um elemento alternativo (um elemento extra) para a construção da referência do nome ao qual se conecta.

Assim, defendemos aqui, com base na elisão do núcleo da aposição, que a sentença relativa apositiva é uma estrutura coordenada ao nominal a que se conecta na sentença matriz.

Vejamos. O fenômeno da aposição, já apresentado no capítulo 2 desta dissertação, ocorre quando temos, na maioria das vezes, termos de mesma natureza, colocados lado a lado, em coordenação, e esses termos descrevem, ou ajudam a descrever (caso em que tenhamos uma aposição atributiva), o mesmo referente. Assim, uma construção apositiva pode ser representada como ilustrado abaixo, em que DP<sub>1</sub> corresponde à âncora e DP<sub>2</sub>, à aposição:

- (27) a- [DP<sub>1</sub>] – [DP<sub>2</sub>]  
 b- [DP<sub>1</sub> A Terra<sub>i</sub>], [DP<sub>2</sub> o planeta<sub>i</sub> azul], compõe o Sistema Solar.
- (28) a-[DP<sub>1</sub>] – [DP<sub>2</sub> [CP]]  
 b- [DP<sub>1</sub>Ana<sub>i</sub>], [DP<sub>2</sub>[NP a mulher<sub>i</sub> [CP que mora ao lado]]], chegou.

Em (27), temos a aposição tida por muitos autores como canônica, em que o primeiro termo se coordena ao segundo e ambos têm o mesmo referente, possuem a mesma natureza sintática, podem trocar de posição e, também, ser desconectados em sentenças independentes, sem afetar a sintaxe e a semântica, como se vê em (29):

- (29) a- A Terra, o planeta azul, compõe o Sistema Solar.  
 b- O planeta azul, a Terra, compõe o Sistema Solar.  
 c- A Terra compõe o Sistema Solar.  
 d- O planeta azul compõe o Sistema Solar.

Note-se que em (28) a composição é similar a (27), porém com o fato de termos a aposição constituída de um nominal expandido por uma oração relativa restritiva. Portanto, em (28) temos uma construção apositiva em que o âncora é representado pelo DP *Ana* e a aposição pelo DP *a mulher que mora ao lado*; temos aqui, então, DPs que estão coordenados entre si ou justapostos e que podem ser intercambiados ou desconectados sem prejuízos semânticos ou sintáticos, como se observa em (30):

(30) a- A mulher que mora ao lado, Ana, chegou.

b- Ana chegou.

c- A mulher que mora ao lado chegou.

Considerando a argumentação anterior, não há dúvida de que em (28) estamos diante de uma aposição. Passemos, agora, à análise detalhada do dado apontado em (28)

(31) [Ana<sub>i</sub>], [a mulher<sub>i</sub> que<sub>i</sub> mora ao lado], chegou.

Observe-se que os termos justapostos, *Ana* e *a mulher*, juntamente com o pronome relativo, formam uma cadeia interpretativa, em que o *que* tem como referente o sintagma *a mulher* que, por sua vez, busca a sua referência em *Ana*, como mostrado em (31). Como já discutido anteriormente, o núcleo interno de uma aposição pode ser elidido:

(32) a. [Ana], [a mulher que mora ao lado], chegou.

b. [Ana<sub>i</sub>], [e<sub>i</sub> que mora ao lado], chegou.

Com a elisão do núcleo interno da aposição, há um rompimento da cadeia interpretativa (cadeia de referência), exemplificada no dado em (26), e o pronome relativo conecta-se diretamente ao elemento que servia de referência para o núcleo elidido. Então, teremos a seguinte estrutura:

(33) [Ana<sub>i</sub>], [que<sub>i</sub> mora ao lado], chegou.

Ocorre que, nessa composição apositiva, um sintagma nominal e uma relativa apositiva, o intercâmbio e a desconexão entre âncora e aposição nos fornecerá sentenças agramaticais, como podemos ver em (34):

(34) a- \*[Que<sub>i</sub> mora ao lado], [Ana<sub>i</sub>], chegou.

b- \*Que mora ao lado chegou.

c- Ana chegou.

Veja que, ao tentarmos a troca entre âncora e aposição ou a desconexão das sentenças, em (34), a cadeia interpretativa deixa de existir, pois o pronome relativo, como sabemos, é um pronome essencialmente anafórico e necessita de um referente para ter sua interpretação semântica e sintática. Com o rompimento, o PR não encontra elementos para ser interpretado e, conseqüentemente, temos como resultado sentenças agramaticais no português,

Assim sendo, o que fica evidente é que as sentenças relativas apositivas são originalmente uma construção nominal apositiva, portanto coordenada, contendo um antecedente nominal e uma relativa restritiva conectada a ele. Com a elisão do antecedente da restritiva interna à aposição, por identidade com o nominal (pivô) na matriz, a relativa passa a se conectar diretamente a esse nominal na matriz, fato que garante a interpretação do pronome relativo na relativa apositiva.

Em outras palavras, uma relativa apositiva é uma estrutura em coordenação, constituída por meio de um nominal + uma relativa restritiva, em que o antecedente nominal da aposição é elidido.

#### 4.2. Proposta de derivação

Considerando o exposto acima, vamos propor que uma apositiva seja derivada da seguinte forma:

Passo 1: a relativa é derivada à la Kayne em uma construção restritiva com alçamento da cabeça da relativa:

(35) a. O Pedro, aluno que sempre tira boas notas, chegou cedo.

b. O Pedro, [DP [CP que aluno [TP sempre ~~que aluno~~ tira boas notas], chegou cedo.

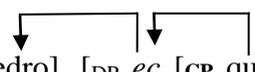
c. O Pedro, [DP aluno [CP que ~~aluno~~ [TP sempre ~~que-aluno~~ tira boas notas], chegou cedo.

Passo 2: o NP relativizado (que foi alçado de dentro da relativa) é apagado por identidade com o âncora na matriz, dando origem à relativa apositiva.

(36) [O Pedro], [DP ~~aluno~~ [CP que ~~aluno~~ [TP sempre ~~que-aluno~~ tira boas notas], chegou cedo.

Passo 3: o PR na apositiva cria uma cadeia de referência com o núcleo nominal elidido, o qual se conecta com o âncora na matriz, permitindo a interpretação do PR, mesmo que as construções estejam desconectadas em uma estrutura de aposição:

(37) (37) [O Pedro], [DP *ec* [CP que ~~aluno~~ [TP sempre ~~que-aluno~~ tira boas notas], chegou cedo.



The diagram shows a horizontal line above the text. From the left end of this line, a vertical line goes down to the word 'ec' in the DP of the matrix. From the right end of the horizontal line, a vertical line goes down to the word 'aluno' in the DP of the relative clause. A horizontal line connects these two vertical lines, forming a bridge between the matrix and the relative clause.

Assim sendo, com essa análise, conseguimos explicar, mesmo que consideremos a relativa apositiva uma estrutura de justaposição – e, portanto, coordenada ao nominal que lhe serve de antecedente – como se dá a conexão entre o pronome relativo e o nominal antecedente no CP da matriz.

Deixamos questões atinentes a alguns pressupostos na hipótese de Kayne (1994) para discussões futuras sobre o tema.

## 5. REVISÃO DO CAPÍTULO

Retomamos, neste capítulo, de forma breve, uma discussão sobre coordenação e subordinação e as teorias existentes sobre as várias posições, relacionadas à definição do tipo de estrutura, se coordenada ou subordinada, para analisar a relativa apositiva. Como vimos, autores como Quirk et al (1985), Koster (1995/2000), De Vries (2002/2006), entre outros sustentam que a oração relativa apositiva deve ser considerada uma estrutura coordenada ao seu antecedente, em oposição a outros autores, como Jackendoff (1977), que defendem uma

estrutura subordinada para esse tipo de oração relativa. Vimos ainda que Smith (1964), Kayne (1994), Bianchi (1999) tratam a relativa apositiva como um complemento do determinante.

Defendemos que uma relativa apositiva é uma estrutura em coordenação, apontando que a apositiva se origina de uma relativa restritiva que tem seu núcleo DP/NP interno elidido. A restritiva, que dará origem à apositiva, é parte integrante de um sintagma nominal que constitui uma aposição e que se encontra justaposto a outro sintagma de mesma natureza, formando uma construção apositiva. Vimos que há a formação de uma cadeia interpretativa ou referencial, constituída pela âncora (DP<sub>1</sub>), pelo núcleo do DP/NP do segundo conjunto e o pronome relativo que encabeça a sentença relativa restritiva. Quando elidido o núcleo do DP/NP interno do aposto, o pronome relativo passa a se ligar, por identidade, à âncora, surgindo a relativa apositiva, que, conseqüentemente, encontra-se coordenada ao elemento antecedente. Entendemos que, devido à presença do pronome relativo, não é possível a troca de posição entre âncora e aposição e, ainda, a desconexão das sentenças, elementos que caracterizam o fenômeno da aposição, visto que ocorre um rompimento total da cadeia interpretativa e o pronome relativo, um pronome anafórico, não encontra referente para sua interpretação e, por isso, fornece sentenças agramaticais, não sendo esse um obstáculo para considerarmos a coordenação para as relativas apositivas. Por meio da proposta de relativização de Kayne, mostramos como se dá a conexão entre o pronome relativo e o nominal antecedente no CP na matriz.

Assim, estamos propondo, nesta dissertação, que a oração relativa apositiva é uma estrutura coordenada, devido ao núcleo elidido (apagado) do sintagma nominal interno da aposição (aposto) que se encontra em justaposição ao sintagma nominal anterior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Iniciamos este trabalho, apresentando o processo de relativização e destacando o objeto de debate desta dissertação: as relativas apositivas. Relacionamos dados sobre essas sentenças, levantando alguns problemas e os questionamentos relacionados a esse tipo de construção relativa.

Na tentativa de investigar algumas questões sintático-semânticas que cercam relativas apositivas, começamos aplicando um simples teste de redução, em busca de uma substituição desta construção por um sintagma simples. Observamos que o comportamento das apositivas nem sempre é o mesmo, como se espera de estruturas tidas como apresentando constituição homogênea, uma vez que apresentam resultados diferentes: ora reduzem-se em substantivos, ora em adjetivos.

Outro ponto importante, que nos chamou a atenção, na busca de entender melhor o comportamento destas orações diz respeito às semelhanças entre as relativas de caráter apositivo e as apositivas de natureza nominal (as substantivas apositivas): ambas as estruturas apresentam funcionamento sintático-semântico semelhante ao de um aposto.

Entretanto, ao realizarmos um simples teste de deslocamento à esquerda de tais estruturas, pudemos observar que a sentença substantiva (apositiva nominal) e a oração relativa apositiva se comportam de maneira bem distinta, a saber, o deslocamento da apositiva nominal nos fornece uma estrutura possível na língua portuguesa, ao contrário do que ocorre com a relativa apositiva, que resulta em uma estrutura agramatical.

No caminho traçado de investigação da estrutura sintática da relativa apositiva, encontramos, ainda, o fato de alguns estudos associarem as relativas apositivas a construções coordenadas ao nome a que estão conectadas, devido ao caráter de justaposição apresentado por essas orações. Todavia, essa cogitação nos traz, também, a necessidade de ter de explicar como acontece a interpretação do pronome relativo nessas construções.

Na busca de tentar entender tais questões, debruçamo-nos sobre a literatura existente a respeito do tema. A nossa discussão se dá, em um primeiro momento, construindo uma visão da abordagem das construções apositivas (a aposição como fenômeno linguístico) de maneira mais ampla, ou seja, como o fenômeno ocorre e como podemos reconhecer suas formas de manifestação.

Vimos que as posições se classificam de acordo com a relação que estabelecem com o seu âncora, veiculando conteúdo genérico, não-específico e específico e que, de acordo com esse conteúdo, podem ser entendidas como posições identificativas, atributivas e inclusivas.

Um ponto, que chama muito a atenção, é que nem todas as posições permitem o uso de marcadores apositivos. Algumas exigem a presença explícita desses marcadores. Destacamos que, para alguns autores, nem todas as posições podem ser desenvolvidas em uma oração relativa apositiva, apesar de haver aqueles (Cardoso & De vries (2010) e Quirk et al (1985)), que consideram a posição uma redução da relativa apositiva.

Debatemos, de forma um pouco mais detalhada, as posições identificativas e as atributivas, apresentando as características de cada uma delas. Observamos que as identificativas apresentam total equivalência entre o âncora e a posição e que trazem uma informação extra sobre o âncora, com o objetivo de facilitar a compreensão do ouvinte sobre o que está sendo enunciado. Já as atributivas nos trazem uma característica atribuída ao antecedente, razão pela qual, não apresentam uma total equivalência entre os elementos que constituem a construção apositiva.

Na discussão sobre o comportamento de apositivas nominais e relativas apositivas, observamos que ambas as construções podem ser reduzidas a um sintagma simples, ressaltando, nesse quesito, que a relativa apositiva apresenta uma certa peculiaridade, pois a redução desta pode produzir como resultado um substantivo ou um adjetivo, enquanto a apositiva nominal se reduz apenas em um nome.

Com o propósito de debater essa questão, traçamos um paralelo entre as posições nominais (as tidas como canônicas, ou seja, constituídas de sintagmas equivalentes) e as relativas apositivas, destacando nesta comparação as posições identificativas e as atributivas. Observamos que ambos os tipos de posição (identificativa e atributiva) se encaixam perfeitamente para a descrição de uma relativa apositiva e que, ao contrário do que é previsto por diversos autores, as posições identificativas, para o português, podem ser relativizadas.

Com base nesses achados, finalmente, apresentamos a possibilidade de existência de mais de um tipo de relativa apositiva no PB. Por meio de testes um pouco mais específicos, discutimos o porquê desta diferença, chegando à conclusão da existência de relativas apositivas distintas, devido ao tipo de posição que está sendo constituída: ou identificativa ou atributiva.

No quadro abaixo, apresentamos de forma mais didática as propriedades das apositivas nominais e das relativas apositivas.

<b>Apositivas nominais</b>	<b>Relativas apositivas</b>	
o âncora pode ser elidido (apagado)	o âncora <b>não</b> pode ser elidido	
é possível fazer um intercâmbio entre o âncora e a aposição (ou seja, permutação entre o antecedente e a oração)	<b>Não</b> é possível movimentar o âncora e a aposição, ou seja, um ocupar o lugar do outro (exemplos 43 e 44, cap. II, seção 2.3)	
É possível fazer extraposição das aposições (movimentar)	<b>Não</b> é possível fazer extraposição das aposições (movimentar) (exemplos 45 e 46, cap.II, seção 2.3)	
se constituírem em estrutura justaposta aos seus elementos âncoras	se constituírem em estrutura justaposta aos seus elementos âncoras	
as orações podem ser substituídas ou reduzidas a um nominal (um substantivo), exemplo em (47), capítulo II.	as orações podem ser substituídas ou reduzidas a um nominal (ora substantivo, ora adjetivo) (exemplos 48 e 49, cap. II, seção 2.3)	
Possibilidade de elisão (apagamento) do âncora (exemplo em (10), cap. I, seção 1.2)	<b>Não</b> é possível apagar/elidir o âncora/pivô (exemplos em (11), cap. I, seção 1.2)	
	<b>Rel. apositiva identificativa</b>	<b>Rel. apositiva atributiva</b>
	a redução resulta em substantivo ou SN (ex. 66 a 69, cap. II)	A redução resulta em um adjetivo ou sintagma preposicional de valor adjetival (ex. 61-65, cap. II)

Nesses termos, estamos propondo, nesta dissertação, que, por seu comportamento sintático-semântico, as relativas apositivas do PB subdividem-se em pelo menos dois grupos: as apositivas identificativas e as apositivas atributivas. E, nesse sentido, propomos que o procedimento de redução seja usado como teste sintático para o reconhecimento da natureza de cada uma das relativas apositivas: as identificativas reduzem-se a sintagmas de valor nominal e as atributivas, a sintagmas de valor adjetival.

Ressaltamos aqui que, com base na bibliografia estudada, nos dados colhidos e no teste realizado pela autora desta dissertação (teste de redução, seção 3, capítulo II, p. 82), evidenciamos a possibilidade da existência de um terceiro tipo de relativas apositivas cuja redução nos forneceria um sintagma de valor circunstancial como nos mostram os dados abaixo:

(1) a- Os livros, que falam sobre relativas, estão em cima da mesa.

b- Os livros, sobre relativas, estão em cima da mesa.

c- Maria, que estava azul de ódio, respondeu o namorado aos gritos.

d- Maria, azul de ódio, respondeu o namorado aos gritos.

Observe-se que há a possibilidade de interpretarmos essas reduções como circunstâncias (assunto e modo, respectivamente) relacionadas ao âncora da relativa apositiva.

Nesse sentido, não temos, aqui, a pretensão de exaurirmos o estudo sobre os tipos de relativas apositivas do português brasileiro, nem de sermos taxativos quanto à existência de apenas dois tipos de relativas apositivas, visto que os dados colocados acima nos evidenciam a hipótese de outra ocorrência diferente das apresentadas. Sobre esse tema, reportar-nos-emos de forma mais detalhada em trabalhos futuros.

Uma vez atingido o objetivo de enquadrar as apositivas como parte constituinte de uma construção apositiva e, com isso, conseguindo visualizar a existência de mais de um tipo de oração relativa apositiva, passamos à discussão sobre o tipo de estrutura apresentada pelas relativas apositivas e sobre as questões atinentes à interpretação do termo *que* nesse tipo de construção.

Retomamos, então, a discussão sobre coordenação e subordinação e relembramos as várias posições, relacionadas à definição do tipo de estrutura para as relativas apositivas, com o objetivo de definir em qual tipo de construção deveríamos/poderíamos encaixar uma relativa apositiva: subordinada ou coordenada.

Após uma análise cuidadosa e detalhada, defendemos aqui que uma relativa apositiva é uma estrutura em coordenação. Concluímos que a apositiva se origina de uma relativa restritiva que tem seu núcleo DP/NP (o chamado antecedente) elidido. A restritiva, que origina a apositiva, é parte integrante de um sintagma nominal que constitui uma aposição e que se encontra justaposto a outro sintagma de mesma natureza, formando uma construção apositiva típica. Nessa construção, há a formação de uma cadeia interpretativa ou referencial, constituída pelo âncora (DP<sub>1</sub>), pelo núcleo do DP/NP do segundo conjunto e pelo pronome relativo que encabeça a sentença relativa restritiva. Quando elidido o núcleo do DP/NP interno do aposto por identidade com o nominal externo (formado pelo nome + relativa apositiva), o pronome relativo passa a se ligar ao âncora, dando origem ao que conhecemos como relativa apositiva, que, conseqüentemente, encontra-se coordenada ao elemento nominal antecedente.

Entendemos que, com a presença do pronome relativo na formação da cadeia de interpretação, não é possível a troca de posição entre âncora e aposição e a desconexão das

sentenças, elementos caracterizadores do fenômeno da aposição e possíveis quando se fala em justaposição e coordenação.

A desconexão da relativa apositiva do sintagma que lhe serve de âncora provoca o rompimento total da cadeia interpretativa, e o pronome relativo, um pronome anafórico, não encontra referente para sua interpretação, o que resulta em sentenças agramaticais.

Para sustentarmos a hipótese de coordenação para as relativas apositivas e mostrarmos que a presença do PR não constitui impedimento para tal afirmação, apresentamos a proposta de derivação da sentença relativa apositiva pela teoria de relativização de Kayne (1994), a “head raising analysis”. Por meio dessa análise, conseguimos explicar, mesmo considerando a relativa apositiva uma estrutura de justaposição – e, conseqüentemente, coordenada ao nominal que lhe serve de antecedente – como se realiza a conexão entre o pronome relativo e o nominal antecedente no CP da oração matriz.

Assim sendo, estamos propondo, nesta dissertação, que a oração relativa apositiva é, originalmente, uma construção nominal apositiva e, portanto, coordenada, que contém um antecedente nominal e uma oração relativa restritiva conectada a ele. Com a elisão do antecedente da restritiva, interno à aposição, por identidade com o nominal (pivô) na matriz, a relativa passa a se conectar diretamente a esse nominal (na matriz), garantindo a interpretação do pronome relativo na relativa apositiva.

Concluindo, esta dissertação propõe a existência de mais de um tipo de relativa apositiva: as relativas apositivas identificativas e as relativas apositivas atributivas e, também, propõe que uma relativa apositiva é uma estrutura em coordenação, constituída por meio de um nominal + uma relativa restritiva cujo antecedente nominal é elidido.

Entretanto, não temos a pretensão de esgotar o tema nesta dissertação, mas – quem sabe – caminhar “mais uma légua” na discussão das propriedades dessas orações e abrir espaço para novas e intensas discussões sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

---

- ACUÑA-FARIÑA, J. C. *The puzzle of apposition. On so-called appositive structures in English*. Santiago de Compostela: Universidade, Servicio de Publicaciones e Intercambio Científico. 1996.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. (revisada e ampliada). Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BELLETTI, A. *Aspects of the low IP área*. In: RIZZI, L. *The Structure of CP and IP – The Cartography of Syntactic Structures*, vol.2. New York: Oxford University Press, 2004.
- BIANCHI, V. *Consequences of Antisymmetry: Headed Relative Clauses*. Mouton de Gruyter, Berlin, 1999.
- BIANCHI, V. *Resumptive Relatives and LF Chains*. In: RIZZI, L. *The structure of CP and IP: The Cartography of The Syntactic Structures*, vol. 2, 2004.
- BURTON-ROBERTS, N. *Nominal Appositions*. *Foundations of language*, 13: 391-419. 1975.
- CÂMARA JR, J.M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 44ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- CANAC MARQUIS, R. & TREMBLAY, M. *The wh-feature and the syntax of restrictive and non-restrictive relatives in French and English*. In: J. Lema & Treviño (eds), *Theoretical analysis on Romance Languages*. Amsterdam: John Benjamins, 127-142. 1998.
- CARLSON, G. *Amount relatives*. *Language*, 53: 520-542, 1977.
- CARDOSO, A. & DE VRIES, M. *Internal and external heads in appositive constructions*. University of Lisboa & University of Groningen, version 2. 2010.
- CHIERCHIA, G. *Semântica*. Campinas: Ed. da Unicamp e Eduel, 2003.
- CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press, 20th Anniversary Edition, 2015.
- CHOMSKY, N. *Derivation by Phase*. MIT working papers in Linguistics 18. Cambridge, Mass, 1999.

- CHOMSKY, N. *Novos Horizontes no Estudo da Linguagem*. In: DELTA: *Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, vol.13, n. especial, São Paulo: PUCSP/LEAL, 1997.
- CINQUE, G. *Functional Structure in DP and IP – The Cartography of Syntactic Structures*, vol.1. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- CINQUE, G. *Restructuring and Functional Heads – The Cartography of Syntactic Structures*, vol.4. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- CITKO, Bárbara. *An Argument against Assimilating Appositive Relatives to Coordinate Structures*. *Linguistic Inquiry*, Fall, vol. 39, nº 4. Published: MIT Press, 2008.
- CUNHA, C; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- DAWING, B. *Some Universals of Relative Clause Structure*. In: J. GREENBERG (ed). *Universals of Human Language*, vol. 4, Syntax Stanford University Press. Stanford, California, 1978.
- DEL GOBBO, F. *Appositive at the interface*. Doctoral dissertation. University of California, Irvine, 2003.
- DEL GOBBO, F. *On the syntax and semantics of appositive relative clauses*. In *Parentheticals*. Ed. Nicolé Dehé and Yordanka Kavalova. Amsterdam: John Benjamins. 2008.
- DEMIRDACHE, H. *Resumptive chains in restrictive relatives, appositives, and dislocation structures*. Doctoral dissertation, MIT, Cambridge, Mass, 1991.
- DILLON, B; FRAZIER, L; CLIFTON, C. *No longer an orphan: evidence for appositive attachment from sentence comprehension*. *Glossa: a journal of general linguistics*. Massachusetts, 2018.
- DUARTE, I. *Subordinação Completiva – as orações completivas*. In MATEUS, M. et al – *Gramática da Língua Portuguesa*. Ed. Caminho, Lisboa, 2003.
- DUARTE, I; BRITO, A.M. *Orações Relativas e Construções Aparentadas*. In: MATEUS et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 635-694. 2003.
- EMONDS, J. *Appositive relatives have no properties*. *Linguistic Inquiry* 10: 211-243. 1979.
- FABB, N. *The difference between English restrictive and nonrestrictive relative clauses*. *Journal of Linguistics* 26: 57-78. 1990.

- HERINGA, H. *Appositional Constructions*. Published by LOT, Utrecht, 2011.
- HOCKET, C. F. *Attribution and Apposition*. *American Speech* 30:99-102. 1955.
- HUDDLESTON, R. & PULLUM, G.K. *The Cambridge Grammar of the English Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- JACKENDOFF, R. *X'-Syntax: a study of a phrase structure*. The MIT Press: Cambridge, Mass. 1977.
- KATO, M.A. *Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica*. In: ROBERTS, I; KATO, M(org). *Português Brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora Unicampi, 1993.
- KATO, M. A. *Teoria Sintática: de uma perspectiva de “ismos” para uma perspectiva de programas*. In: *Delta: Documentação de estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. Vol.13, São Paulo, 1997.
- KAYNE, R. *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge: MA: MIT Press, 1994.
- KENNEDY, E. *Aspectos Estruturais da Relativização em Português. Uma Análise Baseada no Modelo Raising*. Tese de Mestrado. UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.
- KOKTOVÁ, E. *Apposition as a Pragmatic Phenomenon in a Functional Description*. Duisburg: Linguistic Agency, University of Duisburg. 1986.
- KOSTER, J. *Extraposition as coordination*. Paper presented at MPI and Von Humboldt University. Berlin. 1995.
- KOSTER, J. *Extraposition as parallel construal*. MS, University of Groningen. 2000.
- KRAAK, K.A; KLOOSTER.W. *Syntax*. Vitgeverij Stam-Kemperman N.V, Culemborg, 1968.
- LYONS, J. *Linguagem em Linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- MATOS, G. *Appositive Sentences and The Structure of Coordination*. In: .TORK, Danièle & Leo Wetzels (eds), 2009. *Romance Languages and Linguistics Theory 2006*, p. 159-174. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- MATOS, G. *Estruturas de Coordenação*. In: MATEUS et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp 549-592. 2003.
- MCCAWLEY, J. *Parentheticals and Discontinuous Constituent Structure*. *Linguistic Inquiry* 13, 91-106, 1982.

McCRAWLEY, J. D. *The Syntactic Phenomena of English*. University of Chicago Press, 2ª ed. 1998.

MEDEIROS JÚNIOR, P. *Orações Relativas Livres do PB. Sintaxe, Semântica e Diacronia*. Tese de Doutorado. Campinas, SP, 2014.

MEDEIROS JÚNIOR, P. “Um fã teu, quem realmente te admira, jamais faria esse tipo de coisa.” *On the existence of appositive free relatives in Brazilian Portuguese*. 2021.

<https://doi.org/10.1590/1678-460x202144681>

MEDEIROS JÚNIOR, P. *Uma análise da relativização no PB: questões teóricas e panorama geral (cap.3)* In: MEDEIROS JÚNIOR, P. (org.) *Relativização e Clivagem no PB: sintaxe, aquisição, diacronia e experimentação*. Editora: Pontes, Campinas, SP. 2020.

MEYER, Ch. F. *Apposition in contemporary English*. Cambridge: Cambridge University Press. 1992

O’CONNOR, K.M. *Adverbs as evidence for functional structure in appositives*. In J. Angouri, K. Chatsiou, E. Papadopoulou, R.Silva, P.Tipton & M.Vincent (eds). *Language at the University of Essex*. 2007.

O’CONNOR, K.M. *Aspects de la syntaxe et de l’interprétation de l’apposition à antécédent nominal*. PhD Dissertation, Université Charles de Gaulle, Lille 3. 2008.

POTTS, C. *The logic of conventional implicatures*. New York: Oxford, University Press, 2005.

PETERSON, P. *On the boundaries of syntax*. In: P. Collins & D. Lee (eds), *The Clause in English*. In honour of Rodney Huddleston. Amsterdam: John Benjamins, 229-250. 1999.

QUIRK, R at al. (1985). *A comprehensive grammar of the English language*. 15ª ed. Longman, London, 1999.

RIZZI, L; BOCCI, G. Forthcoming. *The left periphery of the clause – Primarily illustrated for Italian*. In Blackwell Companion to Syntax, II edition. Blackwell Publishers, 2017.

RIZZI, L. *The Fine-structure of The left Periphery. Elements of Grammar*. 1997.

RIZZI, L. *The Structure of CP and IP. The Cartography of Syntactic Structures*, vol.2. Oxford: Oxford University Press, 2004.

ROCHA LIMA, C.H. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 49ª edição. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2011.

- ROSS, J. (1967) *Constraints on Variables in Syntax*. Doctoral dissertation, MIT, reprinted as *Infinite Syntax* (1986). ABLEX Publishing Corporation, Norwood, New Jersey
- SAFIR, K. *Relatives Clauses in a theory of binding levels*. *Linguistic Inquiry* – 17: 663-689, 1986.
- SANTOS, R. *A aquisição da linguagem*. In: FIORIN, J. L.(org) *Introdução à Linguística I. objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002, p.211-226.
- SANTOS, W; GUERRA VICENTE, H. *Sobre a ambiguidade nas relativas de grau do português (cap.6)*. In: MEDEIROS JÚNIOR, P (orgs). *Relativização e Clivagem no PB: sintaxe, aquisição, diacronia e experimentação*. Ed. Pontes, Campinas, SP, 2020.
- SCARPA, E. M. *Aquisição da Linguagem*. In: MUSSALIN, F; BENTES, A. C. *Introdução à Linguística 2. Domínios e Fronteiras*. SP:Cortez, 2001.
- SMITH, C.S. *Determiners and Relative Clauses in a Generative Grammar of English*. In: *Language University of Pennsylvânia*, 1964.
- SMITS, R. *The Relative and Cleft Constructions of The Germanic and Romance Languages*. Tese de doutorado, Katholieke Univeriteit Brabant. Foris, Dordrecht, 1988.
- SOPHER, H. *Apposition*. *English studies* 52: 401-412. 1971.
- TARALLO, F. L. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. PhD Dissertation, University of Pennsylvania, 1983.
- THOMPSON, S. *The deep structure of relative clauses*. In: *Fillmore and D. Langendoen Studies in linguistics Semantics*, Holt, Rinehart and Winston, New York, 1971.
- VERGNAUD, J. R. (1974). *French relative clauses* [Unpublished doctoral dissertation]. Massachusetts Institute of Technology. <https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/12993>
- VRIES, M de. *The Syntax of Appositive Relativization: On specifying Coordination, false free relatives and promotion*. *Linguistic Inquiry* 37: 229-270, 2006.
- VRIES, M de. *The Syntax of Relativization*. Utrecht: Lot, 2002.